

Isabel Alexandra Gomes Serrão Mendes

**CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO ARQUITECTÓNICO DO CABO
ESPICHEL**

Proposta de Recuperação e Valorização do Património

VOLUME I - Texto



152 285-

Orientador: Mestre Arquitecto José António Mendonça dos Anjos Sousa Macedo

Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri

Dissertação de Mestrado em
Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico
Universidade de Évora, 2004

Universidade de Évora

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Orientador de dissertação: José António Mendonça dos Anjos Sousa Macedo

Mestranda : Isabel Alexandra Gomes Serrão Mendes

Trabalho : Contributos para o estudo arquitectónico do Cabo Espichel - Proposta de recuperação e valorização do património

“ O bem de um livro reside em ser lido. Um livro é feito de signos que falam de outros signos, os quais por sua vez falam das coisas. Sem um olho que o leia, um livro é portador de signos que não produzem conceitos, e portanto é mudo.”

Umberto Eco
in “ O Nome da Rosa “

AGRADECIMENTOS

Neste espaço manifesto os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para que este trabalho chegasse a bom termo.

Ao Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge pela disponibilidade sempre demonstrada.

Ao Mestre Arquitecto José António Sousa Macedo, pelo rigor, saber partilhado e disponibilidade com que orientou esta dissertação de mestrado.

Ao meu co-orientador Mestre Mário Nuno do Bento Antas docente da Universidade Lusíada de Lisboa, que desde o primeiro momento da minha investigação sempre prestou todo o auxílio e orientação ao longo de todo o trabalho através de sugestões e críticas. Prestou ajuda preciosa na área científica (História da Arte) e na organização metodológica de todo o trabalho, teve ainda a paciência de responder a todas as minhas solicitações e reunir comigo sempre que lho solicitei, pelo que aqui deixo o meu profundo agradecimento por todo o trabalho que teve ao longo de todos estes meses.

Quero ainda agradecer o contributo de alguns intervenientes durante todo o trabalho de campo: à Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e aos seus responsáveis, aos meus colegas de mestrado pelas ideias trocadas, aos meus colegas de emprego que contribuíram através de sugestões, dúvidas e críticas, ajudando a tornar mais completo e claro este trabalho.

Por fim à minha família pelo apoio dado.

ÍNDICE GERAL

Siglas e abreviaturas utilizadas	7
Resumo em Português	8
Resumo em Inglês	9
INTRODUÇÃO	11
PARTE I	
CARACTERIZAÇÃO ESPACIO-TEMPORAL DO CABO ESPICHEL	15
1.1. SITUAÇÃO E SÍTIO	
1.1.1. O Cabo Espichel e o meio envolvente	17
1.1.2. Contextualização do conjunto arquitectónico do Cabo Espichel	20
1.1.3. Instrumentos de Salvaguarda	23
1.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	
1.2.1. Da pré-história ao aparecimento da lenda da Sra. Da Pedra da Mua	24
1.2.2. O contexto do Cabo Espichel	26
PARTE II	
ANÁLISE DO CONJUNTO ARQUITECTÓNICO DO CABO ESPICHEL	32
2.1. ARQUITECTURA	
2.1.1. Descrição da situação actual	34
2.1.2. Análise Funcional do Conjunto	38
2.1.3. Características estéticas	42

2.2. HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO	
2.2.1. Transformações no tempo	44
2.2.2. Cronologia das obras	46
2.2.3. Intervenções no século XX	48
2.3. LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS	
2.3.1. Materiais de construção	53
2.3.2. Sistemas construtivos	56
2.3.3. Fundações	58
2.3.4. Paredes	60
2.3.5. Arcos	64
2.3.6. Portas e Janelas / Vãos / Caixilharia	65
2.3.7. Pavimentos	68
2.3.8. Cantaria	69
2.3.9. Coberturas / Tecto	71
2.3.10. Humidades	74
2.4. O ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
2.4.1. Conservação	75
2.4.2. Degradação	77
2.4.3. Relatórios de Inspeção	79
2.4.4. Diagnóstico	81
PARTE III	
PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO	86
3.1. PLANO DE ACÇÕES DE CONSERVAÇÃO A EMPREENDER	
3.1.1. Valorização do património edificado	88
3.1.2. Quadro geral de acções	90
Fundações	91
Pavimentos	92
Paredes / Revestimentos	93

Caixilharias	95
Coberturas	96
Cantaria	98
Tratamento de Juntas e Argamassas	100
Humidades	101
3.2. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO A NOVAS FUNÇÕES	
3.2.1. Plano de Sondagens	102
3.2.2. Apreciação das recentes intervenções da D.G.E.M.N.	104
3.2.3. Proposta de Recuperação pela D.G.E.M.N.	106
3.2.4. Proposta de Intervenção	
. Nova Proposta de Intervenção	108
. Objectivos e Metodologia	112
. Reconstituição do espaço a novas funções	113
. Reorganização espacial e funcional	116
. Plano de Demolições	118
. Plano construção nova	119
3.2.5. As principais diferenças entre a proposta deste trabalho e a proposta da D.G.E.M.N.	120
CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXOS	
Anexo I : Figuras (Volume II)	
Anexo II : Documentos (Volume III)	

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

Cfr., cfr.	- Conferir; confrontar
Cit., cit.	- Citado
Coord.	- Coordenação
D.G.E.M.N.	- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
Doc., doc	- Documento
Docs., docs.	- Documentos
D.R.	- Diário da Republica
D.S.M.N.	- Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais
Ed.	- Edição, editora
Fig., fig.	- Figura
Figs., figs.	- Figuras
Idem	- Igualmente, do mesmo autor já citado
Ibidem	- Igualmente, da mesma obra e da mesma página citada na nota imediatamente anterior
I.P.P.A.R.	- Instituto Português do Património Arquitectónico
Op. Cit.	- Obra citada
p.	- Página
pp.	- Páginas
publ.	- publicação
s/d	- Sem data
segs.	- Seguintes
Tip.	- tipografia
trad.	- tradução
v., vol.	- Volume
vols.	- Volumes

Contributos para o estudo arquitectónico do Cabo Espichel : Proposta de recuperação e valorização do património

RESUMO

Este trabalho intitulado “ Contributos para o Estudo Arquitectónico do Cabo Espichel : Proposta de Recuperação e Valorização do Património “, tem como principal objectivo elaborar um estudo no ponto de vista de recuperação arquitectónica e paisagística do conjunto do Cabo Espichel.

A metodologia usada para o estudo foi dividi-lo em três partes fundamentais. Na primeira, procedeu-se à caracterização espaço-temporal do Cabo Espichel; na segunda parte, foi feita a análise do conjunto arquitectónico do Cabo Espichel e na terceira parte, foi elaborada proposta de recuperação e valorização do património edificado. Houve exploração do espaço físico, constituída por visitas, ao conjunto arquitectónico, que permitiu obter imagens através da técnica fotográfica. Os recursos fundamentais foram, obviamente, o arquivo da D.G.E.M.N., o próprio conjunto arquitectónico e a consulta bibliográfica de obras de natureza teórica.

Neste sentido, foi possível elaborar este estudo, que procura fornecer elementos para o estudo do Cabo Espichel.

Contribution for the architectonic study of Cabo Espichel : recovery and improvement proposal of the Patrimony

ABSTRACT

This essay called “ Contribution for the Architectonic study of Cabo Espichel : recovery and improvement proposal of the Patrimony “ has as main goal to elaborate a study concerning the architectonic and natural scenery recuperation of the whole Cabo Espichel.

The methodology used for this study consists of dividing it in three main parts. In the first, we proceeded to the space-temporal characterization of Cabo Espichel; in the second part, an analysis of the architectonic whole of Cabo Espichel has been made and in the third part, a proposal of recuperation and valorization of the edificated patrimony has been elaborated. A research of the physical space has been done, consisting of visits to the architectonic whole, which allowed images by photographic technique. The main resources were, obviously, the D.G.E.M.N. archives, the architectonic whole itself and the bibliographical research of written works of theoretical nature.

This way, it was possible to elaborate this essay, which tries to supply elements for the study of Cabo Espichel.

“ O Cabo Espichel é um daqueles locais onde o Homem se queda mudo perante a imensidão da paisagem. De uma beleza agreste e imponente, onde a terra se confunde com o mar e o vento vagueia livremente, é lugar privilegiado e de inspiração para a oração.

Homens do mar e camponeses fazem deste local, desde há séculos, sítios de peregrinação e romaria a Nossa Senhora do Cabo, a Mãe protectora e vigilante que num planalto árido e rochoso os acolhe sempre e os conduz ao Deus criador, que aqui nos aparece mais próximo “.

Cristóvão Rodrigues

In “Santuário Nossa Senhora do Cabo Espichel”

INTRODUÇÃO

O património edificado, no decorrer dos séculos, tem sido um marco importante da nossa história e que hoje nos permite refazer-la, através da sua presença. Esse património é constituído pelo conjunto dos exemplos das arquitecturas que o homem foi modelando, em cada momento, perante os seus conhecimentos, a sua tecnologia, a sua cultura, sem esquecer que a arquitectura é o resultado e o testemunho físico da actividade económica dos costumes e das relações sociais, assim como da mentalidade, das crenças, das ideologias, das tensões e até das próprias lutas que podem ser geradas por esta complexidade de relações. A arquitectura é o meio, a forma de nós conhecermos como se processa a evolução da vida de um povo, uma vez que ela traduz sempre as características de um lugar, de uma região, de uma nação, através dos tempos.

O conjunto arquitectónico do Cabo Espichel, constituído por um santuário e hospedarias, foi construído num espaço livre e amplo, em que a paisagem é agreste, com horizontes longínquos. Existe assim uma comunhão entre a Natureza e a Religião. Verifica-se que os costumes e as tradições, sobrevivem a modas, políticas, revoluções e até ao desmoronar da cultura regional, popular e nacional.

Através do acompanhamento da progressiva consciencialização pelo valor cultural das coisas do passado, gera-se uma problemática: como é possível preservar o património. Começou esta preocupação na segunda metade de oitocentos. Houve alguns pensadores que demonstraram esta preocupação, como em França, Eugéne – Emmanuel Viollet-le-Duc (1814 -1879) e Victor Hugo, em Portugal, Alexandre Herculano e Gabriel Pereira, em Inglaterra, John Ruskin (1819 – 1900) em Itália, Camilo Boito (1836 – 1914). Alguns deles com posições extremas, como a escola francesa e inglesa, sendo necessário uma que permitisse a conciliação que foi o caso da italiana. Segundo Eugéne Emmanuel Viollet-le-Duc (teórico / prático), os monumentos deviam ser restaurados em estilo, refazendo-os segundo a forma prístina, em completo alheamento pelo estado actual do monumento. Para o escritor John Ruskin, a arquitectura e a natureza têm algo em comum, os monumentos devem ser conservados tal como os seres vivos, não interessando o seu estado, chegando finalmente à ruína, assim como tudo – desaparecimento inevitável do

monumento. Camilo Boito, partilha as ideias de Ruskin, mas admite haver restauro sob condições¹.

Por razões de índole pessoal, a atracção longínqua existente por este local e, sobretudo, o interesse em descobrir o porquê da existência, aspectos históricos, ..., fez com que o conjunto arquitectónico se tornasse o universo temático preferencial para esta dissertação no âmbito do Mestrado de Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Sendo este conjunto um símbolo de religião resultante de uma forte tradição de cariz popular, impõe-se como "objecto" de reflexão, a partir do qual surgem múltiplas interrogações. As "formas", através do tempo, são transformadas. No entanto, umas despertam mais atenção do que outras pela relação afectiva que mantêm com ela ou simplesmente pela fruição estética. Até chegar ao estado em que se encontra, a estrutura física sofreu alterações, tanto no exterior, como no interior. O abandono acentuado, a sua degradação, a tentativa de descoberta do seu interior e o seu futuro, foram algumas das questões que desde logo surgiram. Este conjunto mantém relação com a comunidade que a envolve. Produzem-se vivências próprias, que através de alteração no tempo, permitem uma diversificada leitura, despertando a curiosidade.

Tendo sido de alguma maneira travado, a sua ruína através de pontuais iniciativas de recuperação do monumento, ainda subsiste, assim integrado nesta "bravia" natureza, mantendo ainda preservados espaços significativos da edificação, não obstante as constantes intervenções. Sítio religioso, sítio de memórias assimiladas por várias gerações devido ao seu poder, é através do presente que se interroga o passado quando se percepção o sítio / monumento / interior.

Seguindo a metodologia orientada pelo Mestre Arquitecto, José Sousa Macedo, dividiu-se o estudo em três partes fundamentais. Na primeira, procedeu-se à caracterização espaço-temporal do Cabo Espichel e para o efeito, houve que sistematizar a investigação através da aplicação dos seguintes itens:

1. Situação e sítio
2. Evolução histórica.

¹ Diferença de estilo e de materiais entre o antigo e o novo, austeridade estética nas partes novas, exposição das partes substituídas em lugar anexo ao monumento, marcação da intervenção nas partes novas, constituição e exibição, ou publicação de uma memória descritiva sobre a intervenção. Exigia-se essencialmente uma clara diferença visual da intervenção.

Na segunda parte, foi feita a análise do conjunto arquitectónico do Cabo Espichel, através da aplicação dos seguintes itens:

1. Arquitectura
2. História da construção
3. Levantamento e identificação das patologias
4. O Estado de conservação.

Na terceira parte, foi elaborada proposta de recuperação e valorização do património edificado, partindo-se de :

1. Plano de acções de conservação a empreender
2. Proposta de intervenção e adaptação do espaço a novas funções.

Teve-se em conta, embora não de forma rígida, ao nível dos princípios, a Carta Internacional sobre a *Conservação e o Restauro dos Monumentos* (Veneza, 1964). Recentemente reiterada pela carta de Cracóvia de 2000. Teve-se sempre em vista o estado em que se encontra o conjunto. No início do trabalho, era habitado; actualmente, está completamente desabitado.

Deu-se início à exploração do espaço físico e do conjunto arquitectónico. Seguidamente, impôs-se necessária uma reflexão sobre a história.

O trabalho de campo foi constituído por visitas. A recolha de imagens através da técnica fotográfica, ou de simples recolha de panfletos, surge como complemento necessário à justificação das palavras e parte integrante do trabalho de campo. O critério que presidiu à escolha de imagens para integrarem o trabalho está de acordo com a qualidade estética das mesmas, com uma melhor complementaridade do texto e com o valor e interesse de algumas peças que representam. Os recursos fundamentais foram, obviamente, o arquivo² da D.G.E.M.N. e o próprio conjunto arquitectónico.

A existência do projecto de intervenção nos arquivos é apenas um ponto de partida para uma investigação demorada e complexa, que tem de conjugar os

² Constata-se que antes das intervenções, estas deveriam ter sido descritas e visualizadas objectivamente e de forma completa e de seguida interpretadas em memória descritiva, do ponto de vista histórico-arquitectónico de forma a se poder avaliar as opções tomadas aquando da intervenção; que as várias campanhas de obra deveriam ser descritas detalhadamente e localizadas no tempo e no monumento. Por outro lado, ainda se verifica que algumas fotografias além de não terem datas, são pouco pormenorizadas, assim como alguma informação descritiva e fica-se sem saber ao certo quando a obra se realizou e exactamente onde.

processos de obras, os fotográficos e os administrativos, para se chegar a algumas conclusões razoáveis.

Continuando a investigação, surgiram algumas limitações por alguma distância existente entre "objecto" de estudo em relação ao local de residência e trabalho e pela escassez de fontes documentais. Porém, o desejo de atingir os objectivos propostos levou à consulta bibliográfica de obras de natureza teórica, abrangendo campos interdisciplinares, diversificados e afins, que justificam aspectos em que uma única vertente do saber poderia ser insuficiente.

Esta dissertação constitui, não um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida para o estudo do Conjunto Arquitectónico do Cabo Espichel.

PARTE I

CARACTERIZAÇÃO ESPACIO-TEMPORAL DO CABO ESPICHEL

“ ...as Imagens são dignas de todo o culto e veneração, não pela matéria de que são feitas, mas sim pelo que representarão ... ”

In “Memória prodigiosa imagem da
Senhora do Cabo”

1.1. SITUAÇÃO E SÍTIO

1.1.1. O CABO ESPICHEL E O MEIO ENVOLVENTE

“ O Mar Oceano, para a parte do meyo dia da Cidade de Lisboa na distancia de cinco legoas, forma a terra huma rocha eminente, e defpenhada, a que os navegantes chamaõ Cabo de Espichel, e os antigos chamaraõ Promontorio Barbarico “

Manuel Teixeira

In “Milagre sucedido na tarde de 26 de Maio”

O território português, “banhado” pelo Oceano Atlântico, é por este influenciado quanto ao clima: húmido nas regiões litorais e do centro, é seco e quente nas terras do interior transmontano e nas províncias meridionais. É uma zona marcada por pormenores, que dependem da posição geográfica, da geologia, da orografia e das condições oceanográficas, tendo repercussões a nível do clima, flora, fauna e vida da população¹. Os factores gerais do clima resultam da situação geográfica em relação à circulação geral da atmosfera. Os factores regionais e locais são influenciados pelo mar, os continentes e as cadeias de montanhas, a tipografia, a exposição ao sol e aos ventos dominantes, a natureza e o revestimento do solo. Apesar das pequenas dimensões do país, são nítidos os contrastes climáticos entre o norte e o sul o litoral e o interior. Os contrastes climáticos resultam directamente do relevo, que acentua naturalmente o carácter continental da Península .

Do ponto de vista geológico, o território português compreende terrenos antigos (ante-mesozóicos), terrenos mesocenozóicos e terrenos modernos.

¹ Cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor - Sesimbra Monumental e Artística, C.M. Sesimbra, 1997, p. 22.

Em quase todas as estações predomina vento do quadrante norte, durante todo o ano, compreendido entre os rumos noroeste e nordeste².

A nível do relevo constata-se que “A faixa meridional é formada por uma série de enrugamentos que prolongam a Arrábida para Ocidente; estão em formações jurássicas e cretássicas cujos andares se dispõem também paralelamente entre si”³. No Cabo Espichel, estão representadas algumas espécies através das suas pistas que ficaram impressas em lodos. Esses lodos fossilizados formam hoje a parede noroeste da proeminência rochosa do cabo. Muitos dos dinossauros identificados eram herbívoros, o que permite pensar ter sido a vegetação da zona bastante rica; outros como os terópodes eram carnívoros. Verificou-se ainda que, no Cretáceo, a actual praia dos Lagosteiros, inicialmente uma laguna abrigada por recifes coralíferos, possuía um clima quente e húmido. “O nível das águas do mar também variou; estes fenómenos ficaram bem marcados na costa, sendo evidentes as antigas praias a várias altitudes”⁴.

No extremo poente do planalto, onde quase não existe a presença humana, a vegetação⁵ é escassa, resultante da permanente ventania e da proximidade do mar⁶.

O Cabo Espichel situado a Ocidente na Península Ibérica e próximo de dois estuários: do Tejo e do Sado, a Oeste da Serra da Arrábida, no extremo Sudoeste da Península de Setúbal (*vide Anexo I, Fig. 1*), está localizado na Estremadura, distrito de Setúbal, concelho de Sesimbra e freguesia do Castelo, ao sul da foz do Tejo e próximo da foz do Sado, a 38° 25' latitude Norte e 0° 6' de longitude Oeste do Meridiano de Lisboa. Situa-se a ocidente da vila de Sesimbra e é delimitado a Sul pelo oceano e a Norte pela E.N. 379⁷ (*vide Anexo I, Fig. 2*).

Pela sua orientação ENE – OSO, a zona desde a foz do Sado ao Espichel, decorre no sentido N – S. A orla marítima mantém-se protegida durante o longo

² Cfr. FERREIRA, H. Amorim – O Clima de Portugal, Volume I, Valores médios dos elementos climáticos no período de 1901, 1930, Lisboa, 1942, p. 35.

³ SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – Op. Cit., p.11.

⁴ SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – Idem, p. 15.

⁵ “As particularidades da cobertura vegetal de Portugal, correspondem às do seu clima”. RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann e DAVEAU, Susanne – Geografia de Portugal, Volume I - A Posição geográfica e o território, 4ª Edição, Lisboa, 1998, p. 17.

⁶ Cfr. Fundação Calouste Gulbenkian - Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p. 22.

⁷ Cfr. LEAL, Pinho - Portugal Antigo e Moderno, Dicionário, cota de Armas, 1990; cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vítor – Op. Cit., p. 11.

período em que predominam os ventos N e NO⁸. Os ventos procedem geralmente de Oeste e são vulgares os nevoeiros marítimos ao longo da costa.

Existe um determinado clima devido a factores naturais existentes que fazem repercussões na flora. Durante os meses de Novembro a Fevereiro o clima é ténido e chuvoso, raramente sendo frio e seco. O mês de Dezembro é o mês mais pluvioso. Os meses de Maio a Setembro (Verão), são quentes e secos⁹.

Quanto à natureza litológica, é uma região calcária, situada nas zonas marginais, ou orlas da meseta e nas cordilheiras periféricas. O interesse de ordem geológica, traduz-se nos acidentes de relevo, nos afloramentos rochosos¹⁰, em especial dos calcários brancos.

O planalto do Cabo é marcado pela erosão e a vegetação composta por carrasco, tojo e esteva atestam esta realidade. Este ambiente desolador atinge a sua máxima expressão nas proximidades do Cabo e aplicando-se a descrição de Orlando Ribeiro: " Muito antes que a vista dê a noção de promontórios, vai-se fazendo sentir o isolamento finis-terra. O ar carrega-se de humidade; no solo, varrido pelos ventos impetuosos, a vegetação rareia e faz-se em tufos esparsos cosidos com o chão. As marcas da ocupação tornam-se mais ténues e raras, como se esta se degradasse antes de atingir os limites impostos pela natureza; casais isolados povoações muito rústicas, leiras cultivadas entre muros de pedra solta ... "11.

⁸ cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – Op. Cit., p. 12.

⁹ cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – Ibidem.

¹⁰ Com elevada formação rochosa, sem vegetação e que se adianta sobre o Oceano Atlântico em escarpas ou falésias de grandes lajes de estratos calcários desde os 140 m de altura. MESTRE, Vítor - Inventário do Património Arquitectónico, Lisboa: D.G.E.M.N., 1999.

¹¹ SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – Op. Cit., p. 13.

1.1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITECTÓNICO DO CABO ESPICHEL

“ Os monumentos misturam uma criação artística do passado, com a memorização simbólica no presente e o desejo de um testemunho para o futuro “.

Carlos Fortuna

In “Identidades, percursos, paisagens culturais”

O Homem modificou consideravelmente o meio natural desde o aparecimento da agricultura, transformando profundamente as paisagens primitivas. Assim, os monumentos traduzem o percurso do Homem no tempo e as construções das várias épocas influem decisivamente na organização do espaço modelado pelo Homem, marcando as paisagens de uma forma muito própria através da estrutura de produção gerada e dos povoamentos originados, contribuindo de várias formas para a diferenciação do espaço. Na região em estudo, Cabo Espichel¹² (vide Anexo I, Figs. 3, 4, 5), o isolamento a que está submetido foi provocado por políticas nacionais de desenvolvimento, por uma rede viária e ferroviária deficitária e ainda como factor de peso, pela fisiografia da própria região. A paisagem, em virtude das características apontadas, distingue-se por aspectos sobretudo morfológicos.

O conjunto arquitectónico de Nossa Senhora do Cabo, também chamado Santuário de Nossa Sra. da Pedra Mua, sendo um dos monumentos do nosso património artístico e histórico, pertence ao concelho de Sesimbra. Em relação ao património natural e cultural de Sesimbra, com numerosos pontos de interesse, de importantes atractivos turísticos com belíssimas panorâmicas, “ (...) de um monumental Castelo¹³ mourisco com extraordinária vista em redor, de lugar paradisíaco como a Lagoa de Albufeira, de uma rara construção monumental como o santuário de Nossa Senhora do Cabo ...”¹⁴, de algumas praias ao longo da sua

¹² Conhecido por *Barbaricum* no tempo dos romanos.

¹³ Cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor - op. cit; cfr. Câmara Municipal de Sesimbra - 29 meses de trabalho, s/d, p.140.

¹⁴ Câmara Municipal de Sesimbra - 29 meses de trabalho, s/d, p.170 .

costa, sendo algumas praias fósseis onde existem grutas com vestígios pré-históricos, de uma fortaleza na vila, pisando o mar, de um forte de São Teodósio e de outros monumentos de outra tipologia, para além das famosas pegadas de dinossauros descritas anteriormente ¹⁵.

Nas edificações existentes no Cabo Espichel (*vide Anexo I, Figs. 6, 7*), existe a antiga Ermida da Memória¹⁶ (*vide Anexo I, Fig. 8*), a Igreja setecentista voltada a nascente, oposta à norma tradicional pela evidente razão de proteger o terreiro e as galerias dos ventos marítimos, com um vasto terreno à frente (*vide Anexo I, Fig. 9*), os corpos rústicos¹⁷ das “hospedarias”¹⁸ (*vide Anexo I, Fig. 10*), o aqueduto¹⁹ (*vide Anexo I, Fig. 11*) e a “casa da água”²⁰ (*vide Anexo I, Fig. 12*), que se situa no alinhamento do templo com o cruzeiro²¹ (*vide Anexo I, Fig. 13*), a nascente do arraial (*vide Anexo I, Figs. 6, 14*). Atendendo à escala e à dimensão, estamos em presença de um santuário de importante culto religioso.

Este conjunto mistura elementos ligados ao poder régio com outros ligados à população saloia. Assim como é referido por SERRÃO “(...) um conjunto de edificações que conseguiu atingir um impacto de coerência e de monumentalidade, integrando-se com espontaneidade no agreste suporte físico em que está implantado, o extremo do promontório do Espichel, templo de feição erudita de iniciativa régia, dois lanços de dormitórios de feição nitidamente saloia, diversas dependências de perfil classicista, e até uma velha capelinha de implantação anterior, todos estes

¹⁵ Cfr. Câmara Municipal de Sesimbra - 29 meses de trabalho, s/d, p.171 .

¹⁶ Trata-se de uma capela de planta quadrangular, coberta por cúpula rematada em bolbo, com fachada posterior com dois painéis de azulejos muito degradados e o interior revestido por silhar de azulejos em azul e branco, representando o milagre de Nossa Senhora do Cabo, a construção da Igreja e das Hospedarias. Cfr. MESTRE, Víctor - Inventário do Património Arquitectónico, Lisboa: D.G.E.M.N., 1999.

¹⁷ Com vasta casa alpendrada a toda a roda.

¹⁸ Acomodação para os romeiros.

¹⁹ Estrutura de alvenaria, composta por várias arcadas, que transportava a água desde a nascente, em Azóia, até à casa da Água. Visível entre o Santuário e a povoação de Azóia, num percurso de 2 Km. Cfr. D.G.E.M.N., - Inventário do Património Arquitectónico Cabo Espichel, Registo Multimédia, Lisboa, 2001.

²⁰ A água captada em Azóia, é canalizada através de um aqueduto que termina no Cabo Espichel, numa casa da água construída em 1770. De planta hexagonal, coberta por cúpula rematada por lanternim, cimalha envolvente, cunhais apilastrados marcando as 6 faces. No interior contém uma fonte tipo nicho, rematada por frontão triangular e decorada com concha a enquadrar uma face, e ainda um banco de pedra ao longo das paredes, restos de um silhar de azulejos, com cenas de caça, cenas alusivas aos círios. MESTRE, Víctor - Inventário do Património Arquitectónico, Lisboa: D.G.E.M.N., 1999.

²¹ Assenta em plataforma quadrangular com 3 degraus, onde evolui um alto plinto cúbico, no qual assenta a cruz latina e as hastes são lanceoladas com pequeno ornato vegetal. D.G.E.M.N., - Inventário do Património Arquitectónico Cabo Espichel, Registo Multimédia, Lisboa, 2001.

objectos se comungam e completam num único valor intrínseco, absolutamente impressionante para as sensibilidades dos nossos dias o vínculo histórico que lhe está subjacente, o culto fervoroso à Senhora do Cabo, os círios dos saloios e as festividades lúdicas e profanas complementares às cerimónias religiosas...”²².

Existe ainda um farol construído em 1790 (*vide Anexo I, Fig. 15*) e as ruínas de um forte do Séc. XVII, o qual foi erigido aquando da fortificação das barras do Tejo e do Sado²³, assim como pegadas de dinossauros (*vide Anexo I, Fig. 16*), como se descreve : “ (...) pegadas essas impressas, e bem visíveis, nas rochas cretácicas do Cabo viradas para o mar e muito mais tarde tomadas pelas pegadas da mula, que segundo a lenda, transportou, até ao alto do Cabo a imagem de Nossa Senhora”²⁴. Estas pegadas foram descobertas em 1970.

O Santuário de Nossa Senhora do Cabo (*vide Anexo I, Fig. 6*), constituído pela igreja e a divisão ritmada das alas das hospedarias por arcarias, é uma construção, que proporciona ao conjunto com espírito religioso e com concepção plástica e que nasce neste espaço rural isolado, num planalto sujeito a permanentes vendavais com acção do mar com um clima permanentemente agressivo, no extremo poente do extenso promontório do Cabo Espichel, tornando-se um sítio religioso, na elevada formação rochosa sem vegetação, integrando o conjunto montanhoso da Arrábida, sobre o Oceano Atlântico²⁵.

Várias zonas do concelho de Sesimbra têm particularidades do ponto de vista paisagístico e monumental e é natural que haja preocupação em as preservar.

O conjunto arquitectónico do Cabo Espichel está sob a alçada de vários organismos. Depende do ponto de vista do Património Arquitectónico da D.G.E.M.N.²⁶, do I.P.P.A.R.²⁷ e a sua utilização é regulada pelas autoridades eclesiásticas.

²² SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor - Sesimbra Monumental e Artística , C.M. Sesimbra, 1997, p. 131.

²³ Cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – op. Cit., C.M. Sesimbra, 1986, p. 73.

²⁴ SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – op. Cit., C.M. Sesimbra, 1986, p. 74.

²⁵ cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – Op. Cit., p. 5.

²⁶ Organismo responsável pelas obras de Monumentos Classificados, caso estes sejam estatais; e no caso de serem privados não haver por parte das entidades proprietárias condições económicas.

²⁷ Organismo responsável pela classificação de Monumentos Nacionais.

1.1.3. INSTRUMENTOS DE SALVAGUARDA

Reconhecendo a insuficiente protecção conferida pelas medidas preventivas decretadas para a zona pelo Decreto nº355/71 de 16 de Agosto e nos termos da base IX da Lei nº 9/70 de 19 de Junho, é criado o Parque Natural da Arrábida. Das diligências que anteriormente se haviam operado quanto à Lagoa de Albufeira, resulta o rápido interesse que veio a ser demonstrado pela criação de outras reservas naturais no concelho. A preparação do diploma que cria o parque Nacional da Lagoa de Albufeira encontra-se em fase de conclusão. Seguir-se-á a criação de uma reserva agrícola no eixo Alfarim – Aldeia do Meco, a criação da reserva natural do Cabo Espichel (para protecção deste monumental promontório), que foi definida zona de protecção por Decreto-Lei nº 280 de 29 de Março de 1963 e a publicação de legislação que promova a defesa da costa entre a Lagoa e Sesimbra²⁸.

Nossa Senhora do Cabo Espichel está classificada como Imóvel de Interesse Público, Decreto nº 37 728, DG nº4 de 05 de Janeiro de 1950, com zona Especial de Protecção, DG nº 280 de 29 de Novembro de 1963, incluído na zona classificada como Monumento Natural, Decreto nº 20/97, D.R. nº 105 de 07 de Maio de 1997²⁹.

²⁸ Cfr. Câmara Municipal de Sesimbra - 29 meses de trabalho, s/d, p.145 .

²⁹ Cfr. MESTRE, Víctor - Inventário do Património Arquitectónico, Lisboa: D.G.E.M.N., 1999.

1.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

1.2.1. DA PRÉ-HISTÓRIA AO APARECIMENTO DA LENDA DA SRa. DA PEDRA DA MUA

“ Mulheres de campónios – pescadores das proximidades do cabo Espichel, á soleira das pobres casas de pedra solta, disseram numa grande tristeza, que ali era um dos cabos do mundo “

Orlando Ribeiro

In “Geografia de Portugal I. A Posição geográfica e o território”

A região em estudo é rica em vestígios fossilizados do período Jurássico Superior, nas quais foram encontrados vestígios icnofósseis. De facto, ainda hoje é possível observar vários trilhos de pegadas de dinossauros nas arribas do Cabo. Esta é, até ao momento, a mais espectacular das jazidas do concelho de Sesimbra, pelo sítio privilegiado em que se encontra e pela qualidade das impressões e da informação que proporciona.

Na zona do Cabo Espichel existem vestígios de ocupação humana que remontam ao Paleolítico superior. No entanto, “ As jazidas paleolíticas da região, talvez pela sua natureza (praias elevadas, terraços e cascalheiras) não oferecem até hoje quaisquer produções artísticas. As mais antigas manifestações de arte reportam-se ao Neolítico Médio e final e ao Calcolítico. São cerâmicas com decoração impressa, ornatos geométricos incisos, objectos de culto, ornamentados ou não, de ardósia, osso e calcário...”³⁰.

Nas principais fases pré-históricas, houve quase sempre condições que permitiram a fixação populações. Da análise da “Carta Arqueológica do Concelho de Sesimbra” foram encontradas até 1973 alguns tipos de jazidas: paleolíticas (43), neolíticas (20), calcolíticas (12), da Idade do Bronze (5) e da Idade do Ferro (4)³¹.

³⁰ SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – op. Cit., p.16.

³¹ Cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – op. Cit., C.M. Sesimbra, 1997, p. 26.

Actualmente a zona do Cabo Espichel é alvo de um estudo arqueológico mais sistemático. Nos últimos anos têm sido identificadas, por meio de sondagens arqueológicas, algumas indústrias líticas do paleolítico e do Neolítico.

Durante a segunda metade do século XX, as investigações arqueológicas realizadas (iniciadas em 1952), testemunham o povoamento litoral denso entre a actual vila e o Cabo Espichel (o "*Akra Barbarin*" de Estrabão), durante a época neo-neolítica³².

Relativamente aos vestígios romanos podemos considerá-los escassos nesta região, tal como refere Eduardo da Cunha Serrão "Vestígios de Romanos abundam na Península de Setúbal, mas são escassos no seu canto sudoeste que termina no *Barbarion*³³, nome dado por Estrabão ao Cabo Espichel, no Séc. I a.c."³⁴.

³² Cfr. MONTEIRO, Rafael - Alguns mareantes desconhecidos da Terra de Sesimbra, Câmara Municipal, 2001, p. 27.

³³ *Akra Barbarion*

³⁴ SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – Op. Cit., p. 18.



1.2.2. O CONTEXTO DO CABO ESPICHEL :

“ (...) Correo por todo effe arrayal a infauta voz de que huma inadvertida mulher, a quem os poucos annos não confentiaõ ainda madureza ao juizo, fugindo ás reprehensõens, e castigos de fua Mãy zelofa, cegamente fe precipitára defta eminente, afpera, e medonha rocha. Eqando todos imaginavamos, que as defpedaçadas partes do feu corpo ficariaõ divididas e pendentes pelas agudas, e informes pedras, e as ultimas relíquias do deftroço entregues ás ondas do furiofo mar, vimos com admiração e affombro, que outra fe refituhio ao alto cume defta montanha fem lezaõ dos membros, com vida, e acordo nos fentidos, ...”

Manuel Teixeira

In “Milagre sucedido na tarde de 26 de Maio”

Não se sabe ao certo a forma do aparecimento da Senhora do Cabo, nem o ano em que aconteceu, contudo fazem referência a esta prodigiosa Imagem, alguns escritores ³⁵ :

Fr. Agostinho de Santa Maria³⁶ diz ser tradição constante que a senhora do Cabo apparecera naquele sítio, a que os romanos chamavam Promontório Barbárico outros Barbaricus e a que / ao qual os Navegantes chamam Cabo Espichel, a alguma distância de Sesimbra defronte de alguns cabos em que a terra entra pelo Oceano da parte meridional da cidade de Lisboa e que fora descoberta por uns homens da Caparica que iam àquela Serra cortar lenha, e que daqui veio o princípio de festejar; afirmam outros que apparecera a Senhora na praia, que lhe fica embaixo e que subindo pela rocha, parara onde hoje existe a Ermida da Memória.

Outra tradição existente é a de um saloio de Alcabideche e de uma mulher da Caparica. Sonhou um homem de Alcabideche que naquele lugar áspero e deserto, apenas iluminado pela luz do Sol e o clarão da luz “ ... apenas allumiado pela luz do sol, e claro da Lua, e onde Neptuno quebra todas as forças de suas empoladas

³⁵ Fr. António da Piedade; Fr. Luiz de Sousa ; Padre António de Vasconcelos; Manoel de Faria; João Baptista de Castro; Fr. Agostinho de Santa Maria

cfr. CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio - Memória prodigiosa imagem da Senhora do Cabo, s/d , p. 10 .

³⁶ CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio – Op. Cit., p. 16.

ondas, ...³⁷, via e admirava uma luz remota, que era ao mesmo tempo do mar brilhante e achou necessário reconhecer essa maravilha que estava vendo. Dirige-se o mais depressa possível e encontra a devota mulher da Caparica. Esta, imediatamente ao saber do caso, deixa o saloio e chega primeiro ao sítio do Cabo e vê a Prodigiosa Imagem, dando prioridade de culto à sua terra de origem.

Divulgado por toda a parte o prodígio, ergueu-se uma pequena e graciosa Ermida, e nela se colocou a prodigiosa Imagem que a todos que a viam impunha respeito³⁸.

Situar cronologicamente o culto no tempo é difícil mas pode-se considerar que “O culto de Nossa Senhora do Cabo perde-se na bruma dos tempos, remontando o actual culto a cerca de 1410, ano em que terá sido descoberta a venerada imagem de Nossa Senhora do Cabo”³⁹. Segundo a lenda, Nossa Senhora saiu do mar, subindo a falésia da Pedra Mua, na praia dos Lagosteiros, montada sobre uma mula, cujas pegadas, assinaladas pelos crentes, eram efectivamente marcas deixadas por patas, mas de dinossauros (*vide Anexo I, Fig. 16*). A presença de um trilho fóssil de pegadas de dinossauros, com origem na praia subindo a falésia, até ao planalto onde se encontra o Santuário, deu origem a uma lenda curiosa que relata a existência de um animal, designado por “Mua”, o qual teria conduzido Nossa Senhora da praia até ao planalto. De facto, até 1428, a Ermida era conhecida por Santa Maria da Pedra da Mua⁴⁰.

A lenda da Pedra Mua, na origem da fundação do Santuário da Senhora do Cabo, revela um interessante caso de recuperação pela religiosidade da gente do povo, de um fenómeno estranho à cultura popular – os trilhos de dinossauros⁴¹.

É tradição que foi junto deste cabo que a 20 de Junho de 1180, se travou uma batalha naval entre a esquadra de D. Fuas Roupinho e outra dos mouros⁴².

Na idade Média, o Cabo era chamado de Santa Esperança. Por outro lado, a romaria que se celebra anualmente no Cabo Espichel, tem origem num culto cristão

³⁷ CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio – Op. Cit., p. 16.

³⁸ Cfr. GOMES, Padre Agostinho - Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel, C.M. Sesimbra, s/d, p. 5.

³⁹ SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor - Sesimbra Monumental e Artística, C.M. Sesimbra, 1997, p. 117.

⁴⁰ Num dos painéis de azulejos do interior da Ermida da Memória está representada a Virgem, com o Menino Jesus nos braços, sobre uma mula e o rasto desta na laje (Antunes, 1976); cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – Op. Cit., p. 73.

⁴¹ Cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – Ibidem.

⁴² Cfr. BOTELHO, J. Raposo - Nossa Senhora do Cabo. Resumo Histórico, 1928.

que remonta segundo um documento régio de D. Pedro I, a 1357. Os terrenos e a Ermida foram doados, em 1428, por Diogo Mendes de Vasconcelos ao convento de S. Domingos de Benfica, para os frades ali construírem um convento. No ano seguinte, a vereação de Sesimbra comprometia-se a suportar e a conservar aquele lugar, por lhe ser agradável a vinda dos religiosos, mas o convento não chegou a edificar-se. Neste século, começaram os famosos círios⁴³ da Sra. Do Cabo, sendo encarregadas da festa várias freguesias, inicialmente 30, depois reduzidas a 26, por terem saído as freguesias de Bucelas, Unhos, Arranhol e Mafra⁴⁴. A capela tornou-se pequena para acolher a venerada Imagem, lugar de peregrinações dos povos das redondezas. Por essa altura, os romeiros organizaram-se em “giros” ou círios anuais, para festejarem Nossa Senhora. Como eram 30 as freguesias, só de 30 em 30 anos cabia a cada uma a “sua festa”, cabendo a cada uma delas, por ordem, nesse ano, a organização das festividades e de culto⁴⁵.

No sítio denominado da Balieira, erigiu-se no Séc. XV a Igreja de Nossa Sra. Do Cabo, que mereceu desde o séc. XVIII uma veneração alargada a 26 freguesias por onde o círio de N. Sra. passava em giro, que deveria coincidir com o 1º domingo depois da 5ª feira da Ascensão. Passava a vir ali, em peregrinação, o povo das redondezas. Nasciam barracas e casitas, sem ordem nem graça, para albergar peregrinos que passavam dias de fadigosa viagem e por aqui ficavam em oração e repouso. Os romeiros vinham quase sempre em grupos – a pé, quando podiam e o exigia o seu espírito penitencial, ou a cavalo, ou nos mais variados e lentos carros. A estas verdadeiras procissões, dava-se o nome de “Círios”. Círios é a vela de cera de grandes dimensões, em serviço da igreja ou círio pascal. Porém, era uso as

⁴³ São peregrinações ou romarias a Nª Sra do Cabo Espichel e a Nª Sra. Da Atalaia. A palavra tem a sua origem no nome dado à vela grande e grossa (o círio), que os romeiros levavam consigo durante o trajecto e acendiam à chegada ao Cabo, para a festa. Este círio continua a realizar-se, mas a Imagem segue de uma para outra freguesia, não se fazendo a transmissão no Cabo Espichel.

. Na igreja, faz-se uma afamada romaria no 3º domingo de setembro a que concorrem muitos círios, organizados especialmente por marítimos. Cfr. Pdre Agostinho (coord.) - Santuário Nª Sra. Do Cabo Espichel, s/d, p. 15.

⁴⁴ Freguesias participantes, por ordem estabelecida (26) : S. Vicente de Alcabideche, S. Romão de Carnaxide, S. Julião do Tojadilho, S. Pedro de Penaferim, Nossa Senhora da Misericórdia de Belas, Santa Maria de Loures, S. Lourenço de Carnide, S. Pedro de Barcarena, S. Pedro de Lousa, Santo Antão do Tojal, Nossa Senhora da Purificação de Oeiras, Nossa Senhora do Amparo de Benfica, S. Domingos de Rana, S. João das Lampas, Nossa Senhora da Purificação de Montelavar, Nossa Senhora de Belém Rio de Mouro, Nossa Senhora da Ajuda de Belém, Ascensão e Ressurreição de Cascais, Santo Nome de Jesus de Odivelas, S. Martinho de Sintra, S. Pedro de Almargem do Bispo, Santo Estevão das Galés, Nossa Senhora da Conceição de Igreja Nova, S. João Degolado de Terrugem, S. Saturnino de Fanhões e Santa Maria e São Miguel de Sintra. Cfr. GOMES, Padre Agostinho (coord.) - Santuário Nª Sra. Do Cabo Espichel, s/d, p. 15.

⁴⁵ cfr. FERREIRA, Helmer da Cruz – Op. Cit., p 3.

romagens levarem círios aos santos que festejavam e daí passarem a designar-se também por círios os próprios cortejos de romeiros.

“ Antes de 1701, data da construção da actual igreja, o arraial era circundado de casas para os romeiros não obedecendo a alinhamento especial e dispendo-se em torno do primitivo templo (dos finais do séc. XV)”⁴⁶. O grande interesse dos saloios de 30 freguesias dos arredores de Lisboa, que acorriam às romarias, trazendo um círio – daí o nome de “círio dos Saloios” dada às romarias, veio a contribuir para a edificação deste conjunto arquitectónico⁴⁷. Conjunto monumental, composto de hospedarias, casa dos círios, aqueduto e casa de fresco, construído no séc. XVIII, de tipologia maneirista e barroca, concebido para acolher os romeiros satisfazendo as necessidades exigidas.

A maioria dos peregrinos, era do povo, e ergueram pouco a pouco com o auxílio de alguns donativos importantes, os diversos edifícios que ainda hoje constituem o santuário. O templo, concluído em 1707, e oito anos após foram acrescentados os dois extensos corpos laterais, ficando assim delimitado um vasto terreiro, em forma de U, aberto a nascente e denominado o “arraial”.

D. José I, depois de confiscados os bens dos duques de Aveiro, a quem estes terrenos pertenciam, fez grandes obras na igreja e no arraial, entre as quais um aqueduto (*vide Anexo I, Fig. 11*) e a casa da água (*vide Anexo I, Fig. 12*).

Decorria neste espaço humanizado numa paisagem “selvagem” de horizontes sem fim os momentos da festa mais significativos, tanto de carácter religioso (*vide Anexo I, Figs. 17, 18*), como de apenas alegre divertimento popular (*vide Anexo I, Figs. 19, 20, 21*). Após os actos religiosos, se dançava e cantava, se fazia a feira, se efectuavam touradas e jogos ou, despreocupadamente, se davam passeios e tinham lugar alegres confraternizações.

As festividades foram crescendo de importância, atingindo o seu ponto culminante no Séc. XVIII (1770), quando a própria corte contribuiu com a sua presença e avultados donativos, para o prestígio do santuário.

“ Foi o Senhor Rei D. José, seu Augusto Avô, com toda a Família Real, a Nossa Sra. Do Cabo, fazer as festas do costume, eahi se fizerão funcções reaes dignas de tal Monarcha. Mandou este senhor para commodidade dos Romeiros, que se

⁴⁶ SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor - *Sesimbra Monumental e Artística*, C.M. Sesimbra, 1997, p. 118.

⁴⁷ Cfr. Fundação Calouste Gulbenkian - *Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel*, 1961, p. 18.

armassem barracas por detrás das casas que estão no arraial da parte do Sul, as quaes vierão da fundição, e todos ficarão muito bem acomodados. Mandou dar 16 bois de bodo, e não quis que se alterasse nada do costume. Foi toda a Côte a tão luzida função, em que houverão tres tardes de touros. Correndo toda a despeza por conta de sua Magestade, nada mais despendeo a Confraria do que pagar ao capellão, e outras miudezas,...⁴⁸.

A grande afluência de peregrinos durante o Séc. XVIII obrigou a ampliar o recinto, continuando a construir-se na zona norte, defronte do cruzeiro, havendo construção ainda em 1791.

As festas⁴⁹ da Sra. do Cabo, tendo tido grande participação das gentes da região lisboeta foram famosas até finais do Séc. XIX, neste espaço privilegiado para convívio humano, tendo começado por ser o povo camponês quem mais contribuiu para a construção deste santuário. Juntaram-se os pescadores de Sesimbra que acabaram por ser os seus últimos devotos, sendo ainda hoje esta gente do mar a que ocorre em maior número à festa anual, que se realiza no último domingo de Setembro⁵⁰. Com vontade em perpetuar vivências próprias de uma comunidade permanece, o modo de pensar, sentir, viver e comunicar com o divino.

Estando tão perto de Lisboa, é pouco frequentada devido à falta de comunicações terrestres o que fez com que Sesimbra durante séculos ficasse isolada da capital e do país. As comunicações entre a vila de Sesimbra e Lisboa eram principalmente efectuadas por mar. " Só em 1876, se iniciam as obras de estrada que dá acesso a Cacilhas⁵¹ e desde 1872 que fermenta o sonho, nunca concretizado, da construção do caminho de ferro que estabeleceria a mesma ligação, sucedendo-se, até 1927, outros projectos, com itinerários diversos, todos falhados"⁵².

A romaria ao Cabo Espichel que mobilizava, no início do séc. XX, quase toda a população da antiga aldeia piscatória da Costa de Caparica, deixou de se realizar

⁴⁸ Cfr. CONCEIÇÃO, Frei Cláudio da – Op. Cit., p. 10.

⁴⁹ Festas religiosas são rituais comuns praticados por uma comunidade com vista a devoção pública e a agradecer ou a implorar a protecção de Deus e dos santos para a comunidade.

⁵⁰ Cfr. GOMES, Padre Agostinho (coord.) - Santuário N^o Sra. Do Cabo Espichel, s/d, p. 15.

⁵¹ Ainda revela carências significativas ao nível das infra-estruturas básicas, apesar de possuir ligação asfaltada, e o serviço de transportes públicos ser assegurado.

⁵² SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – Op. Cit., p. 21.

em 1950. Os círios saíam da mais antiga igreja da Costa de Caparica, acompanhada por marchas tocadas pela Banda dos Pescadores ⁵³.

Com as transformações sociais e mudanças de mentalidade do nosso século, muitas festas estão em franca decadência, havendo alguns ressurgimentos que se justificam como uma sobrevivência comunitária, modo de afirmar uma identidade e a sua relação com o espaço sagrado, mas sobretudo como preservação de um património que embora adulterado, ainda tem força suficiente para se impor ao povo sedento e para cortar com a rotina do quotidiano.

⁵³ Na semana dedicada ao património cultural na Costa de Caparica, entre 15 e 18 de Maio de 2002, realizou-se na Costa de Caparica a quinta semana do Património, para dar a conhecer em particular aos mais jovens, o património cultural desta freguesia. As comemorações atingiram o seu ponto alto com a recriação inédita da procissão " Os círios à Nossa Senhora do Cabo". Só que desta vez a procissão não foi até ao Cabo Espichel.

C
A
R
A
C
T
E
R
I
Z
A
Ç
Ã
O
3

PARTE II

ANÁLISE DO CONJUNTO ARQUITECTÓNICO DO CABO ESPICHEL

“ O homem das nossas civilizações propôs-se, com efeito, conquistar o espaço através de uma associação original de permanência e movimento. Tudo principia com a disposição do local como ponto de referência e abrigo e não como simples habitação. A arquitectura começa no sinal. Cada civilização deve ser julgada de acordo com o tratamento por ele conferido a estas peças distribuídas no seu espaço vital. “

In “Atlas da arquitectura Mundial,
Alphabooks, Publishers 1998

2.1. ARQUITECTURA

2.1.1. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

“(...)nunca nos é possível ver um edifício na sua totalidade: vislumbramos apenas vistas parciais e sucessivas tanto no exterior como no interior, de tal forma que somos incessantemente obrigados a conjugar aquilo que vemos com o que não nos é possível ver para melhor podermos apreciar o conjunto. Não nos devemos guiar apenas pelos olhos: é necessário reflectir enquanto se observa. “

In “Atlas da arquitectura Mundial,
Alphabooks, Publishers 1998

O conjunto arquitectónico vernacular do Cabo Espichel é a marca de uma região que se impõe com uma característica própria. A simplicidade do conjunto, com uma composição axial, com uma simetria que a determinada altura desaparece, e cuja modulação se humaniza com diferenciações de interpretação dos elementos que marcam o ritmo dos edifícios é uma composição sem volume, sem muita decoração, obtém monumentalidade e atinge os domínios da arte.

O Santuário com aspecto de abandonado, praticamente em ruína, foi esquecido e ignorado, caindo aos bocados (*vide Anexo I, Figs. 22 à 31*). O abandono acentuou-se nos últimos anos e as cerimónias religiosas decaíram pouco a pouco (actualmente apenas duas vezes por ano, ali vão fiéis de Palmela e de Sesimbra festejar a Virgem). O arraial anima-se com a presença⁵⁴ de grupos de romeiros⁵⁵, (*vide Anexo I, Fig. 32*) que tomam conta do terreiro⁵⁶.

Conjunto implantado no amplo terreno do lado Este (nascente), como já referido (*vide Parte I. 1.1.2. Contextualização do conjunto arquitectónico do Cabo Espichel, p.*

⁵⁴ Até à pouco tempo (2000), ainda existia pessoas ali a habitar na ala sul e um pequeno café/loja na ala norte.

⁵⁵ Gente humilde, a que parte dos dormitórios foi arrendada, com seus animais domésticos (galinhas, porcos, patos e ovelhas).

⁵⁶ Cfr. Fundação Calouste Gulbenkian - Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p. 8.

22), é constituído por um corpo principal de planta em “U”, (cujo lado menor corresponde à igreja e os maiores às hospedarias⁵⁷), a Casa da Água, que fica no alinhamento da fachada da igreja e a Ermida (*vide Parte I. 1.1.2. Contextualização do conjunto arquitectónico do Cabo Espichel, p. 20*) a NO., próximo da falésia (*vide Anexo I, Fig. 7*).

Os dois corpos das hospedarias, alinhados paralelamente entre si alinhados a partir da igreja mas de comprimento desigual, distinguem-se um a ala norte (a maior) e ala sul (a menor) (*vide Anexo I, Fig. 7*) e estendem-se até defronte do cruzeiro. No topo da ala sul – a ala mais pequena, existe uma placa que concede autorização a todas as pessoas a “venderem” neste arraial, sem pagamento de imposto (ver Fig. 33). As hospedarias (*vide Anexo I, Figs. 34*), de planta rectangular, apresentam-se no sentido E / O, rasgadas por arcadas (*vide Anexo I, Figs. 35*) e permitem o acesso a um alpendre corrido, delimitando o terreiro a N. e a S. ⁵⁸ (*vide Anexo I, Fig.10*). Os dois extensos edificios que enquadram a igreja – as hospedarias – distribuem-se em dois pisos (*vide Anexo I, Fig. 36*), ficando localizadas no piso térreo, através da arcaria, as “lojas” e no piso superior, os “sobrados”. O acesso entre os dois pisos faz-se por uma escada comum. Os sobrados de maiores dimensões que as lojas, dispunham igualmente de uma cozinha rudimentar (*vide Anexo I, Fig. 37*) “com duas fornhalhas, uma grande mesa, dois bancos corridos (*vide Anexo I, Fig. 38*) e um cabide⁵⁹. A pequena dimensão dos compartimentos era compensada pelo uso de equipamentos colectivos, equipamentos esses que hoje exigimos individualmente, em cada uma das nossas habitações.

Cada ala era constituída pela repetição de um módulo composto por loja e sobrado, volumes articulados, e coberto por um telhado de duas (*vide Anexo I, Fig. 6*) e quatro águas (*vide Anexo I, Fig. 38*) tendo as fachadas sóbrias⁶⁰. A ala norte com sessenta e três arcos, onze escadas de pedra, vinte e um sobrados cada um com duas janelas e vinte e duas lojas com a sua janela e/ou porta. A ala sul com quarenta e sete arcos, nove escadas, dezoito sobrados com trinta e seis janelas e dezoito lojas, cada uma com a sua janela.

⁵⁷ Acomodação para os romeiros.

⁵⁸ Cfr. MESTRE, Vítor - Inventário do Património Arquitectónico, Lisboa: D.G.E.M.N., 1999, p.1.

⁵⁹ Cfr. Fundação Calouste Gulbenkian - Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p. 26.

⁶⁰ Cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor - Sesimbra Monumental e Artística, C.M. Sesimbra, 1986, p. 73; FERREIRA, Helmer da Cruz - Santuário de Nossa Senhora do Cabo, p. 1; cfr. GOMES, Padre Agostinho (coord.) - Santuário Nossa Senhora do Cabo Espichel, s/d, p. 11.

Em qualquer uma das alas existem janelas que estão isoladas. A cada habitação corresponde uma porta e duas janelas no piso superior chamado sobrado ou uma porta e uma janela no piso térreo chamado loja. Por isso, em cada uma das habitações existiria uma chaminé.

Actualmente não há acesso às hospedarias porque as entradas estão tapadas (*vide Anexo I, Figs. 39, 40*). Verifica-se que na ala norte existem sessenta e três pilares, dando origem aos arcos, também sessenta e três, que por sua vez dão acesso a nove portas com arcos, vinte e uma portas sem arco e vinte e três janelas. Respectivamente a cada porta com arco corresponde uma chaminé paralela à fachada (excepto numa chaminé), existindo ao todo em cada uma das alas oito chaminés. Por sua vez, as chaminés existem apenas no telhado de duas águas. A cada porta corresponde no piso superior uma janela, assim como a cada janela do piso térreo corresponde no piso superior também uma janela (apesar de algumas janelas no piso superior estarem um pouco desalinhadas com as do piso térreo em consequência de alterações recentes introduzidas de uma forma descontrolada pelos utentes destes espaços). Existem no primeiro piso quarenta e seis janelas e no piso térreo vinte e três. Ainda nesta ala, quando termina o telhado de quatro águas (após o 13º arco a contar da igreja) e começa o de duas águas, existe um túnel (*vide Anexo I, Figs. 41, 42*) que faz a ligação com a parte de trás da hospedaria (*vide Anexo I, Fig. 43*). As janelas na ala norte a contar da igreja (da 5ª à 8ª) têm inscrito no parapeito em cantaria palavras, que formam uma frase onde se pode ler " Casa do Círio da Irmandade de Lisboa " (*vide Anexo I, Figs. 44.A, 44.B, 44.C, 44.D*). A última janela no telhado de quatro águas a contar da igreja em cada um dos pisos, assim como a porta, são de chapa de ferro pintada. As janelas estão pintadas de castanho" (*vide Anexo I, Figs. 45, 46*) e a porta (a única existente) está pintada de verde (*vide Anexo I, Fig. 47*).

Na ala sul, existem quarenta e sete pilares, que dão acesso a nove portas com arco, treze portas e vinte e três janelas. Assim como na ala norte, a cada porta com arco corresponde uma chaminé, perfazendo nove chaminés. Também a cada porta e a cada janela corresponde uma janela no piso superior, existindo ao todo no piso superior trinta e sete janelas. A cada duas janelas do piso superior corresponde uma divisão.

Enquanto o piso superior é constituído por janelas de moldura rectilínea rectangulares (*vide Anexo I, Figs. 34, 35*), o piso inferior é rasgado por arcaria ritmada assente em pilares prismáticos e capitel em pedra (*vide Anexo I, Fig. 48*). Observando com algum cuidado a arcaria, apesar do conjunto e do ritmo existentes, os pilares em cantaria (*vide Anexo I, Fig. 49*) não são todos da mesma altura e espessura, assim como a largura entre eles varia tal como a altura do arco (*vide Anexo I, Fig. 34*). Existe em cada uma das alas um pilar (o trigésimo quinto a contar da igreja), que é mais largo, constituído por alvenaria de pedra talhada (*vide Anexo I, Figs. 50, 51*).

A arcaria, que corre ao longo do piso térreo, dá ao conjunto o ritmo e a despreziosa monumentalidade. Todos os arcos permitem uma passagem coberta, até junto da igreja. Esta arcaria desdobra o espaço colectivo do arraial, comportando-se como sua extensão a caminho das hospedarias, a um nível abrigado, resposta a um meio agreste, onde o convívio constituía a motivação dominante (*vide Anexo I, Figs. 52, 53*).

A igreja, pela sua dimensão, assim como pela localização (*vide Anexo I, Figs. 6, 9*), sobressai e evidencia-se das hospedarias. As suas proporções e o pormenor decorativo cuidado (*vide Anexo I, Figs. 54 à 57*) concebida de acordo com as características do sítio. É um edifício religioso que, dentro ainda da transição maneirista do "estilo chão", se assume já com uma dinâmica barroca. A fachada do corpo principal (*vide Anexo I, Fig. 9*) é rematada por frontão triangular, apresentando no tímpano um nicho com uma imagem (a escultura da padroeira) (*vide Anexo I, Figs. 58, 59*), sendo o segundo piso rasgado por três janelões rectangulares e o primeiro piso da fachada composto por um portal encimado por meia concha estreada⁶¹. Une-se aos corpos paralelos das hospedarias por duas torres laterais rematadas por frontão e vazadas por arcos de passagem segmentares, constituídas por janelas de sacada (*vide Anexo I, Figs. 60, 61, 62*).

A planta longitudinal é composta por rectângulos justapostos da nave e da capela mor, a que se adossam os quadrados das torres sineiras e os rectângulos das duas sacristias.

⁶¹ cfr. MESTRE, Víctor - Op. Cit.

2.1.2. ANÁLISE FUNCIONAL DO CONJUNTO

“Qualquer tipo de arquitectura deriva de um reagrupamento e de uma articulação de formas. As formas resultam de uma vontade imposta ao material. Um conjunto acabado suscita junto do espectador ainda que superficial ou desatento, uma impressão específica de informação!”

In “Atlas da arquitectura Mundial,
Alphabooks, Publishers 1998

Um edifício histórico comunica através do tempo, transmitindo de geração em geração o seu conteúdo simbólico e permite usufruir dos seus valores estéticos, produto das intervenções resultantes dos valores e gostos de cada época.

Os edifícios com alguns anos de existência têm cumprida a função para que foram construídos⁶². Representam uma parte do património construído, pois contêm em si uma parte da história do Homem, para além de significarem uma parcela significativa e mesmo imprescindível do parque construído, no que se refere às funções que têm de continuar a desempenhar, tanto na habitação, como nos serviços⁶³.

O conjunto com a função de santuário de peregrinação (*vide Anexo I, Fig. 6*), tendo em atenção as necessidades dos romeiros com as hospedarias, foi construído pelo povo, como já referido (*vide Parte I. 1.2.2. O contexto do Cabo Espichel, p. 29*), na extensa plataforma do Cabo Espichel, com originalidade e equilíbrio, composto por dois longos corpos laterais, definindo-se o arraial amplo largo e aberto para nascente. A diferença no comprimento das duas alas que definem com a massa da igreja, como já referido (*vide Parte II. 2.1.1. Descrição da situação actual, p. 35*), o rectângulo do arraial, permite uma visão interior do recinto a quem chega ao santuário pela estrada de Sesimbra (*vide Anexo I, Fig. 5*), sem ainda o ter atingido.

⁶² Incluem-se edifícios construídos com o recurso das tecnologias tradicionais de execução das estruturas dos edifícios, sistemas estruturais estaticamente indeterminados, materiais e privilegiando materiais “naturais” sujeitos a ligeiras transformações. A madeira, a pedra, a areia, o barro e a cal foram utilizados ao longo do tempo, sem grandes alterações.

⁶³ Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva . Edifícios Antigos, Lisboa: L.N.E.C., 1991, p. 9.

Quando no terreiro, o corpo da igreja sobressai mas delimitado pelas alas, tornando-se um só conjunto (*vide Anexo I, Fig. 10*).

O espaço é limitado pelo cruzeiro e pela casa da água, sendo o topo nascente aberto e dois corpos de comprimento desigual como já referido (*vide Parte I. 1.1.2. Contextualização do conjunto arquitectónico do Cabo Espichel, p. 21*) (*vide Anexo I, Fig. 14*).

O santuário é composto de modo a responder às necessidades que se considerava indispensáveis à permanência em sítio tão isolado, durante alguns dias, de uma população de hábitos modestos. Apesar de ser intensa apenas uns quantos dias por ano, a vida do aglomerado era intensa, enquanto os círios ou grandes peregrinações lá se conservassem (*vide Anexo I, Figs. 17, 18, 19, 20, 21*).

As casas do lado Sul, eram de sentido comunitário: padaria, cozinha e sala de reuniões. As do lado Norte eram instalações da família real, que nunca faltava às festas. Por detrás da ala norte, estava a “casa da ópera”, onde se realizavam as representações teatrais e musicais nos círios. Existia um completo equipamento para utilização colectiva: cozinhas, casa de forno, padaria, cavalariças, um pequeno teatro – a casa da ópera, construído pelo círio de Lisboa, que tinha boas acomodações, cenários e vestuário (*vide Anexo I, Fig. 24*) e a Casa da Água que foi mandada edificar em 1770 pelo Rei D. José. O lado nascente do arraial termina com o cruzeiro, fontes e as cavalariças, que tinham anexa uma cisterna as quais considerando as exigências da época, cumpriam bem a sua missão. A água fresca vinha por um aqueduto⁶⁴ desde Azóia, até uma esmerada casa da água e daí para um fontanário, com lavadouro comum. Integram-se todos estes elementos no conjunto de modo a responder às necessidades nesta altura do ano⁶⁵. Os peregrinos traziam em carroças, mulas ou mesmo em pequenas embarcações, o equipamento logístico necessário à permanência nas hospedarias, durante alguns dias⁶⁶.

Era tudo básico, muitas vezes improvisado, mas de ano para ano, tentava melhorar-se as instalações, dotando-as com peças de certo requinte, como se verificou com o pequeno teatro e com a “casa da água”. Os romeiros chegavam com

⁶⁴ Visível entre o santuário e a povoação de Azóia, num percurso de 2 Km. Estende-se o grande aqueduto que abastecia o local durante as peregrinações.

⁶⁵ Cfr. AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2º volume, 3ª edição, Associação dos arquitectos portugueses, Lisboa, 1988, p. 2.

⁶⁶ Cfr. Fundação Calouste Gulbenkian, *Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p. 34.

alguns dias de antecedência, para arranjar o arraial, montar o coreto, limpar e preparar a sua instalação nas hospedarias.

Surgiam também os vendedores ambulantes, que armavam as tendas de guloseimas e recordações e sob as arcadas e perto das improvisadas tabernas dispunham mesas e bancos, onde se celebravam os festejos.

Além do templo, com as suas várias dependências relacionadas com o culto, havia a casa dos festeiros, a casa das pratas, a habitação do capelão eremita e o armazém para a berlinda e para o carro triunfal.

Para os peregrinos, existiam as hospedarias compostas de unidades familiares independentes distribuídas em dois pisos – “lojas” e “sobrados” – e cada uma de sala única com lareira, sendo bem menores as lojas diminuídas pelas galerias e pelo acesso ao piso superior compostas de salas de piso térreo – as lojas – e de salas no andar superior – os sobrados – como já referido (*vide Parte II. 2.1.1. Descrição da situação actual, p. 35*) anteriormente. As hospedarias com apoio de padaria, cozinhas, teatro, fontes e cocheiras, atendendo as exigências da época, cumpriam bem a sua missão.

Na altura festiva anima-se a grande quantidade humana dos romeiros, voltando a ter a sua função de centro comunitário, lembrando uma praça de antigamente em festa, mas que se deve à presença dos populares, enquanto todo o ano o extenso recinto, se apresenta com aspecto de ruína.

Através da participação das gentes da região lisboeta até aos finais do séc. XIX, as festas da Senhora do Cabo foram famosas. Nas festas religiosas ou lúdicas, decorria a procissão com a sagrada imagem transportada desde Lisboa, que por vezes passava ao longo do areal da Caparica. A imagem era também recebida nas vinte e seis freguesias saloias em festivas confraternizações religiosas, num ciclo ininterrupto de itinerância anual⁶⁷. Actualmente, continua a ser um santuário de peregrinação com procissão anual.

Tendo começado por ser o povo camponês – os saloios – quem mais contribuiu para a construção deste santuário à beira mar como já referido (*vide Parte I. 1.2.2. O contexto do Cabo Espichel, p. 29*), acabaram por ser os pescadores de Sesimbra os

⁶⁷ Cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor - Op. Cit., p. 78.

seus últimos devotos, sendo ainda hoje esta gente do mar a que ocorre em maior número à festa que se realiza anualmente.

Actualmente, continua a ser um santuário de actividade religiosa da confraria de apoio aos círios com procissão anual⁶⁸.

⁶⁸ MESTRE, Víctor - Intervenção no Cabo Espichel in "*Revista de Arquitectura e vida*", Junho 2001, p. 21.

2.1.3. CARACTERÍSTICAS ESTÉTICAS

“ Um edifício não deve ser abordado do mesmo modo que um quadro ou um objecto de arte uma vez que a sua natureza é bastante complexa”.

In “Atlas da arquitectura Mundial,
Alphabooks, Publishers 1998

Através da economia de meios, o conjunto obtém uma simplicidade funcional e uma beleza notável. O Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel tem uma igreja setecentista com traçado erudito e as “hospedarias” de cunho nitidamente saloio com dois longos corpos. Nele se realizaram festividades religiosas e lúdicas ao longo dos últimos séculos⁶⁹, como já foi referido anteriormente.

A composição revela inteligência, funcionalidade e beleza. A escala e a dimensão do santuário e seus aposentos indicam um culto religioso com alguma importância

A divisão ritmada das arcarias permite o acolhimento por família e a ligação ao conjunto e à Igreja pelo interior da arcaria.

Neste conjunto de edificações, existe uma coerência que faz esquecer a diversidade de estilos, desde a Ermida da Memória como já referido (*vide Parte I. 1.1.2. Contextualização do conjunto arquitectónico do Cabo Espichel, p. 21*), a Igreja e os corpos das “hospedarias” ao aqueduto e à “Casa da Água” .

Este conjunto/santuário devido à escala humana, produz uma sensação de conforto a quem ali se acolhe, tornando-se invulgar não só pela sua localização como pela variedade dos seus elementos resultantes das necessidades colectivas como já referido (*vide Parte II. 2.1.1. Descrição da situação actual, p. 35*), emergentes dessa mesma localização.

As hospedarias que delimitam o vasto recinto central – o arraial – são as peças mais importantes de todo o conjunto arquitectónico, não só pelo excepcional valor

⁶⁹ Cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor – Op. Cit., p. 78.

plástico da sua arcaria, como também pelo seu invulgar significado social. Estas são como já referido (*vide Parte II. 2.1.1. Descrição da situação actual, p. 35*), constituídas de piso térreo “loja”. A construção existente reflecte a arte de construção dos saloios ⁷⁰.

A arcaria é um dos elementos mais importantes. Apesar de irregular, envolve o espaço colectivo do arraial como resposta a um meio particularmente agreste onde o convívio constituía a motivação dominante. Existe uma repetição e o contraste do claro-escuro do seu rendilhado com o paramento liso e fortemente iluminado que se lhe sobrepõe, consegue imprimir ao terreiro uma notável riqueza espacial e um ambiente comunitário ⁷¹.

A igreja, concebida para a prática do culto religioso, é a peça mais cuidada do santuário que domina todo o conjunto. É o elemento arquitectónico dominante da composição, quer pela sua dimensão, quer pela sua localização com proporções correctas. Esta, concebida em função das características do sítio, foi projectada e dirigida “provavelmente” pelo arq. Régio (João Antunes, 1701)⁷², contendo espírito populista do conjunto de construção que compõe o santuário⁷³. Interiormente⁷⁴, possui um altar-mor de talha e pintura mural e sobre tela, recentemente restauradas pela D.G.E.M.N..

A fachada⁷⁵ da igreja é decorada (*vide Anexo I, Fig. 9*) por volutas ingénuas, pelo portal decorado e pela sequência do desenho dos arcos marcados pelo escuro do paramento recolhido, tendo em atenção a figura humana.

⁷⁰ cfr. AAVV., *Arquitectura Popular em Portugal*, 2º volume, 3ª edição, Associação dos arquitectos portugueses, Lisboa, 1988, p. 14.

⁷¹ cfr. Fundação Calouste Gulbenkian - Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p. 34.

⁷² Mestre João Antunes (1665-1712), foi o primeiro construtor português que procurou fugir à tradicional fórmula seca dos esquemas maneiristas, típicos do “estilo chão” de perfil palaciano, e a ensaiar elementos de visualização gráfica do espaço em termos barroco-barroquinos, como se vislumbra claramente no seu projecto para a Igreja de Santa Engrácia, em Lisboa. Nesta empreitada do Santuário, a composição geral aparece dinamizada pela introdução de elementos barrocos (os portais, o largo rendilhado da cimalha, a moldura do nicho superior). Cfr. FERREIRA, Helmer da Cruz - Op. Cit., p. 1.

⁷³ cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERÃO, Vítor - Idem, p. 73.

⁷⁴ Pinturas quinhentistas conservam-se também aqui: duas tábuas muito aflamengadas e ainda do “ciclo manuelino”, atribuíveis ao enigmático Mestre da Lourinhã que pertenciam à primitiva Igreja do Cabo Espichel, aí existente até 1701; assim como também importantes revestimentos de azulejaria

⁷⁵ A fachada do corpo principal, de 3 andares, com frontão triangular, flanqueada por duas torres sineiras, une-se aos corpos paralelos das hospedarias, por dois corpos rematados por frontão e vazados por arcos de passagem segmentares, são rasgados por janelas de sacada. Com duas proporcionadas torres cingindo o corpo central, em cuja cimalha se rasga um nicho com a escultura da padroeira.

A
N
A
L
I
S
E

2.2. HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO

2.2.1. TRANSFORMAÇÃO NO TEMPO

O Santuário de Nossa Senhora do Cabo, situado no Cabo Espichel, foi construído no Séc. XVIII, no local onde se situava uma antiga igreja, da qual não restam vestígios e perto foi construída a ermida da memória no Séc. XV, no local onde, segundo a tradição, terá sido descoberta a imagem milagrosa de Nossa Senhora, como já referido (*vide Parte I. 1.2.2. O contexto do Cabo espichel, p. 26*), por gentes do mar, para dar abrigo à pequena imagem da Virgem que até então, se venerava sobre o rochedo chamado Pedra de Mua.

Quando começou a haver peregrinações ao Cabo Espichel, com a vinda de muitos devotos e curiosos, começaram a construir-se pequenas casas e barracas sem ordem nem beleza que se dispunham em torno do primitivo templo para albergar peregrinos que vinham de mais longe⁷⁶. Chegavam cansados de vários dias de viagem e por aqui ficavam em oração e repouso. As festividades foram crescendo de importância até que no séc. XVIII, a própria corte contribuiu com a sua presença e avultados donativos para o prestígio do santuário, assim como o grande interesse da gente saloia que acorria às romarias contribuiu para a edificação deste conjunto arquitectónico. Construiu-se também uma igreja de pequenas dimensões (no lugar onde hoje está o santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel).

Erigido por iniciativa de D. Pedro II (muito devoto de N. Sra. do Cabo), o Santuário de Nossa Senhora do Cabo é o mais importante complexo arquitectónico deste período (1701) nesta zona. Iniciou-se a construção de uma ampla igreja no lugar onde se edificara a primeira, já insuficiente para albergar os peregrinos⁷⁷.

Na extensa plataforma do Espichel o povo foi construindo o santuário com originalidade e equilíbrio, estando em 1707 a construção da igreja terminada⁷⁸. A partir de 1715 devido à grande afluência de romeiros ao Cabo, surge um projecto que

⁷⁶ Cfr. GOMES, Padre Agostinho (coord.) - Op. Cit., p. 10.

⁷⁷ Ibidem

⁷⁸ Em 1707 foi levada para a nova igreja a Imagem da Senhora do Cabo, até então na capela da Pedra Mua.

se desenvolve até 1794, mas cada Círio constrói a sua casa, obrigando a que se construíssem hospedarias com sobrados e lojas obedecendo a um alinhamento previamente definido e enquadrante⁷⁹, definindo-se o “arraial” amplo, largo e aberto para oriente.

As duas alas fecham a poente com a igreja. De cada lado da igreja, existe um arco que dá passagem para as casas laterais ao templo.

Entre 1745 e 1760, com a grande afluência dos círios, a ampliação faz-se até se atingirem as dimensões actuais. Foi responsável por grande parte das edificações o mestre pedreiro João Jorge. Segundo Frei Cláudio da Conceição, em 1791, ainda se erguiam casas no arraial norte, defronte do cruzeiro⁸⁰. No séc. XVIII, a igreja estava quase acabada, apesar de continuar em construção.

⁷⁹ Cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor - Op.Cit., p. 74.

⁸⁰ Ibidem.

2.2. CRONOLOGIA DAS OBRAS

A metodologia de trabalho para a definição de uma cronologia das obras no santuário foi a de compulsar os dados de diversos estudos feitos até ao momento, recolha de documentos escritos de que se seleccionaram as informações consideradas pertinentes sobre o tema a que se seguiu a confrontação dos dados recolhidos.

Só a partir do momento em que a D.G.E.M.N., promoveu a primeira obra neste edifício, por volta de 1964⁸¹, passa a existir um registo regular e rigoroso das obras efectuadas no conjunto arquitectónico.

Nos anos anteriores a esta data, apenas a consulta e análise de diversa documentação existente nos arquivos da Torre do Tombo, da Câmara Municipal de Sesimbra, permitirá estabelecer uma cronologia mais ou menos rigorosa e precisa consoante a minúcia e rigor da informação contida nesses documentos. Como se referiu na Introdução, recorreu-se a trabalhos que publicam alguma dessa documentação histórica.

Dos vários textos e documentos consultados, resultou uma possível sequência de obras e alterações do Séc. XV ao Séc. XX, que de seguida se tenta sistematizar :

Séc. XV Construção da Ermida da Memória

Séc. XVI Não são conhecidas informações

Séc. XVII (meados), Data dos azulejos da Ermida

Séc. XVIII⁸² :

1701 / 1707 – construção do santuário por iniciativa de D. Pedro II, sob a provável direcção de João Antunes e Francisco Tinoco da Silva, no local da primeira igreja;

1715 Inicia-se a construção das hospedarias ;

A obra das hospedarias iniciou-se em 1715, mas só entre 1745 e

⁸¹ MESTRE, Víctor - In " Revista de Arquitectura e Vida", Lisboa: D.G.E.M.N., 1999, pp. 16 - 21.

⁸² D.G.E.M.N., - Inventário do Património Arquitectónico Cabo Espichel, Registo Multimédia, Lisboa, 2001.

1760 foi ampliada para as dimensões actuais⁸³;

1720 / 1722 - realiza-se a primeira pintura da talha;

1730 – construção do silhar de azulejos da capela mor;

1740 – pintura da abóbada da igreja por Lourenço da Cunha;

1745 / 1760 – continua a construção das hospedarias⁸⁴;

1770 – Procede-se à construção da casa da água e da tribuna real na capela mor por ordem de D. José⁸⁵;

Séc. XIX Não são conhecidas informações;

Séc. XX

1995 - A ala Norte do Santuário é doado ao Estado por Decreto 40/95 D.R. 267 de 18 de novembro.

⁸³ Cfr. SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vítor - Op. Cit., p. 74.

⁸⁴ No ano de 1758 e 1759, fabricaram-se objectos de prata, restauraram-se imagens.

⁸⁵ A igreja necessita de intervenção, visando os grandes festejos dos círios em 1770, sendo juiz da Irmandade el-rei D. José. Segundo Guimarães Ribeiro, as obras continuam após o festejo de 1770, no que respeita às casas das hospedarias até 1794. RIBEIRO, J. Guimarães – Sumaria de Varia História, Lisboa, 1872, Vol. I, p. 194 e segs.

2.2.3. INTERVENÇÕES NO SÉCULO XX

Só a partir de 1964⁸⁶ existe um registo regular das obras efectuadas no conjunto arquitectónico da Cabo Espichel, ou seja, desde que a D.G.E.M.N. promoveu a primeira obra nestes edifícios, como já referido (vide Parte II. 2.2.2. Cronologia das obras, p. 46).

No entanto é possível através da informação recolhida listar uma série de intervenções a partir de meados do século XX. Trata-se de uma sequência de preocupações demonstradas por várias pessoas/entidades e de intervenções realizadas, mais ou menos profundas, que se registaram de forma a dar uma informação da evolução das intervenções até aos nossos dias, que de seguida se tenta sistematizar. Estas não podem ter nome de restauro ou conservação e algumas destruíram-se a longo prazo devido à incompatibilidade de materiais novos e antigos.

Estas preocupações foram demonstradas nas seguintes intervenções⁸⁷ efectuadas de acordo com a memória descritiva da D.G.E.M.N.⁸⁸ :

24 de Março de 1949

O Director do Museu Nacional de Arte Antiga – João Rodrigues da Silva Couto pretende que sejam tomadas urgentemente as providências necessárias para melhorar o aspecto do conjunto e que este seja classificado como Monumento de Interesse Público (vide Anexo II, Doc. 1).

24 de Março de 1949

A Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes chama a atenção para remediar o mau aspecto que apresentam a Igreja, as casas e as arcarias (vide Anexo II, Doc. 2).

Por Decreto-Lei nº 37 728 de 5 de Janeiro de 1950, é classificado Imóvel de Interesse Público. A partir desta data, passa o Estado a ter responsabilidades directas pelo estado de conservação deste conjunto de imóveis (vide Anexo II, Doc. 3).

⁸⁶ MESTRE, Víctor - Op. Cit., pp. 16 - 21.

⁸⁷ Transcrição parcial da memória Descritiva do projecto de autoria da D.G.E.M.N.

⁸⁸ Não há conhecimento de intervenções durante o Séc. XIX.

8 de Junho de 1951

Pede a Câmara Municipal de Sesimbra o arranjo sumário de todo o conjunto, de forma a tirar-lhe todo o aspecto de “coisa” abandonada (*vide Anexo II, Doc. 4*).

28 de Agosto de 1952

Um grupo de excursionistas, amigos de Carvalho Teixeira, após uma visita vêem a igreja arruinada, quase sem vestígios dos aposentos do tipo estalagem, com seus anexos de cavalaria; propõem obras de restauro e conservação para reatar a tradição das festas (*vide Anexo II, Doc. 5*).

30 de Outubro de 1954

Após a Direcção Geral da Fazenda Pública ter conhecimento de que o conjunto arquitectónico pertence à confraria de Nossa Senhora do Cabo e é classificado como monumento Nacional por Decreto Lei nº 37 728 de 5 de Janeiro de 1950, este está votado ao mais completo abandono e em manifesto estado de ruína, verificando-se que a entidade proprietária não tem cumprido com as obrigações em matéria de conservação (*vide Anexo II, Doc. 3*).

7 de Dezembro de 1955

O Ministério das Obras Públicas informa que o pároco da igreja mandou executar obras de reparação não na igreja, mas em algumas dependências da casa do Círio, na arcada junto ao templo; obras que não prosseguiram (*vide Anexo II, Doc. 6*).

21 de Agosto de 1959

Em relação à área ocupada pelas construções 5 / 6 estão em ruínas (*vide Anexo II, Doc. 7*).

Uma vez que o aspecto das fachadas não traduz o que se passa no interior pois grande parte dos telhados abateram e noutros locais onde o telhado ainda se conserva abateu o pavimento do segundo piso, pretende-se que se faça qualquer coisa (*vide Anexo II, Docs. 7, 8*), (*vide Anexo I, Fig. 63*).

1960⁸⁹

Francisco Keil do Amaral realiza um estudo para aproveitamento turístico do conjunto.

17 de Fevereiro de 1961

Mário Pires de Sá foi encarregado de proceder a um levantamento topográfico do conjunto arquitectónico para estabelecimento da zona de protecção, aprovado por despacho ministerial (*vide Anexo II, Doc. 9*).

14 de Janeiro de 1963

Local defendido por ampla zona de protecção, publicado no Diário do Governo nº 280 de 29 de Novembro de 1963 (*vide Anexo II, Doc. 10*). Em 1962, houve uma recolha fotográfica (*vide Anexo I, Figs. 64 à 70*).

A partir de 1964 (*vide Anexo II, Doc. 11*), data da primeira intervenção levada a cabo pela D.G.E.M.N. no conjunto arquitectónico do Cabo Espichel, as obras relevantes, exceptuando os raros trabalhos de manutenção corrente da iniciativa dos párocos locais ou de outras pessoas que ali habitavam, foram sempre executadas por esse organismo estatal. Foi dos seus arquivos que se retirou a listagem cronológica e o tipo de intervenções aí efectuadas desde essa data e que são⁹⁰ :

1964

Procedeu-se à limpeza do terreiro e à consolidação de troços das fachadas que ameaçavam ruir (*vide Anexo I, Fig. 71*). Fazem-se arranjos urgentes nas coberturas (*vide Anexo I, Fig. 72*) e nos rebocos exteriores (*vide Anexo II, Doc. 10*).

1964 / 65

Foram efectuadas obras de recuperação na ala norte do santuário, procedendo-se ao recalçamento de fundações das paredes exteriores (*vide Anexo I, Fig. 73*) e à regularização dos pisos térreos com enrocamento e cintas de travamento em betão armado (*vide Anexo II, Docs. 12, 13, 14, 15, 16*).

1966

Fizeram-se escoramentos em coberturas e pavimentos em ambas as alas (*vide Anexo II, Doc. 11*).

⁸⁹ D.G.E.M.N. - Inventário do Património Arquitectónico Cabo Espichel, Registo Multimédia, Lisboa, 2001.

⁹⁰ MESTRE, Víctor - Op. Cit., pp. 16 à 21.

Dezembro de 1968

Apareceu um projecto de “recuperação das instalações” - Pousada.

1969

Continua-se a recuperação através da substituição de coberturas por outras assentes em betão armado e pavimentos em madeira (*vide Anexo II, Docs. 17, 18, 19*).

1970

Recupera-se a cobertura da igreja assente em cinta e estrutura em betão armado (*vide Anexo II, Doc. 11*).

1971

Faz-se a substituição da cobertura na área reservada ao museu, do pavimento em laje de betão e ainda o reforço de paredes e alvenarias exteriores (*vide Anexo II, Doc. 11*).

1972

Procede-se à recuperação da ala norte (lado este) através da consolidação de alvenarias e à substituição de pavimentos e coberturas (estruturas em betão) (*vide Anexo II, Docs. 11, 20*).

1973 / 1974

Recupera-se a ala norte e o troço oeste de forma semelhante à efectuada na ala sul (*vide Anexo II, Docs. 21, 22*).

1990

Existe o projecto de restauro e reabilitação dos arquitectos Ana Rosa de Freitas e José Fernando Canas⁹¹.

1995

É reformulado o projecto anterior, pelo arquitecto Victor Mestre.

Por Decreto 40 / 95, D.R. 267 de 18 de Novembro, foi cedido ao Estado a ala Norte do Santuário para instalação de uma pousada⁹².

1997 / 1998

Efectuam-se obras exteriores de conservação na igreja: rebocos, caiação, limpeza de cantarias, restauro de caixilharias e ferragem, instalações sanitária e eléctrica, redes de água e esgotos (*vide Anexo II, Doc. 11*).

⁹¹ MESTRE, Víctor - Intervenção no Cabo Espichel in “*Revista de Arquitectura e vida*”, Junho 2001, pp. 16 à 21.

⁹² Ibidem.

1998

Dá-se a conclusão das obras exteriores e de infra estruturas (*vide Anexo II, Doc. 11*).

1999

Restaura-se o tecto do altar mor e a talha e molduras de quadros (*vide Anexo II, Doc. 11*).

2000 / 2001

Restaura-se a pintura do tecto da igreja e talhas, altares laterais. Reboca-se e caia-se.

2.3. LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS

“ É necessário ter conhecimento dos estados sucessivos da construção de forma a interpretar correctamente o que se nos apresenta, evitando atribuir à vontade de um único arquitecto o que resulta de várias etapas de trabalhos “

In “Atlas da arquitectura Mundial,
Alphabooks, Publishers 1998

2.3.1. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Quando se pretende identificar os materiais existentes no edifício, assim como os elementos de construção, verifica-se que existem algumas patologias e formas de degradação e decaimento que lhe são próprias.

Para identificar patologias tem de se ter em consideração o meio ambiente exterior / interior em que determinado material está inserido, assim como a forma como o material é aplicado e se recentemente sofreu intervenções e de que género. Para análise das patologias nos materiais, o levantamento e identificação é essencialmente de dois tipos, que por sua vez não estão dissociados :

- Obtém-se através de análise visual no sítio, através de pequenos apontamentos, ou registo fotográfico da situação detectada. Este tipo de abordagem permite questionar possíveis causas de degradação do material, assim como apontamentos em relação a possíveis acções a tomar, não esquecendo de referenciar o carácter de urgência, eventuais custos e duração dos trabalhos. Este processo de análise deverá ser realizado por uma mesma pessoa, de forma a que os critérios de apreciação se mantenham;

- Após a primeira análise, recorre-se a análise mais detalhada e rigorosa, utilizando equipamento de medição, registo e verificação adequados e cientificamente válidos. Para finalizar, recorre-se à recolha de amostras para posteriormente serem analisadas em laboratório, de modo a obter o máximo de informação sobre o material em causa.

Todas as informações que se vão obtendo têm que ser confrontadas com as que foram obtidas anteriormente, de modo a que não haja contradições ou dados inválidos. Para a realização deste trabalho, é necessário haver uma metodologia de análise e formulação de propostas de intervenção directamente relacionadas para aplicação em situações diárias por um técnico especialista em conservação de edifícios antigos. De modo a satisfazer este objectivo, far-se-á posteriormente a análise visual de cada um dos elementos estudados.

Os materiais utilizados na construção do conjunto foram, na sua grande maioria, recolhidos no próprio sítio e na região envolvente. Sobre os materiais de construção, Domingos Bucho refere que, "Relativamente a madeiras utilizadas na parte estrutural (pavimentos e coberturas) e em portas e janelas, devemos distinguir entre as originalmente empregues e as que existem actualmente. Quanto às que existem actualmente, devemos apontar o pinho, de colocação recente"⁹³.

Alguns dos materiais utilizados na construção são:

Alvenaria de pedra e tijolo rebocado e caiado em estruturas, cantarias de pedra em molduras, madeira e vidro, como se pode verificar através da consulta de alguns documentos :

. Outubro de 1951

Na Memória Descritiva sobre as obras de recuperação de que necessita a igreja de Nossa Senhora do Cabo Espichel (*vide Anexo II, Doc. 23*), os materiais utilizados foram:

- Madeira;
- Telha românica em canais;
- Telha portuguesa velha em capas;
- Cal em paramentos de alvenaria;
- Ferragens em caixilhos e portas;
- Tinta de óleo para pintura de portas e caixilhos.

. Março de 1964

⁹³ BUCHO, Domingos Almeida – Mosteiro de São Bernardo de Portalegre, Universidade de Évora, 1995, p. 69.

Comunicado o que foi observado sobre o estado em que se encontram os edifícios das casas dos cários e terreiro (*vide Anexo II, Doc. 14*), os materiais utilizados foram:

- Troços de parede de alvenaria hidráulica constituídos por argamassa pobre;
- Calçada à portuguesa de pedra irregular (nas passagens ao lado da igreja).

. Novembro de 1973 (*vide Anexo II, Doc. 22*):

- Cantarias em vãos de janelas e portas, provenientes de pedreiras da região.

2.3.2. SISTEMAS CONSTRUTIVOS

O conhecimento das técnicas de construção tradicionais tem de ser encarado segundo dois princípios: é necessário primeiro conhecer o objecto de uma intervenção antes de a estudar e de a realizar, de modo a adequar os materiais e métodos a aplicar às características desse objecto; em segundo lugar, o conhecimento das técnicas tradicionais interessa, na medida em que essas mesmas técnicas serão, com frequência, as soluções mais recomendáveis para as intervenções, pelo menos quando se trata de intervenções irreversíveis. A perda das técnicas tradicionais, o longo período de abandono a que foram votadas e a ausência de interesse que as escolas têm vindo a demonstrar, dificultam o trabalho de quem enfrente tarefas no domínio do estudo dos edifícios antigos, nomeadamente em estudos de diagnóstico de anomalias e de propostas de conservação, reparação ou reabilitação dos mesmos⁹⁴.

Sobre as técnicas / materiais de construção, Bucho acrescenta : “Como sabemos, são os materiais existentes numa determinada região que ditam as consequentes técnicas de construção. Aqui as técnicas básicas de construção observadas foram ⁹⁵ :

- alvenaria de pedra (fundações e paredes);
- alvenaria de tijolo (abóbadas);
- cantaria (portas, janelas, pavimentos, pilares);
- pavimento de soalho, de ladrilho e de lajes de pedra;
- coberturas utilizando asnas, forro de esteira, ripado e telha romana.

Segundo o Arquitecto José Sousa Macedo, “A identificação dos sistemas construtivos e dos materiais utilizados num edifício antigo têm sempre como limitação a impossibilidade de acesso a elementos fundamentais da construção, de que serão paradigma as fundações”⁹⁶. O mesmo autor acrescenta que “Neste casos, serão propostas hipóteses em função da interpretação das partes visíveis, e do conhecimento da tipologia e da época da construção. Só a realização de sondagens

⁹⁴ Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – Op. Cit., pp. 3 - 4.

⁹⁵ BUCHO, Domingos Almeida – Op. Cit., p. 70.

⁹⁶ MACEDO, José António Sousa – Mosteiro de S. Bento de Avis, p. 68.

nos diversos elementos do edifício podem fornecer com todo o rigor esses dados. A realização deste tipo de sondagens agride fisicamente o edifício, pelo que deverão ser utilizadas com os necessários cuidados e a devida parcimónia”⁹⁷.

Devem ser aproveitadas eventuais situações de degradação ou mesmo ruína dos elementos da construção assim como quando haja intervenções nos edifícios que impliquem demolições e picagens de rebocos ou pavimentos para recolher informações⁹⁸.

⁹⁷ Cfr. MACEDO, José António Sousa – Mosteiro de S. Bento de Avis, p. 68.

⁹⁸ Ibidem.

2.3.3. FUNDAÇÕES

As fundações⁹⁹ uma vez que não estão à superfície, são um dos elementos cuja identificação se torna mais problemática, a não ser que o edifício tenha atingido um avançado estado de degradação e ruína, que é o caso em algumas partes, deste como seja no anfiteatro e parte de trás da ala norte (*vide Anexo I, Figs. 24, 74*). Normalmente, as fundações eram do tipo contínuo, compostas pelo mesmo tipo de pedra utilizado nas paredes e sempre que possível até profundidades em que se encontrasse a parte mais firme do terreno, pedra de preferência. A espessura da fundação deste tipo é na generalidade de maior largura do que a parede que suporta¹⁰⁰.

Para uma dada parede, a respectiva fundação é feita de alvenaria mais pobre, pois que a fundação é um elemento de transição entre um elemento mais resistente – a alvenaria da parede – e o outro menos resistente – o terreno de fundação¹⁰¹.

As fundações, para serem identificadas com clareza, incluindo os aspectos relativos ao estado de conservação e anomalia que registam, necessitam, evidentemente, de trabalhos de prospecção relativamente complexos, o que se pode fazer recorrendo a sondagens, sendo o método de prospecção mais eficaz, permitindo a observação da fundação e do próprio terreno da fundação¹⁰², uma vez que, pela própria natureza destes elementos de construção, eles não se encontram acessíveis à observação directa¹⁰³.

No trabalho em análise, às fundações apenas foi feita a simples observação do que elas deixam transparecer acima do nível do terreno, em pontos diversos, (*vide Anexo I, Fig. 75*) o que leva a concluir tratar-se de fundações contínuas com uma

⁹⁹ Como Appleton afirma “As fundações são essencialmente de três tipos: fundações directas constituindo o simples prolongamento, até ao terreno, das próprias paredes resistentes, com a mesma largura ou com ligeiramento alargamento, em função das características do terreno; fundações semi directas construídas por poços de alvenaria de pedra, encimados por arcos de alvenaria de pedra ou de tijolos; fundações indirectas, constituídas por estacarias de madeira, atravessando aterros e formações recentes e atingindo estratos profundos de solo resistente”; Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – Op. Cit., p. 10.

¹⁰⁰ Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op. Cit., p. 10.

¹⁰¹ Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op.cit., p. 13.

¹⁰² Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op. Cit., p. 15.

¹⁰³ Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op. Cit., p. 119.

espessura maior do que a secção das paredes. Registam-se situações de degradação ao nível das fundações, uma vez que há cedência, ou fracturas visíveis em paredes exteriores.

O material utilizado na generalidade das fundações foi pedra de calcário, uma vez ser este o material mais abundante no sítio, e por ser utilizado de forma intensiva na generalidade da construção (*vide Anexo I, Fig. 22*).

2.3.4. PAREDES

As paredes desempenham quase sempre a função estrutural¹⁰⁴ de relevo, já que a própria arquitectura dos edifícios, a organização dos espaços e as limitações estruturais dos materiais disponíveis, fazem com que se mobilize a capacidade resistente da generalidade das paredes.

As paredes principais ou paredes mestras neste tipo de edifício apresentam poucas variações ao longo dos séculos, do ponto de vista construtivo¹⁰⁵.

A grande espessura¹⁰⁶ destas paredes justifica-se por os materiais que as constituem não apresentarem resistência à tracção. Pelo contrário, resistem razoavelmente a esforços de compressão e menos a esforços de corte.

Estas paredes têm uma função de protecção do interior habitado em relação aos agentes atmosféricos e, em particular, à acção do vento e da chuva da água¹⁰⁷. Sendo grande a espessura da parede (*vide Anexo I, Fig. 75*), logo a água e o ar terão que percorrer entre o ambiente exterior e o interior do edifício um grande percurso, conferindo conforto às construções: secas no Inverno e frescas no Verão¹⁰⁸.

Da análise das paredes¹⁰⁹ verifica-se, assim como nas fundações, que o material utilizado é o calcário, material que existe em abundância na região. As

¹⁰⁴ Todas as paredes têm que cumprir certas exigências de segurança estrutural, designando-se por paredes resistentes as que apresentam um papel relevante na estrutura do edifício, no que se refere à resistência a cargas verticais e também a forças horizontais, como por exemplo vento e sismos. Mesmo quando as paredes não recebem directamente cargas verticais, as paredes ditas de compartimentação têm, com frequência, um papel importante no travamento geral das estruturas, fazendo-se através dessas paredes "não estruturais" a interligação entre as paredes, pavimentos e coberturas. A este propósito Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – Op. Cit., p. 16.

¹⁰⁵ Havendo apenas uma redução das espessuras da parede de alvenaria, ao longo do tempo devido ao progresso técnico e científico, que permite um melhor domínio das ciências e da resistência dos materiais.

¹⁰⁶ Assim, a largura, aparentemente excessiva das paredes, justifica-se por razões de efeito sumativo: uma parede larga é pesada e, portanto, a compressão daí resultante funciona como uma força estabilizadora, equilibrante de forças horizontais deslizantes. Quanto mais larga é a parede, menos esbelta é, ou seja, menor é o risco de instabilidade por encurvadura. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – Op. Cit., p. 17.

¹⁰⁷ Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op. cit, p. 18.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ As anomalias mais frequentes em parede de alvenaria de edifícios antigos são a desagregação, o esmagamento e a fendilhação provocadas por causa de natureza diversa, ligadas por exemplo, a razões de natureza estrutural ou à presença de água e à acção de agentes climáticos. A fendilhação das paredes de alvenaria pode ocorrer na zona corrente das paredes, nas zonas onde se localizam aberturas para portas e janelas e na ligação entre as paredes ortogonais. Uma das principais causas para a fendilhação destas paredes prende-se com os movimentos de assentamento das fundações. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op. Cit., p. 71.

paredes são na generalidade de alvenaria de pedra irregular, com argamassa de cal, e de alvenaria de pedras assentes à fiada¹¹⁰ (*vide Anexo I, Figs. 75, 76, 77*), com o mesmo tipo de argamassa. Conjunto rebocado e caiado a cal branca

Os rebocos existentes foram-se degradando e em alguns sítios já são inexistentes (*vide Anexo I, Figs. 78 à 85*) e de acabamento irregular (*vide Anexo I, Fig. 86*). Existem também algumas construções recentes com tijolo mas inacabadas (*vide Anexo I, Figs. 87 à 90*).

Apenas em alguns pontos muito localizados, junto ao terreno exterior, e portanto praticamente coincidente com a transição entre a fundação e a parede, é que se registam situações de degradação ao nível dos rebocos já inexistentes e das juntas das pedras já demasiado fundas e com argamassas desagregadas e pulverulentas.

A situação detectada obriga a uma intervenção urgente estrutural: situações de degradação, que se referem aos materiais constituintes das paredes (geralmente pedra) ou às suas camadas de revestimento¹¹¹ (rebocos e caiações) (*vide Anexo I, Figs. 78, 79*). Os problemas detectados são :

- nas paredes de pedra de calcário (*vide Anexo I, Figs. 75, 77, 78*), quando à vista, o problema essencial passa pela desagregação das argamassas das juntas e pela perda sistemática das pedras de pequena dimensão que preenchem as irregularidades das lajes maiores e fazem “cama” para o seu assentamento e estabilização. Esta situação acelera o processo de deslocamento das lajes, levando, no limite, à derrocada dos elementos confinantes. A perda destes elementos deve-se também pela fácil penetração das águas das chuvas no interior das alvenarias através das juntas mais profundas e abertas (*vide Anexo I, Fig. 78*) e pelo fácil aparecimento de vegetação parasita. Estes locais são também utilizados para abrigo de aves de pequena dimensão, que vão acelerar todo o processo de decadência.

¹¹⁰ A técnica utilizada na construção destas paredes, em que a forma de assentamento da pedra procura um melhor aproveitamento das características físicas deste tipo de pedra.

¹¹¹ Os revestimentos e acabamentos de elementos de construção dos edifícios têm um papel importantíssimo a desempenhar, já que constituem a “pele” que assegura a protecção desses elementos, em relação às acções agressivas de natureza química e mecânica. Nas paredes de alvenaria, os revestimentos mais frequentes são à base de rebocos de argamassas fracas com areia e cal aérea, em certas regiões, com areia e barro. A argamassa de ligação varia, em função das disponibilidades locais, entre a terra mais ou menos argilosa, o barro e as misturas de areia e cal aérea, sendo as areias mais ou menos argilosas, consoante a região e a forma de extracção.

- Os problemas acima descritos são agravados pela falta sistemática nesses locais de rebocos (*vide Anexo I, Figs. 79, 80, 81*), quer por terem sido deliberadamente retirados, quer por se terem degradado (*vide Anexo I, Figs. 82, 83*) até à sua destruição e desaparecimento total. A situação mais grave é na parede existente a NO.
- Na generalidade das paredes exteriores rebocadas¹¹² são detectáveis ainda situações de degradação desses elementos por causas como :
 - . falta de manutenção regular;
 - . acção dos agentes atmosféricos (água das chuvas e vento);
 - . escoamento de águas provenientes de beirados e a projecção dessas águas nas paredes junto aos pavimentos (*vide Anexo I, Fig. 84, 85, 91*);
 - . paredes que se encontram desprovidas de rebocos (*vide Anexo I, Figs. 75, 77, 79, 80, 81, 83*). Desta forma, são já visíveis processos de degradação de argamassas nas juntas das pedras e das próprias pedras, que se começam a ressentir da presença de humidades (*vide Anexo I, Fig. 91*) e do aparecimento de salitres (*vide Anexo I, Fig. 92*). As aplicações de novas argamassas (*vide Anexo I, Fig. 85*) de substituição nas juntas e as diferenças do tipo de alvenarias e dimensão de pedra criam um espaço esteticamente desagradável que altera a leitura e a beleza do espaço.
 - . existência de novos rebocos (*vide Anexo I, Fig. 92*) ou de simples reparações em áreas mais restritas constituídos por argamassas demasiado fortes e incompatíveis com os suportes e com os rebocos circundantes com os quais não liga. Nestes casos, foram utilizadas argamassas de cimento e areia ou, argamassas bastardas de cal, cimento e areia mas em que a percentagem de cimento continua a ser demasiado grande (*vide Anexo I, Figs. 86, 89, 90, 93*).
 - . condições necessárias ao aparecimento de vegetação (musgos, líquenes e mesmo algumas herbáceas de menor porte).

¹¹² Sobre este assunto APPLETON, João Augusto da Silva – op.cit., p. 89, refere que “Os revestimentos de reboco, em paredes exteriores, estão particularmente sujeitos à acção dos agentes climáticos, sentindo-se, em especial, a acção abrasiva do vento transportando poeiras e areias, dando-se assim o seu desgaste contínuo e sistemático; também pode ser relevante o efeito das variações acentuadas pela temperatura”.

Como medida de prevenção verifica-se que os vãos estão entaipados (*vide Anexo I, Fig. 51*).

Nas paredes interiores da arcada, na generalidade, não foram detectados problemas graves em termos da sua estabilidade estrutural. Os tipos de degradação detectados são do mesmo tipo dos referidos para as paredes exteriores :

- . falta de manutenção corrente;
- . existência de novos rebocos ou de simples reparações em áreas mais restritas constituídas por argamassas demasiado fortes e incompatíveis com os suportes e com os rebocos circundantes com os quais não liga (*vide Anexo I, Figs. 94, 95, 96*). Nestes casos, os efeitos são os mesmos descritos para as paredes exteriores;
- . a existência de fissuras e ocos nas argamassas de revestimentos provoca ou cria as condições necessárias ao aparecimento de musgos e líquenes quando na presença de humidades, levando mesmo ao apodrecimento das argamassas;
- . existência de áreas com importantes infiltrações de águas (*vide Anexo I, Figs. 51, 91*) provenientes essencialmente das coberturas e das caixilharias.

2.3.5. ARCOS

Os arcos¹¹³ servem para descarregar sobre pés direitos o próprio peso e o da construção que lhe fica superior. São constituídos geralmente por blocos em forma de cunha, cujas juntas concorrem em direcção, no centro de curvatura do arco (*vide Anexo I, Figs. 97, 98*).

Os arcos são geralmente executados à base de elementos cerâmicos (*vide Anexo I, Fig. 99*) artisticamente organizados em formas simétricas de evidente rigor geométrico e estrutural; usa-se normalmente o tijolo maciço colocado ao cutelo¹¹⁴.

Este conjunto é composto por uma arcaria, como já referido (*vide Parte II. 2.1.1. Descrição da situação actual, p. 35*), de diversas geometrias, tanto da ala norte como da ala sul, com distâncias diferentes entre os pilares e de alturas diferentes. Os arcos são rebocados (*vide Anexo I, Figs. 100, 101*) e existem ainda arcos de descarga (*vide Anexo I, Figs. 75, 102*).

¹¹³ Os arcos recebem diferentes denominações segundo a forma, variam com a forma da curva do intradorso (pode ser arco simples ou a combinação de arcos de círculo). de pedra ou de alvenaria de pedra ou de tijolo são soluções procuradas quando se pretende evitar o contacto da madeira com zonas húmidas (em tectos) ou quando a necessidade de grandes vãos livres comprometem o recurso a vigamentos de madeira, limitados pela própria limitação geométrica das peças disponíveis.

¹¹⁴ Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – Op. Cit., p. 25.

2.3.6. PORTAS E JANELAS / VÃOS / CAIXILHARIA

É necessária a execução de aberturas nas paredes para a realização de portas¹¹⁵ e janelas, procedendo-se a operações delicadas, relacionadas com a interrupção da estrutura da parede e com o reforço da periferia da abertura¹¹⁶ (*vide Anexo I, Figs. 77, 93, 103, 104, 105*).

Os vãos existentes no piso térreo estão todos entaipados (*vide Anexo I, Figs. 39, 40, 106, 107, 108, 109*), para impedir o acesso, excepto no caso de uma janela e de uma porta (na ala norte) (*vide Anexo I, Figs. 45, 46, 47*), que são de chapa de ferro pintada. No primeiro piso, são na generalidade preenchidos por caixilharias¹¹⁷ de

¹¹⁵ As portas exteriores são um elemento nobre da construção, pois é a partir dela que se franqueia ao visitante a entrada da casa. As portas são geralmente de madeira maciça, de uma só folha, podendo ou não receber postigo, através do qual se faz a observação da rua, e assegura um melhor nível de iluminação natural. É, em qualquer caso, um elemento arquitectónico de uma certa importância, que pode auxiliar preciosamente a identificação da tipologia construtiva do edifício em que se insere. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op. Cit., p. 53.

¹¹⁶ Nestas zonas singulares das paredes ocorrem grandes concentrações de esforços, responsáveis pelos danos observados por exemplo em caso de sismos. Os materiais utilizados e as técnicas de aplicação variam entre outras causas, com a natureza da própria parede e dos seus materiais constituintes, com a dimensão da abertura, com a importância estrutural da parede. A forma às vezes mais simples, nem sempre é a mais adequada, consistindo encimar um elemento horizontal – lintel, verga – que atravessa a abertura, apoiando-se pelas suas extremidades na própria parede, junto o contorno da abertura. É uma solução que se adapta bem a pequenas aberturas, nomeadamente em paredes interiores de menor importância estrutural, uma vez, que esse elemento horizontal tem uma capacidade resistente muito limitada pelas dimensões disponíveis dos materiais estruturais usados. Em zonas onde se disponha de pedra de boa qualidade em elementos de grande dimensão, os lintéis podem ser de pedra da região, fazendo-se a descarga das paredes nestes elementos: na zona calcária, em que os lajedos de pedra são usados como são extraídos, com o mínimo de tratamento.¹¹⁶ Nestas zonas singulares das paredes ocorrem grandes concentrações de esforços, responsáveis pelos danos observados por exemplo em caso de sismos. Os materiais utilizados e as técnicas de aplicação variam entre outras causas, com a natureza da própria parede e dos seus materiais constituintes, com a dimensão da abertura, com a importância estrutural da parede. A forma às vezes mais simples, nem sempre é a mais adequada, consistindo encimar um elemento horizontal – lintel, verga – que atravessa a abertura, apoiando-se pelas suas extremidades na própria parede, junto o contorno da abertura. É uma solução que se adapta bem a pequenas aberturas, nomeadamente em paredes interiores de menor importância estrutural, uma vez, que esse elemento horizontal tem uma capacidade resistente muito limitada pelas dimensões disponíveis dos materiais estruturais usados. Em zonas onde se disponha de pedra de boa qualidade em elementos de grande dimensão, os lintéis podem ser de pedra da região, fazendo-se a descarga das paredes nestes elementos: na zona calcária, em que os lajedos de pedra são usados como são extraídos, com o mínimo de tratamento.¹¹⁶ Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op. Cit., p. 72, 154.

¹¹⁷ Fazem parte da envolvente; que separa o interior do edifício do ambiente exterior mais agressivo e tendo ao mesmo tempo a função de evitar a entrada de água e de chuva, proteger do vento e das poeiras, reduzir os efeitos da radiação solar. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – Op. Cit., p. 12. aliás, a estes elementos estão associadas numerosas manifestações patológicas, quer da caixilharia em si mesma, quer das paredes em que se inserem, quer nos restantes elementos da construção que podem ser afectados por infiltrações de água das chuvas¹¹⁷. Na caixilharia é essencial cuidar o detalhe das ligações entre as partes fixas e as paredes, entre as partes fixas e as partes móveis e entre as próprias partes móveis, incluindo os mecanismos de abertura e fecho. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op.cit, p. 53.

madeira e frequentemente de casquinha¹¹⁸, que por sua vez é pintada com tinta de óleo ou de esmalte mas torna difícil a identificação rigorosa das madeiras. As janelas existentes são todas rectangulares de moldura de cantaria do mesmo tamanho, tendo cada uma delas intervenção consoante os utentes. Tendo cada uma delas intervenção consoante os utentes. Apenas as duas primeiras a contar da igreja, na ala Norte, no piso superior, estão entaipadas e são de pequena dimensão, compostas por duas folhas de abrir. Esta situação repete-se de forma evidente ao longo das fachada como já referido (*vide Parte II. 2.1.1 .Descrição da situação actual, p. 35*). Nas janelas, o vidro surge em abundância.

O envelhecimento dos materiais constituintes da caixilharia e dos seus revestimentos e acabamentos, associado à falta de manutenção periódica, explicam o grau de degradação que se pode observar. Sem dúvida que se trata de elementos particularmente sensíveis¹¹⁹, pela sua localização no edifício, expostos à acção directa da radiação e das chuvas batidas pelo vento.

No entanto, o material dominante é a madeira pintada com tintas de óleo ou de esmalte. Em relação às caixilharias encontram-se situações variadas e será importante proceder-se à substituição desses elementos : umas são de madeira¹²⁰ (*vide Anexo I, Figs. 44, 110 à 121*); outras de caixilho de ferro com chapa de ferro pintada (*vide Anexo I, Figs. 45, 46, 47, 122*); outras de caixilho de alumínio (*vide Anexo I, Fig. 123*) e é de ter em conta que alguns vãos já não possuem qualquer caixilho (*vide Anexo I, Fig. 124*), caixilho em ferro (*vide Anexo I, Figs. 124, 125*). Umhas têm postigo, (*vide Anexo I, Fig. 118*) outras têm portada interior (*vide Anexo I, Fig. 120*), outras só caixilho (*vide Anexo I, Figs. 112, 116*) e outras vidros partidos (*vide Anexo I, Figs. 115, 119*). As cores utilizadas são várias, desde castanho (*vide Anexo I, Fig. 119*) a azul (*vide Anexo I, Fig. 115*), verde (*vide Anexo I, Figs. 112, 113*), amarelo (*vide Anexo I, Figs. 112, 113*) e branco (*vide Anexo I, Figs. 110, 115*).

¹¹⁸ Apresentando configurações, formatos e tipologias muito variadas.

¹¹⁹ Trata-se assim de elementos de construção que têm de ser sujeitos a atenção particular, sobre os quais se têm de exercer periodicamente e em prazos curtos, acções de conservação e manutenção, que não impedem a necessidade de reparações e substituições atempadas. No que se refere à acção da humidade nas caixilharias de madeira, a humidade de condensação que, no caso de janelas, ocorre nas superfícies interior das vidraças, durante o Inverno, podendo escorrer e atingir os aros e caixilhos.

¹²⁰ Especificamente, em relação à caixilharia de madeira, são muito frequentes as anomalias relacionadas com o apodrecimento e empenos de elementos dos aros e caixilhos, folgas excessivas nas juntas móveis, devidas à contracção por secagem dos elementos de madeira, abertura de juntas entre os elementos do aro e da guarnição do vão, pelo mesmo motivo e por deficiências no sistema aro/guarnecimento. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op.cit, p. 102.

Em relação às caixilharias de madeira, as patologias detectadas foram :

- degradação generalizada dos revestimentos (pintura a óleo nas mais antigas e a tinta de esmalte nas mais recentes) resultado da falta de manutenção corrente (*vide Anexo I, Figs. 110, 111, 112, 114*);
- degradação das madeiras com especial incidência nos elementos inferiores dos caixilhos, junto às soleiras e peitos dos vãos, motivada pelo apodrecimento das madeiras em resultado da presença e acumulação de águas e humidade. Este efeito surge na maior parte dos casos por deficiência do desenho desses elementos e das soleiras e peitos, ineficientes na drenagem das águas das chuvas e humidade de condensação interiores (*vide Anexo I, Figs. 112, 124*);
- em poucas situações, em locais pouco utilizados e em que há alguma estabilidade ambiental (ao nível da luz, temperatura e humidade relativa ao ar), encontram-se madeiras atacadas por insectos xilófagos e fungos. Nestes casos o ataque estende-se à generalidade da caixilharia (*vide Anexo I, Fig. 120*).

Nas caixilharias de madeira, foi possível observar:

- deterioração da junta de vedação aro-vão, quer por apodrecimento dos elementos do aro, quer mesmo por ruptura da ligação deste ao contorno do vão;
- empenos das folhas móveis ;
- bastantes situações de apodrecimento, em alguns casos localizado, noutros generalizado, de elementos das folhas;
- ruptura de ligação fixa entre elementos das folhas;
- deterioração generalizada das juntas de vedação dos vidros;
- folgas excessivas nas juntas móveis;
- degradação de pinturas, bastantes vezes de forma generalizada, quer dos aros fixos, quer das folhas móveis;
- pinturas degradadas.

2.3.7. PAVIMENTOS

No estudo de pavimentos, há que distinguir que existem térreos¹²¹ e elevados¹²².

Pode-se analisar em termos de pavimentos exteriores e pavimentos interiores: os pavimentos da arcada constituídos por lajes de calcário encontram-se em estado de conservação aceitável; ao pé da igreja (*vide Anexo I, Fig. 126*), encontra-se igualmente alguma vegetação daninha (*vide Anexo I, Figs. 109, 127*).

O pavimento existente está em bastante mau estado de conservação e deverá ser revista a situação de remate com as paredes exteriores do edifício (*vide Anexo I, Figs. 127, 128*). Existem algumas áreas com uma camada de cimento a cobrir a calçada, o que indica a existência de problemas de infiltração nesses paramentos (*vide Anexo I, Figs. 129, 130*).

Não se faz análise dos pavimentos interiores, uma vez que não foi possível o acesso ao interior das hospedarias¹²³.

¹²¹ Os pavimentos térreos na generalidade são apoiados em terras compactas e/ou enrocamentos, de modo a garantir a estabilidade necessária para a colocação e utilização de revestimentos.

¹²² Os pavimentos elevados, estão geralmente apoiados em abobadas, ou mais correctamente sobre os carregos das abobadas. O conjunto arquitectónico é constituído por alvenaria de pedra, e em algumas situações de tijolo maciço. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op. Cit., p. 23.

¹²³ Actualmente o acesso não é possível, porque se encontram entaipadas as portas e janelas do piso térreo.

2.3.8. CANTARIA

O uso da cantaria¹²⁴ foi muito vulgarizado na construção antiga;

A pedra de cantaria¹²⁵ foi, desde sempre, um elemento nobre na construção de edifícios, utilizando-se correntemente em zonas específicas, em que se salientam pela sua importância em funções resistentes, ou porque constituem elementos esteticamente indispensáveis: vãos de portas e de janelas e cunhais (*vide Anexo I, Figs. 103, 104, 105*).

Registam-se anomalias frequentes dos elementos de pedra na sua tipologia e intensidade na natureza da pedra. As anomalias mais frequentes são as seguintes:

- Desgaste da pedra provocado, pela água da chuva que provoca a sua dissolução, tornando-a rugosa e afectando a sua aparência (*vide Anexo I, Figs. 50, 111, 124, 131*).
- Eflorescências associadas à migração de sais da pedra, tendo estes origem na própria pedra como sucede com calcários (provenientes das argamassas de assentamento ou de reboco ou mesmo das águas infiltradas ou ascendentes do solo (*vide Anexo I, Fig. 128*)).
- A falta de manutenção vem tornar evidentes os fenómenos de degradação.
- Os líquenes¹²⁶ e os musgos¹²⁷ são bons indicadores das zonas com maiores teores de humidade (*vide Anexo I, Figs. 107, 132*).

¹²⁴ a cantaria desempenhava uma função estrutural e grande relevo, localizando-se por isso a pedra aparelhada nas zonas mais importantes do edifício: pilastras, contorno de aberturas de portas e janelas, cimalkhas e cornijas. Por outro lado, a cantaria tem uma função decorativa de igual importância, marcando, de algum modo, a qualidade do edifício e o poderio económico dos seus construtores ou proprietários. Pode-se dizer que a quantidade e a qualidade de cantaria utilizada lhe confere um valor e a sua nobreza. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – OP. Cit., p. 53.

¹²⁵ A cantaria está normalmente associada à ideia de grande durabilidade, traduzida pela sua boa resistência às acções agressivas dos agentes que podem provocar a alteração da pedra. Por isso, os elementos de cantaria apresentam usualmente um estado de conservação muito mais satisfatório do que elementos de outros materiais, nomeadamente rebocos de argamassas, caixilharia de madeira. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op.cit., p. 103.

Apesar disso, registam-se anomalias frequentes dos elementos de pedra aparelhada, variáveis, na sua tipologia e intensidade, com a natureza da pedra, em particular com a sua resistência mecânica ao desgaste e com a sua resistência química à acção de agentes agressivos. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – Op. Cit., p. 104.

¹²⁶ Os líquenes necessitam de nutrientes ricos em minerais e águas mas, apesar disso, são muito resistentes a temperaturas extremas e inclusive à falta de água. São normalmente associados a zonas de menor alteração superficial. Como corpos orgânicos que são produzem ácidos que provocam a decomposição de vários milímetros da superfície da rocha. Estes ácidos podem também provocar a abertura de fendas nas rochas.

- As acções do Homem (dos turistas em especial) (*vide Anexo I, Figs. 133, 134*), e dos pombos, esses grandes depredadores das pedras dos monumentos.

Relativamente aos efeitos do meio ambiente sobre a pedra, deverá neste caso haver especial cuidado com a humidade ambiente pois irá provocar mecanismos de variação de volume por expansão diferencial devido a desigual conteúdo de humidades nos capilares, por expansão da água de embebição dos minerais, por hidratação de impurezas e por cristalização de sais, de dissolução ou reacção química na pedra, por dissolução dos ácidos formados sobre as paredes e de actividade biológica, por ataque químico e por erosão promovida por associações simbióticas e por plantas que penetram nas descontinuidades da pedra.

¹²⁷ Os musgos carecem de um ambiente mais estável pelo que aparecem mais em zonas onde não há grande variação da incidência solar. Estão muito condicionados pela quantidade de água, temperatura e luz ambiente. Procuram vazios onde haja humidade e substância orgânica, preparando o substracto para o desenvolvimento de plantas. Destroem a superfície onde assentam numa profundidade que pode ir além de um centímetro. As argamassas por serem muito porosas oferecem um meio óptimo para o desenvolvimento destes elementos biológicos.

2.3.9. COBERTURAS / TECTO

A cobertura¹²⁸ é um elemento da envolvente do edifício, exposto¹²⁹ de forma contínua à acção da chuva, das variações de temperatura, do vento carregado de poeiras e da poluição.

Neste sentido leva a que a intervenção só ocorra no mesmo, por ser um elemento que apenas é visível de cima, intervém-se nele, quando já está em estado de degradação avançado, interferindo no interior dos edifícios através de infiltrações e manchas de humidade.

Nas coberturas analisadas, inclinadas¹³⁰ e com revestimento de telha cerâmica, predomina como solução estrutural a asna de madeira com configurações e constituição muito variada. Para um melhor desempenho de telhados, é preciso ter em conta todos os pormenores de remate dos telhados, chaminés, platibandas, a protecção das juntas entre edifícios contíguos¹³¹.

As coberturas dos edifícios é talvez o elemento de construção que, de forma sistemática, apresenta um quadro generalizado de anomalias¹³².

¹²⁸ No que se refere à forma, as coberturas apresentam uma clara predominância das coberturas inclinadas, sendo em muito menor número as coberturas planas, em terraços e as coberturas curvas – abobadas. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op. Cit., p. 28.

¹²⁹ As coberturas estão sujeitas, a uma deterioração constante que é devida à sua exposição à chuva; a perda de estanquidade, a deformação excessiva e a deterioração de elementos estruturais e não estruturais, incluindo os sistemas de drenagem de águas pluviais. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op.cit., p. 168.

¹³⁰ As coberturas inclinadas apresentam as formas e constituições mais variadas, a inclinação varia, entre outras razões, com a localização do edifício – em função da quantidade de precipitação e da probabilidade de queda de neve – sótãos, águas-furtadas. Nas construções de menor dimensão e mais pobres, a cobertura pode reduzir-se a uma única água orientada segundo a menor dimensão do edifício, se a forma de captação e evacuação da água das chuvas o permitir. À medida que os edifícios ganham importância, pela sua dimensão ou "dignidade", as coberturas tornam-se mais complexas; em edifícios de plantas simples, rectangulares, as coberturas podem ter duas, três ou quatro águas, dependendo a geometria a adoptar das dimensões do edifício, da forma de inserção urbana. Quanto mais simples for uma cobertura, mais económica se torna e mais fácil é de garantir a sua eficácia, para além das anomalias associadas ao desempenho da cobertura em zona corrente, o mais comum é que as manifestações surjam, em primeiro lugar, nas zonas singulares da cobertura: rincões e larós, remates em paredes emergentes, ligações a caleiras e algerozes. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – Op. Cit., p. 29.

¹³¹ Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op.cit, p. 48.

¹³² Assinala-se que muitos dos problemas, a sua causa real, em deficiência de projecto e execução, nomeadamente construindo-se estruturas de cobertura com elementos de madeira com secções claramente insuficientes; o desconhecimento das características reais de resistência e deformabilidade deste material ajudará a explicar esta situação. As coberturas se baseiam em estruturas de madeira deficientemente seleccionada e protegida em relação aos agentes agressores mais comuns – fungos e insectos Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – op. Cit., p. 83.

A acção da água da chuva é particularmente gravosa nas coberturas, sobretudo em dois tipos distintos de situações : infiltrações nas zonas correntes da cobertura, por esta não desempenhar

Todo o conjunto arquitectónico tem cobertura em telhado, geralmente de duas (*vide Anexo I, Figs. 135, 136*), ou quatro águas (*vide Anexo I, Figs. 137 à 140*) com telha utilizada nos telhados mais antigos de tipo mourisco ou de canudo. Com as obras de conservação iniciadas em 1955 pela D.G.E.M.N., foi regularmente introduzido o canal romano mantendo-se a telha de canudo como cobrideira (*vide Anexo I, Figs. 141, 142*).

Assim, para as coberturas inclinadas, que têm em comum o revestimento em telha cerâmica (embora variando o tipo de telha utilizado), são as seguintes as patologias detectadas:

- devido à falta de manutenção corrente, regista-se a ocorrência de entupimentos em canais, caleiras, algerozes, a existência de telhas partidas e deslocadas (*vide Anexo I, Fig. 141*) e deficiências nas ligações da telha com paredes de empenas, guarda fogos e outros elementos de remate. A existência de vegetação por vezes de porte apreciável, é também consequência da falta de limpeza e manutenção corrente desses telhados;
- num estado mais avançado de degradação do telhado (*vide Anexo I, Fig. 142*), começarão a aparecer áreas cada vez mais extensas sem telhas, deixando a estrutura subjacente à vista;
- a conjugação dos dois factores anteriores origina fatalmente o início, e com o avançar do processo, a aceleração da degradação da estrutura do telhado;
- Se a estrutura for de madeira, inicia-se o processo de apodrecimento das peças que compõem o sistema estrutural existente, com especial incidência nos elementos mais frágeis, como sejam o ripado e os barrotes que lhe dão apoio. Neste caso e porque as anomalias ao nível das telhas (deslocamento, fractura, existência de vegetação e nidificação de pequenas aves) incidem preferencialmente nos beirados (*vide Anexo I, Figs. 143, 144*)

cabalmente a sua função, ou infiltrações associadas a disfuncionamentos da rede de drenagem de águas pluviais. A penetração da água da chuva que, ocorrendo uma primeira vez, poderá voltar a ocorrer noutras ocasiões, dá origem à humedificação dos elementos de madeira. A essa humedificação suceder-se-á a deterioração das características da madeira, devida a perdas de secção ou degradação da resistência e capacidade de deformação do próprio material, a que se segue inevitavelmente o aumento das deformações da estrutura da cobertura, o acréscimo das infiltrações através dos revestimentos, e assim sucessivamente. Esta situação será agravada por problemas de origem mais ou menos fortuita, destacando-se a quebra de telhas ou de outros revestimentos e o levantamento das coberturas durante a ocorrência de ventos muito intensos. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – Op. Cit., p. 84.

e rincões, o apodrecimento por presença excessiva de humidade dá-se sobretudo nas entregas e apoios das peças de madeira nas paredes periféricas. Este processo atinge sobretudo as vigas e asnas, que são elementos principais das estruturas dos telhados, o que agrava fortemente a situação (*vide Anexo I, Figs. 145, 146*).

Apesar das coberturas serem inclinadas, verifica-se da análise efectuada a partir do exterior pelas janelas, que na ala sul em todo o interior do piso superior, o tecto é em armação de madeira de duas águas (*vide Anexo I, Figs. 143, 147*), excepto entre a terceira e nona janelas a contar do cruzeiro que é em laje alijeirada com elementos de betão armado e blocos cerâmicos. Na ala Norte, existe uma maior variedade na geometria dos tectos. A contar do cruzeiro, verifica-se uma alternância entre tectos (*vide Anexo I, Figs. 148 à 153*) inclinados (1ª a 3ª; 11ª a 12ª e 19ª a 20ª) e tectos direitos, com pequenas alterações a nível de reboco. Também é possível observar em alguns casos telhados de duas (da 29ª à 35ª) e a quatro águas (da 36ª à 44ª). No piso inferior, o pouco que se pode observar é de laje aligeirada (*vide Anexo I, Figs. 154, 155*).

No interior das arcadas, o tecto, devido a algumas soluções realizadas em que não se obteve um bom resultado devido aos diferentes materiais, também está em bastante mau estado (*vide Anexo I, Figs. 94, 95, 96*).

Também importa salientar as anomalias relacionadas com a aplicação recente de argamassas “ricas” de cimento, incompatíveis com os suportes antigos, de pedra e cal. Rebocos destas argamassas, aplicados sobre bases com propriedades muito diferentes, tornam-se incompatíveis, a curto ou médio prazo, com essas bases de pedra e cal, conduzindo à sua fissuração e posterior descolamento dos novos revestimentos.

Na análise das chaminés existentes, é possível observar na ala Norte, quatro chaminés (*vide Anexo I, Fig. 156*), sendo visível o tijolo (*vide Anexo I, Fig. 157*), estando duas paralelas à fachada e duas perpendiculares à mesma fachada e perto do beirado (*vide Anexo I, Fig. 158*) e existem algumas posteriormente (*vide Anexo I, Fig. 153*). Na ala sul, existem nove chaminés, que estão todas rebocadas e terminadas, (*vide Anexo I, Fig. 159*). Todas estão em paralelo à fachada e perto do beirado (*vide Anexo I, Fig. 160*), excepto uma que está perpendicular no cimo do telhado (*vide Anexo I, Fig. 161*).

2.3.10. HUMIDADES

Verifica-se que muitas das patologias existentes e detectadas, advêm directa ou indirectamente da presença de humidade. Ou são situações que originam o aparecimento de humidade no edifício e nos elementos construtivos e decorativos ou são as patologias provocadas pela presença dessa humidade.

A envolvente exterior de um edifício¹³³ é tanto mais eficaz, quanto menos água deixar entrar, sendo para isso necessário que as coberturas estejam a desempenhar bem o seu papel.

As paredes têm uma função importante, é para tal necessário ter em consideração o tipo de revestimento¹³⁴ que possuem.

Pode ainda haver a situação de infiltração por capilaridade proveniente das fundações. Como o caso em estudo se situa num ponto elevado e pelo menos em parte apoiado directamente em maciços rochosos, serão estas as causas da inexistência deste tipo de problemas.

Aquando das investigações no monumento, deve-se verificar as zonas mais afectadas pela infiltração das águas, tendo em conta medidas de carácter curativo e preventivo :

- Inspeção e reabilitação de coberturas nas zonas onde se verificam infiltrações nas paredes e tectos (*vide Anexo I, Fig. 141*);
- Inspeção e reabilitação dos paramentos exteriores nas paredes onde se verificam as infiltrações (*vide Anexo I, Figs. 162, 163, 164*);
- Reabilitação ou substituição de janelas onde foram apontadas infiltrações.

¹³³ Primeiro que tudo é a necessidade de uma boa conservação do telhado, para que os problemas sejam mínimos. O problema surge, quando se detecta que as coberturas não estão no seu melhor, necessitando de uma intervenção. Para se intervir rapidamente, não se pode esquecer de ponderar o tipo de intervenção, pois que pode provocar problemas mais graves em relação aos já existentes. Cfr. APPLETON, João Augusto da Silva – Op. Cit., p. 67.

¹³⁴ Estes deverão ser compatíveis como suporte, permitindo a fácil e constante respiração das paredes. O revestimento não precisa de ser impermeáveis, porque são elementos que devem ser entendidos como camadas de sacrificio, isto é têm um tempo de vida útil limitado e com o objectivo de serem substituídos após algum tempo.

2.4. O ESTADO DE CONSERVAÇÃO

2.4.1. CONSERVAÇÃO

“ É necessário ter conhecimento dos estados sucessivos da construção de forma a interpretar correctamente o que se nos apresenta, evitando atribuir à vontade de um único arquitecto o que resulta de várias etapas de trabalhos “.

In Atlas da arquitectura Mundial,
Alphabooks publisher, 1998

A conservação¹³⁵ deve procurar manter ou restabelecer a unidade do edifício, sem cometer falsificações artísticas ou históricas e sem alterar os traços característicos da passagem do tempo sobre o edifício.

O projecto de conservação¹³⁶ começa por uma fase de avaliação e documentação das condições exteriores do monumento. É nesta inspecção que se define o tipo de intervenção necessária, assim como os métodos de conservação.

Durante a fase inicial são identificados documentos e localizadas as formas de degradação que afectam as pedras e as argamassas. Dever-se-á obter um esquema preciso de alçados. Estes desenhos possibilitam a localização detalhada das anomalias identificadas. O processo é de seguida examinado no sítio, complementado com análises dos tipos de pedra utilizados na construção e com a

¹³⁵ A conservação de obras arquitectónicas é uma actividade multifacetada que pode ir desde a consolidação das fundações do edifício, da reparação das coberturas e do reforço anti sísmico, até à limpeza, consolidação e protecção das superfícies.

¹³⁶ Presentemente verifica-se uma tendência para uma certa uniformidade internacional em relação à ética da conservação. Das acções de conservação, ter em conta:

- o estado do edifício, antes de sofrer qualquer intervenção, bem como todos os materiais e tecnologias utilizadas na sua conservação, devem ser objecto de registo detalhado, tão completo quanto possível;
- as evidências históricas patentes num dado edifício não devem ser removidas, adulteradas ou destruídas;
- qualquer acção de conservação deve ser ponderada pela regra do mínimo de intervenções possível para tornar essa acção eficaz, e pela utilização das intervenções de menor envergadura, deve também garantir o respeito pelos valores estéticos e históricos do edifício e assegurar a sua integridade física.

definição da natureza das deteriorações que os afectaram, tais como crostas e eflorescências. Os resultados são registados, para facilitar a elaboração do mapa das formas de degradação.

Das várias intervenções englobadas numa acção de conservação dever-se-á:

- ser reversíveis ou, pelo menos, não comprometer futuras intervenções;
- permitir o eventual acesso futuro a todas as evidências históricas não visíveis existentes no edifício;
- permitir a salvaguarda da maior quantidade de materiais originais;
- utilizar materiais compatíveis com os existentes, designadamente em termos de características físicas, químicas e mecânicas, e harmónicos em termos de cor e textura, sem que possam ser confundidos com os materiais originais quando observados de perto;
- estas acções deverão ser conduzidas por especialistas nos respectivos domínios, enquadrados por um especialista em conservação.

As acções de conservação do património edificado são, pela sua natureza e pelo tipo de valores envolvidos, actividades de grande complexidade que envolvem julgamentos e formas de actuação próprias:

- . uma acção de conservação deve constituir um todo e não ser apenas o somatório das várias intervenções pontuais que a constituem;
- . qualquer que seja o tipo de intervenção necessária (estrutural, humidade, ...) são intervenções de conservação;
- . a concepção das acções de conservação deve ser entregue a equipas multidisciplinares, havendo um generalista da conservação que estabelece a ligação entre os problemas concretos a resolver e os especialistas das diversas áreas intervenientes.

Todas as obras a que esteve sujeito o conjunto arquitectónico e que se encontram enunciadas nos dossiers de obras da D.G.E.M.N. são praticamente as que continuam a precisar de ser feitas.

Atendendo às intervenções efectuadas e à ocupação existente, pode-se considerar o conjunto em "muito bom estado", uma vez que o que valoriza o edifício é o volume / ritmo / cantarias e estes estão presentes numa observação longínqua.

2.4.2. DEGRADAÇÃO

“ O tempo altera, sem dúvida, todas as obras de arte, mas a sua acção faz-se sentir sobretudo na arquitectura visto que a construção de um grande edifício permanece durante muito tempo e as construções, sempre destinada a um determinado uso, terão de se adaptar às necessidades em permanente mutação do Homem (...)”.

In “Atlas da arquitectura Mundial,
Alphabooks, Publishers 1998

Os monumentos, as igrejas e outras construções históricas, têm resistido durante alguns séculos à acção da intempérie. Todavia, o desgaste sofrido tem sido vertiginoso. Este facto é consequência da alteração do ambiente promovido pela poluição atmosférica. A intempérie actua sobre as rochas, provocando a sua meteorização que se traduz pela sua degradação físico-química.

De certa maneira, as formas de degradação são também uma manifestação da “passagem do tempo” sobre os objectos.

Exteriormente o conjunto arquitectónico, além de ter ficado exposto directamente à chuva, ventos, poeiras e intempérie, infiltrações de água, acumulações de sais, condensações e alterações bruscas e permanentes de temperatura e humidade, também esteve sujeito a intervenções como já referido (*vide Parte II, 2.2.3. Intervenções no Século XX, p. 48*) incluindo as efectuadas sem controlo e por mão de obra sem justificação técnica. (*vide Anexo I, Figs. 1 65 à 171*).

De uma maneira geral, pode-se dizer, que existem, sintomas visíveis de degradação que se traduzem:

- No mau estado de conservação das habitações, apresentando ausência de instalações sanitárias (*vide Anexo I, Fig. 166*),
- No aparecimento de um comércio, mais concretamente um café, cujo modelo estandardizado vulgariza e banaliza o edifício, não só no aspecto visual, mas também ao nível do tipo de serviço prestado;
- No mau estado de conservação ou ruína da construção.

É sempre preferível combater as causas de deterioração de um edifício do que reparar as anomalias das suas consequências. Dentro das causas de deterioração mais importantes destaca-se a actividade humana, a qual pode assumir diversas formas:

- negligência devida à ignorância ou ausência de interesse cultural;
- intenção deliberada de destruição (*vide Anexo I, Fig. 167*).;
- destruição provocada por interesses económicos;
- destruição motivada por intervenções erradas, designadamente sobrevalorização dos aspectos estéticos em relação aos históricos e exploração dos edifícios com fins simbólicos ou ideológicos.

Como se verifica da análise documental (*vide Anexo II, Doc. 24*) de há cerca de 10 anos e no intuito de tentar sustentar a desagregação que se encontrava naquele conjunto classificado, promoveu-se uma consolidação dos pontos mais ameaçados, tarefa esta que resultou dos esforços conjugados da comissão regional de turismo da Serra da Arrábida e da D.G.E.M.N..

Todo o monumento do Cabo Espichel, pelo desgaste do tempo (*vide Anexo I, Figs. 168, 169*) e pela ocupação ilegal durante vários anos, chegou a uma tal degradação que já se temia o fim de tão maravilhoso legado histórico. Uma convenção entre os Monumentos Nacionais e a Confraria da N. S. Do Cabo vai tornar possível a recuperação deste notável Monumento Popular, único no seu género no país e dar-lhe vida¹³⁷

Actualmente a D.G.E.M.N., está a elaborar o Projecto de Recuperação e Valorização do Imóvel, na sequência de acções dinamizadas nos últimos anos pelas entidades interessadas, entre as quais a Câmara Municipal, na preservação e valorização deste conjunto arquitectónico.

¹³⁷ Cfr. GOMES, Padre Agostinho (coord.) - Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel, C.M. Sesimbra, s/d, p.13.

2.4.3. RELATÓRIOS DE INSPECÇÃO

Dos relatórios de inspecção da D.G.E.M.N. foi possível reter os seguintes dados mais significativos :

Março de 1949

É referido o lastimável estado de abandono e desolação (*vide Anexo II, Doc. 1*).

Junho de 1951

A Câmara Municipal de Sesimbra pede atenção para o estado de abandono em que se encontram a Igreja de Nossa Senhora do Cabo Espichel e as construções adjacentes (*vide Anexo II, Doc. 4*).

Agosto de 1952

Da primeira visita às “Casas dos Círios”, vem como “padrinho de restauração dos edifícios antigos mais ou menos tradicionais de Portugal, pelo estado de ruína e abandono a que chegou aquele grupo de edificações de interesse público, erigido há séculos para uso de romeiros ou devotos de Nossa Senhora do Cabo num descampado próximo do seu”, ficando com uma impressão desoladora em relação à velha igreja bastante arruinada, quase sem vestígios dos aposentos das hospedarias e anexos. Apesar da simplicidade e rudeza, as construções destinadas a servir aos festejos em honra de N. S. Do Cabo e acolher os romeiros que lá iam para levar ou entregar a imagem preciosa podem preservar-se desde que sejam feitas as obras de restauro e conservação necessárias, podendo reatar-se a tradição das festas, (*vide Anexo II, Doc. 5*).

Junho de 1959

Lamenta-se que numa zona de grande futuro turístico aquele conjunto se perca e até apareça como actualmente se encontra. Não se está já habituado a ver as coisas tão maltratadas e abandonadas graças a Deus (*vide Anexo II, Doc. 8*).

Agosto de 1959

O aspecto das fachadas não traduz o que se passa no interior. Grande parte das fachadas abateram e noutros locais onde o telhado ainda se conserva, abateu o pavimento do 2º piso. Habitam ali 6 famílias e pode dizer-se que só as habitações,

ainda que muito mal conservadas, terão alguma utilidade. Houve construções das quais apenas restam as fundações e paredes de elevação com 1 ou 2 m de altura (*vide Anexo II, Doc. 7*).

Julho de 1962

Trata-se pois de um importante valor local que importa sobremaneira preservar e valorizar não só a nível histórico, mas também como espaço de manifestações religiosas, que tinham a presença da família real e da alta nobreza e clero. (*vide Anexo II, Doc. 25*).

Novembro de 1962

Verificando-se de longa data o péssimo estado de conservação do conjunto arquitectónico, a Fundação Calouste Gulbenkian procedeu ao levantamento das plantas para a sua recuperação (*vide Anexo II, Doc. 26*).

Actualmente, a Igreja foi restaurada a nível de interiores e fachada. As hospedarias continuam no entanto à espera de uma intervenção. O primeiro piso das hospedarias tanto da ala Norte como da Sul está bastante degradado.

A casa da água encontra-se num estado de degradação total, não existindo praticamente azulejos do silhar que outrora existira.

2.4.4. DIAGNÓSTICO

A partir dos relatórios da D.G.E.M.N., foi possível identificar as seguintes situações :

Março de 1949

Existe uma proposta para que o conjunto seja classificado como monumento de interesse público.

É necessário que sejam tomadas urgentemente as providências para melhorar o aspecto do conjunto (*vide Anexo II, Doc. 27*).

Março de 1949

Chama-se a atenção para este conjunto arquitectónico e pergunta-se se não será possível remediar o mau aspecto que apresenta. Será necessário(*vide Anexo II, Doc. 2*):

- limpar a igreja e nela as pinturas e as estátuas;
- reparar sumariamente as casas e arcarias;
- arrancar a erva que cresce no adro (vivem ali pessoas que, realizado o trabalho inicial, poderiam depois encarregar-se da conservação).

Outubro de 1951

É necessário e urgente realizar alguns trabalhos, uma vez que é bastante precário o estado da Igreja, (*vide Anexo II, Doc. 23*) :

- . reparação geral dos telhados;
- . picar, rebocar, guarnecer e caiar paramentos de alvenaria;
- . reparação geral dos caixilhos e portas, empreendendo substituição de ferragens;
- . pintura de portas e caixilhos com tinta de óleo;
- . lavagem de interior.

Fevereiro de 1964

Os trabalhos mais urgentes a realizar englobam (*vide Anexo II, Doc. 12*):

- limpeza do terreiro e arrumação conveniente das pedras resultantes das zonas arruinadas;
- consolidação dos troços das fachadas que ameaçam ruir;

- arranjos mais urgentes de coberturas;
- arranjos mais urgentes de rebocos exteriores.

Março de 1964

Depois de observado o estado em que se encontram os edifícios da casa dos círios e terreiro e se ter verificado as condições das coberturas, os troços de parede de alvenaria hidráulica, as paredes a requererem revestimentos novos, as caixilharias existentes a terem de ser substituídas e alguns edifícios desmoronados, são urgentes obras de conservação (*vide Anexo II, Doc. 13*).

Junho de 1965

Para se proceder à vistoria e medição dos trabalhos tem-se em conta (*vide Anexo II, Doc. 15*):

- . levantar telhado aproveitando os materiais que for possível;
- . demolição de alvenaria, com aproveitamento da pedra e escoramento do pavimento das arcadas;
- . apeaar pilares, restaurar o apoio e montá-lo de novo;
- . construir planos na zona em que ruíu, aproveitando o material existente e fornecendo o que faltar, incluindo bases e capitéis;
- . coberturas com telhas portuguesas com canais argamassados e estrutura em barrotes de eucalipto semelhante à existente;
- . regulação dos pavimentos térreos arrumando a pedra e removendo as terras;
- . regularização do terreiro da igreja;
- . recalçamento das fundações de todos os pilares da arcada do lado direito;
- . apeamento de todas as alvenarias em elevação que ameaçavam derrocada;
- . limpeza e desentupimento de todo o aqueduto a fim de conduzir a água.

Agosto de 1965

São bastante urgentes as obras de consolidação e beneficiação de que carece, essencialmente a ala Norte do conjunto de habitações de N. S. Do Cabo Espichel, compreendendo os seguintes trabalhos (*vide Anexo II, Doc. 16*):

- execução de escoramentos em coberturas e pavimentos de modo a conservar o existente;
- levantar beirado e algumas fiadas de telha na largura das paredes exteriores para execução de cintas de travamento em betão armado;
- demolição de alvenarias em elevação e nas entregas dos arcos a fim de permitir bom encastramento de vigas e cintas de betão armado ressalvando futuramente qualquer aspecto da existência daquele elemento;
- recalçamento de fundações de paredes existentes e regularização dos pisos térreos existentes com camada de enrocamento e massame para futuro acabamento.

Agosto de 1966

Referem-se obras de conservação e beneficiação que são o prosseguimento das levadas a efeito na fase de trabalhos do último plano de obras e constam essencialmente de (*vide Anexo II, Doc. 28*):

- execução de escoramento em coberturas e pavimentos nas alas Sul e Norte de modo a conservar o existente;
- levantar beirados e algumas fiadas de telha na largura das paredes exteriores para execução de cintas de travamento em betão armado;
- demolição de alvenarias em elevação e nas entregas dos arcos a fim de permitir bem encastrado de vigas e cintas de betão armado, ressalvando futuramente qualquer aspecto da existência daqueles elementos;
- recalçamento de fundações de algumas paredes.

Junho de 1970

Quando tudo levava a crer que se voltava para o Cabo o interesse monumental e turístico, as obras de recuperação do santuário vão parar (*vide Anexo II, Doc. 29*).

Abril de 1972

O problema da recuperação deste conjunto arquitectónico tem vindo a ser conduzido exteriormente aos planos anuais, por virtude da sua própria condição de imóvel classificado de propriedade particular. As fontes de financiamento vêm sendo obtidas por conjugação, muito válida, de esforços da Comissão Regional de Turismo da Serra da Arrábida e da Direcção Geral do Turismo. Deste modo, foi possível efectuar toda a consolidação estrutural, coberta e toscos da Ala Sul,

ao longo dos últimos dois anos económicos, pretendendo agora a comissão regional do Turismo da Serra da Arrábida que se iniciem idênticos trabalhos na Ala Norte (*vide Anexo II, Doc. 30*).

Maio de 1972

No que se refere a obras de toscos a executar numa primeira fase, na ala Norte do Santuário, há que salientar as tarefas que a seguir se enumeram (*vide Anexo II, Doc. 31*):

- escavações e remoção para nivelamento de pavimentos;
- levantamento de telhados e apeamento de estruturas;
- demolição de divisórias;
- calçamento de fundações;
- demolição e reconstrução de alvenaria de pedra;
- construção de alvenarias de tijolo;
- estruturas de betão armado;
- estruturas com materiais pré-fabricados, em coberturas e pavimentos;
- telhados;
- cantarias em vãos de portas e janelas;
- canalização de esgoto;
- limpeza e picagem de revestimento existente e execução de novos emboços e rebocos.

Novembro de 1972

Efectuam-se trabalhos de recuperação na Ala Norte do Santuário, através da consolidação das alvenarias, substituição de pavimentos e coberturas e algumas paredes interiores, tendo em conta às funções a que vão destinar-se as dependências onde vão ser efectuadas as obras (*vide Anexo II, Doc. 32*).

Novembro de 1973

Prevêem-se trabalhos de demolições de coberturas, devido ao seu estado não permitir já qualquer obras de consolidação, construção de pavimentos, assim como da esteira da cobertura, e da própria cobertura. Serão assentes cantarias em vão de janelas e portas que serão provenientes de pedreiras (*vide Anexo II, Doc. 22*).

Novembro de 1974

Continuação dos trabalhos de recuperação do troço poente da ala Norte e a revisão de beirados na ala Sul do santuário, removendo-se entulhos provenientes

dos desmoronamentos ocorridos ao longo dos anos, reconstrução de paredes de alvenaria hidráulica e de tijolo, pavimentos e estruturas de telhado e algumas coberturas (*vide Anexo II, Doc. 33*).

Março de 1976

Existem dependências ocupadas com o fim de serem utilizadas em fins de semana. Foram feitas algumas substituições e demolições (*vide Anexo II, Docs. 34, 35*).

Actualmente, os principais problemas residem nas coberturas e nas fachadas das hospedarias da ala Norte e Sul. Seria necessário também fazer instalação de novas portas e janelas.

A casa da água necessita de uma clarabóia nova e restauro do cilhar de azulejos.

PARTE III

**PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO
EDIFICADO**

“ Vivemos na era dos técnicos especializados, “ Dos homens que sabem cada vez mais de cada vez menos “, como disse um pensador espanhol ”.

Francisco Keil do Amaral
In “ Quero entender o Mundo”

3.1. PLANO DE ACÇÕES DE CONSERVAÇÃO A EMPREENDER

3.1.1. VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO

“ É preciso que cada casa forme parte integrante da paisagem na qual está situada, devendo reflectir a harmonia,(...)”.

In F.L. Wright

O homem está rodeado pela natureza e construção, produzindo nestes alterações.

No final do Séc. XVIII, com a Revolução Industrial, produziram-se alterações sobre a ocupação do espaço por uma sociedade em evolução descontrolada. O equilíbrio pré-industrial, existente na arquitectura de raiz popular, baseada na tradição, que se apresentava como expressão cultural, integrando necessidades e meios com uma linguagem formal comum, perde-se, pois quem iria habitar participava na construção.

O homem, ao conceber o espaço, passa a moldá-lo, a adaptá-lo a si em todas as suas formas, espaço este que deve ser considerado como factor de influência sobre o homem, devendo existir equilíbrio técnico, estético e humano. Numa intervenção em conjuntos urbanos significativos de uma determinada herança cultural, poder-se-ão propor objectivos de: reconstrução, conservação, protecção ou renovação, num contexto humano, através da elaboração de um projecto planificado, construindo ou renovando um envolvimento, devendo ser considerado de uma forma completa e integrada, sendo essencial para o aumento do bem estar das populações, assegurando a continuação das tradições mais representativas (religiosas, festivas,...), das características que definem a identidade comunitária e das suas relações históricas com as áreas e comunidades circundantes sem rupturas ou soluções de continuidade; realojar nos mesmos locais, após as obras de conservação ou renovação, os habitantes que neles vivem, que não devem ser agredidos e cujos modos de vida ali existentes não devem ser quebrados, explorar o carácter físico dos

locais, através da sua relação com o ambiente natural e a paisagem circundante, valorizando o mais possível a fisionomia que melhor caracteriza a sua individualidade histórica.

O valor arquitectónico do santuário, resulta do seu valor popular (obra de raiz popular) e da simplicidade e informalismo do conjunto assimétrico, atingindo os domínios da arte e da monumentalidade e em que a marca da uma região se impõe sobriamente.

O facto de os monumentos resultarem de expressões de uma arquitectura erudita e codificada em estilos, faz com que nos orgulhemos deles. Até recentemente, obras como esta são consideradas, " (...) à margem das Belas Artes, onde apenas se atribuía cabimento às realizações eruditas"¹³⁸. Para apreciação das obras de arte, tem-se em conta o valor intrínseco dessas obras, padrões de apreciação, atitudes e até valores, (situação de modas). São impressionantes as obras em que o povo se exprime com certa espontaneidade, " Umas obras não suplantam, nem substituem outras, em que a cada uma cabe um lugar e um mérito num determinado conjunto de realizações afins "¹³⁹.

O património é herança que se recebe das gerações anteriores e que devemos transmitir às gerações seguintes. Logo, a conservação do património não é apenas uma questão de criatividade artística, mas uma disciplina científica com regras, princípios e métodos.

Ao se preservar o património, fica-se com bases para o progresso através de herança e de transmissão de conhecimentos que alicerçam o progresso. Hoje, salvaguarda-se o passado, permitindo enriquecer o presente. A salvaguarda do património edificado constitui um elemento significativo e relevante, cuja perda, enquanto factor de auto-identificação e afirmação de identidade seria irreparável no domínio histórico, quer ao nível cultural nacional ou mesmo universal, de um povo. Por isso, deve haver um equilíbrio entre a tradição e a inovação, mantendo a essência das características culturais do contexto.

¹³⁸ Cfr. GOMES, Padre Agostinho (coord.) - Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel, C.M. Sesimbra, s/d, p.13

¹³⁹ Ibidem.

3.1.2. QUADRO GERAL DE ACÇÕES

“ Quando uma estátua se acaba, a sua vida, num certo sentido começa (...), o tempo, a erosão, o abandono, os restauros, etc, se vão encarregar de a transformar . ”

In Marguerite Yourcenar,

Após se ter procedido ao levantamento e identificação dos materiais e sistemas construtivos e das patologias em cada um dos elementos da construção, propõe-se de seguida, um conjunto de acções consideradas para cada um dos problemas anteriormente detectados e descritos.

Fundações

Da análise às fundações existentes neste monumento, verificou-se não haver graves problemas. No entanto, por se terem registado nesta zonas algumas situações anómalas, há que rever os pontos de contacto das paredes exteriores com os pavimentos. As acções a empreender serão essencialmente a reposição de rebocos ou na ausência destes, a reposição de juntas com novas argamassas.

No caso de ser necessário proceder à consolidação de partes do edifício, deve-se proceder ao reforço dos vários elementos nos locais considerados críticos para as acções previstas, não se devendo desprezar as capacidades resistentes dos elementos existentes confiando as funções estruturais apenas a novos elementos que venham a ser incorporados. Sempre que possível, devem ser mantidos os materiais originais, procedendo eventualmente à sua recolocação nas posições correctas, ou serem utilizados materiais idênticos aos existentes.

Pavimentos

No interior da arcaria, o pavimento está bastante degradado devido ao desgaste de uso, falta de manutenção e em alguns pontos por parecer não ter chegado a haver revestimento (vide Anexo I, Fig. 126 à 130). O chão é pavimentado com lajes de calcário, devendo-se substituir as partidas e em falta, por lajes com as características dimensionais das existentes, a mesma coloração, textura e acabamento. Se possível, deverá ser identificada a origem das lajes existentes (zona do país ou mesmo e de preferência a pedreira), de forma a que facilmente se obtenham as características enunciadas.

A remoção de vegetação e de sujidade superficial existente em algumas das lajes deverá ser também realizada. A limpeza da pedra não pode ser abrasiva, limitando-se a uma escovagem superficial, humedecida com água corrente e abundante.

Em relação aos pavimentos interiores uma vez que não foi possível ver o interior, o conhecimento é apenas dos documentos consultados. Deve-se, se possível, manter os pavimentos de madeira e, no caso de estarem degradados, proceder-se à substituição das áreas mais afectadas.

Paredes / Revestimentos

Não parecem existir, em geral, problemas estruturais decorrentes do funcionamento deficiente das fundações. No que respeita às paredes principais de alvenaria, detectam-se situações de degradação das suas características quase sempre por acção da presença persistente da água.

As patologias detectadas nas paredes de alvenaria de pedra calcária (com argamassas degradadas), indicam alguma degradação, nestas zonas, tanto a nível de alvenaria como de reboco. A acção a empreender nestes elementos será proceder-se à sua reparação:

A falta sistemática de reboco em alguns dos paramentos, origina graves problemas, sendo necessária a sua reposição e em alguns casos de carácter urgente. Para a reposição de rebocos, sobretudo quando em grandes extensões, é necessário:

- . primeiramente remover as sujidades existentes: vegetação, ninhos, poeiras e argamassas degradadas, soltas e apodrecidas. De seguida, as zonas limpas serão preenchidas com novas argamassas as quais devem ter características idênticas às existentes, (nomeadamente em relação às características dos inertes) e à sua composição;
- . preencher eventuais faltas existentes na constituição da parede – pedra ou tijolo – tendo o cuidado de se utilizar material com as mesmas características do existente;
- . proceder à análise de rebocos exteriores existentes nas proximidades sobre paramentos com o mesmo tipo de constituição e em bom estado de conservação, de forma a seleccionar o tipo de inertes e a composição das argamassas a utilizar;
- . aplicar o acabamento à base de cal com os aditivos necessários ao seu bom comportamento em relação às chuvas e humidades e ao desprendimento das camadas de cal;

Importa salientar as anomalias relacionadas com a aplicação recente de argamassas ricas em cimento, incompatíveis com os suportes antigos, de pedra e cal.

rebocos destas argamassas aplicados sobre bases com propriedades muito diferentes, tornam-se incompatíveis, a curto ou médio prazo, com essas bases, conduzindo à sua fissuração e posterior descolamento dos novos revestimentos:

. de uma forma geral, há que eliminar os rebocos degradados e desligados da base, de rebocos recentes à base de cimento. A reposição de reboco seguirá as indicações dadas no parágrafo anterior. A nova caiação geral, necessária na maior parte das paredes exteriores do edifício, deverá ser precedida de raspagem das camadas subjacentes já desligadas. Recomenda-se a realização de um estudo de cor dos paramentos exteriores, de que resultará uma paleta que servirá de base às novas caiações.

Em relação às paredes interiores uma vez que não foi possível, ver o interior, o conhecimento é apenas de documentos consultados. Deve-se, se possível proceder à reposição de rebocos nos paramentos em que desapareceu por degradação ou ser integralmente ou parcialmente retirado. Deverão ser seguidos nestes casos exactamente os mesmos passos e as recomendações técnicas, referidas para as paredes exteriores.

Quando as infiltrações são provenientes de águas sujas, para além da humidade, regista-se a introdução de grandes quantidades de sais que originam eflorescências, as quais são mais uma causa directa da degradação de alguns revestimentos, nomeadamente de rebocos.

Caixilharias

Ao optar-se pela substituição das peças afectadas ou da totalidade do caixilho, o trabalho a efectuar deve ser realizado por técnicos especializados nessa área.

Nas caixilharias de madeira, será necessária uma das seguintes soluções :

- . Se o estado de degradação é tal que não há hipótese de reparação desse elemento, procede-se à substituição integral do caixilho, tendo o maior cuidado na escolha das madeiras a aplicar, pois há que ser da mesma qualidade e origem das existentes. A madeira a escolher deverá estar devidamente seca, com o grau de humidade correcto e estabilizada, de forma a que não se originem empenos e deformações com a aplicação das novas peças;
- . deve considerar-se a hipótese de recorrer à imunização desses elementos com a aplicação de produtos e técnicas adequadas a esse fim, para que mais tarde não haja problema pela existência de ataques de insectos xilófagos.

Deve haver uma manutenção regular para que não se degrade.

Coberturas

Quer decorrente da sua própria construção, quer decorrente da grande falta de conservação a que as hospedarias estiveram sujeitas e ainda em virtude de obras prejudiciais de que foram alvo, o mau estado de conservação das coberturas, e em parte, também das paredes exteriores são causa de infiltrações em compartimentos e naquelas paredes em geral. A humidade criada, associada a deficiente ventilação de secagem, cria fungos e bolores e aumenta a humidade ambiente.

Para as coberturas que têm o revestimento em telha cerâmica, e além das situações já descritas, haverá as seguintes acções:

. Quando se assiste à degradação das estruturas de madeira, a causa está invariavelmente relacionada com a presença de humidades e infiltrações. Se o processo de degradação (como é o caso), já atingiu os elementos estruturais em madeira, pondo em causa inclusivamente a sua funcionalidade estrutural, é necessário tomar medidas que invertam esse processo. Antes de mais, há que eliminar as causas. A partir daí, é então possível avançar para o tratamento específico das anomalias encontradas. Primeiramente, deve-se recorrer à limpeza e imunização das madeiras e reposição da telha, reutilizando quanto possível a existente, que foi previamente escolhida e limpa. Há que proceder, a curto prazo, a uma intervenção mais profunda nesta cobertura, que terá de passar pelo levantamento do telhado, revisão da estrutura que incluirá a eventual substituição de peças degradadas e irrecuperáveis e substituição de elementos que não são de madeira, devido às suas características – como algumas que existem neste momento com estruturas de betão armado, havendo incompatibilidade de materiais. Pode-se aproveitar uma intervenção deste tipo para equacionar a necessidade ou não de incluir no sistema elementos de impermeabilização e de elementos que melhorem o comportamento térmico do edifício. No entanto, a adopção destas soluções deve ser encarada de forma cautelosa, já que a introdução de elementos estranhos em estruturas e sistemas existentes provoca sempre alterações com consequências nem sempre positivas. Antes de se optar por estas soluções, deve-se sim tentar resolver os mesmos problemas (impermeabilização / estanquidade da cobertura e isolamento térmico) mediante o melhoramento e boa execução técnica das condições originais .

Após a intervenção, deve-se realizar um pequeno plano ou programa de vistorias e pequenos arranjos periódicos, que a prazo vão prolongar significativamente a vida útil das coberturas existentes, permitindo a prevenção ao aparecimento de situações no interior dos edifícios que têm consequências graves e de resolução sempre dispendiosa. Dever-se-á efectuar uma manutenção de Inverno (a realizar nos meses que antecedem as primeiras chuvas, por exemplo Setembro e Outubro), que poderia englobar as seguintes acções:

- . limpeza de caleiras, algerozes e gárgulas;
- . remoção de vegetação, ninhos e lixos vários dos canais e recantos das coberturas inclinadas e planas;
- . vistoria das coberturas inclinadas para detecção de telhas partidas ou deslocadas e de eventuais fissuras ao longo das empenas e platibandas;
- . vistoria das coberturas planas para detecção de tijoleiras partidas (ou verificação do estado de conservação se tratar de outros tipos de revestimento), verificação do estado das argamassas das juntas das tijoleiras e verificação dos remates às paredes perimetrais da cobertura;
- . caso se verifique a existência de qualquer das anomalias referidas, efectuar imediatamente uma pequena intervenção para reposição da situação.

Anualmente, deve ser feita uma vistoria logo após o Inverno para diagnosticar problemas suscitados pelo mau tempo, tais como o deslocamento de telhas, a acumulação de sujidade em caleiras, algerozes e gárgulas. Nesta manutenção, será fundamental proceder a uma revisão e limpeza de entreforros, de forma a evitar a acumulação de materiais inflamáveis (lixos, poeiras, madeiras secas), que são perigos potenciais de incêndio em Verões muito quentes e secos.

Nestas vistorias, é possível detectar a existência de anomalias mais graves, como cedências estruturais, o que permite corrigir essas situações antes de se tornarem irremediáveis ou demasiado dispendiosas.

Cantaria

Deve-se evitar a todo o custo a substituição por novas pedras, sendo este facto prejudicial, não só relativamente ao esmagamento das peças antigas, como na homogeneidade do monumento, nomeadamente à tonalidade do conjunto, havendo sempre necessidade de recorrer a subterfúgios para o disfarce das emendas, através das chamadas velaturas¹⁴⁰.

De uma maneira geral em todas as pedras aparelhadas, propõe-se o seguinte procedimento:

- limpar as juntas;
- colmatá-las de argamassa idêntica à original;
- constatando a profundidade das sujidades existentes no monumento, deve-se escovar todas as pedras e nos casos mais insistentes proceder à lavagem com água sem pressão, devido à natureza da pedra, para que não haja o perigo de empapar;
- caso persista sujidade na pedra, tentar o biocida que é de evitar, pois tem acção abrasiva.

Outros produtos, como impermeabilizantes ou anti-fugicidas, têm tendência a alterar características da pedra, sendo a sua coloração a mais evidente. Por isso, é sempre de evitar a sua aplicação. Os fungos que povoam as argamassas desaparecerão com a sua remoção.

Quando se deparam patologias de maior gravidade na pedra existem métodos de evitar a sua destruição, como por exemplo impregná-la com substâncias endurecedoras.

A superfície de novas peças, apesar de adaptada por forma a assegurar compatibilidade estética com os elementos adjacentes, não oferece dificuldades de identificação numa análise a curta distância, para além de todas terem sido devidamente identificadas na documentação gráfica produzida.

Dependendo do grau de deterioração e da função da pedra, seleccionam-se dois consolidantes, após cuidadosos testes de laboratório (a aplicação a pincel garante maior penetração tendo em conta a baixa porosidade da pedra subjacente). A aplicação do hidrófugo evita a penetração de água, reduzindo assim a lenta

¹⁴⁰ Velatura - Água de cal com pigmento; solução de durabilidade intencionalmente limitada.

deterioração do bloco compacto e conservando-o “in situ”, o que aliás, está em conformidade com o princípio da intervenção mínima.

Várias juntas entre blocos encontravam-se preenchidas com argamassas de cimento, reconhecíveis pela sua cor característica, cuja remoção se afigurava difícil sem causar danos nas pedras adjacentes. Neste contexto, sempre que as argamassas se encontram em boas condições, e em locais não visíveis de perto, são deixadas sem intervenção. Quando situadas em zonas visíveis, a colocação de uma simples velatura não assegurava boas condições de cobertura, pelo que as argamassas existentes são removidas superficialmente, por forma a possibilitar a aplicação de um fino estrato de argamassa nova. Nos locais em que a argamassa de cimento se sobrepõe à pedra, criando manchas dissonantes, procede-se à sua remoção nas zonas visíveis, por razões meramente estéticas.

A água das chuvas provoca a dissolução da pedra, tornando-a rugosa e evidenciando algumas estruturas sedimentares nela existentes

Também surgem anomalias provocadas por acções mecânicas de origem diversa, cargas excessivas, oxidação de chumbadouros e ferro,... movimentos de natureza estrutural de paredes e fundações.

Tratamento de Juntas e Argamassas

O tratamento de juntas consiste na remoção dos materiais não funcionais, no enchimento dos vazios existentes e no refechamento superficial.

As argamassas de cimento são mantidas no interior das juntas, se ainda funcionais. As superfícies são rebaixadas, a fim de permitir aplicação de uma camada e argamassa integrada cromaticamente.

Após a abertura, as juntas são limpas com ar comprimido, lavagem controlada com água corrente e escovagem, de forma a melhorar a adesão das argamassas.

O refechamento de juntas é realizado em duas fases distintas: primeiro é o enchimento dos vazios existentes entre os paramentos e alvenarias internas, com argamassas à base de cal. Segundo, passa-se ao refechamento das juntas com argamassas também à base de cal.

A não funcionalidade das argamassas de refechamento das juntas é um dos aspectos mais relevantes do estado de degradação.

Juntas abertas possibilitam a entrada e a retenção de água no interior da alvenaria. Por outro lado, esta água infiltrada tende a emergir mais tarde ou mais cedo, deixando em vários pontos concreções calcárias por precipitação dos produtos resultantes da dissolução da argamassa.

Humidades

Devido ao facto de o edifício ter estado tanto tempo ao abandono, a maior parte das patologias detectadas resultam directa ou indirectamente da presença de humidades nos elementos da construção; assim, as acções propostas para a resolução dessas situações anómalas referem-se na maior parte à eliminação dessas humidades e das suas causas.

Para além das acções de resolução das patologias e anomalias, deve-se promover acções de prevenção que evitem o mais possível o contacto indesejado da água com os edifícios e os elementos da construção. Uma das medidas preventivas mais eficazes é a realização dos trabalhos de manutenção e vistoria periódica no edifício, de forma a detectar os eventuais problemas o mais precocemente possível. Depois, há que precaver as situações que possam surgir devido:

- às humidades de precipitação, em que se terão de considerar quase todos os elementos que compõem a envolvente exterior do edifício, como as coberturas, as paredes exteriores e os vãos exteriores e respectiva caixilharia. As acções a tomar para a resolução destes problemas foram já enunciadas, destacando-se a necessidade de rebocar alguns dos paramentos exteriores e de rever as coberturas;
- às humidades de condensação, em que as manchas de humidade e a presença de bolores e fungos, além de visualmente nefastos, levam à degradação dos elementos em que surgem (rebocos, madeiras de caixilharia). Normalmente, resultam de deficiente ventilação dos compartimentos em que surgem ou de mau isolamento térmico desses espaços (mais frequente ao nível dos entreforros mal ventilados, dado que nos compartimentos a grande inércia térmica da envolvente proporciona por si o seu bom comportamento térmico).



3.2. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO A NOVAS FUNÇÕES

3.2.1. PLANO DE SONDAGENS

“ É necessário ter conhecimento dos estados sucessivos da construção de forma a interpretar correctamente o que se nos apresenta, evitando atribuir à vontade de um único arquitecto o que resulta de várias etapas de trabalhos “.

In Atlas da arquitectura Mundial,
Alphabooks publishers, 1998

Através de análise visual, cuidada e minuciosa do edifício ou estrutura, obtém-se um tipo de sondagem perfeitamente inóqua. Foi este o tipo de sondagem realizada e descrita ao longo do trabalho.

Por vezes há necessidade absoluta de realizar pesquisas em profundidade sobre as estruturas existentes, obtendo-se indicações preciosas e rigorosas sobre a sua construção, o seu estado de conservação e a identificação das patologias. Mas há que ter o máximo de cuidado antes de se avançar com este tipo de análise e verificação, pois é um tipo de acção que agride as estruturas existentes, causando por vezes danos irreparáveis. É pois fundamental ponderar-se os efeitos da sua realização, em função da importância dos resultados que se espera conseguir.

Do trabalho de análise até aqui efectuado, verifica-se que se obtêm resultados, reduzindo o risco de agressões irreversíveis, como se acabou de referir, através das seguintes situações:

- Na eventualidade de decorrer uma obra no edifício, fazer o acompanhamento assíduo e minucioso dos trabalhos;
- No caso de não estar a decorrer nenhuma obra (é o caso), é necessário efectuar trabalhos específicos para a realização da sondagem, tentando no entanto reduzir ao mínimo necessário a área de intervenção, elaborando

para tal um plano rigoroso de sondagens, com base num estudo e pesquisa preliminar sobre o edifício. Este estudo deverá conter a componente histórica do edifício, incluindo o conhecimento da sua génese, concepção, construção e conhecimento sobre as suas características geométricas e relações proporcionais e sobre as suas características construtivas (sistemas e materiais). Este tipo de informação foi obtida no caso em estudo ao longo da primeira e segunda parte.

Verifica-se que na elaboração de um plano de sondagens, esta é instrumento fundamental para o estudo de um edifício, nomeadamente :

- Através da realização de sondagens visuais ou com acção directa sobre as estruturas existentes de modo a obter informações mais rigorosas sobre as características dos materiais e eventualmente sobre as origens e causas das patologias detectadas.

No caso presente, a recolha de documentação dispersa (embora não exhaustiva) e sobretudo uma reinterpretação da informação nela contida, conduz a um novo entendimento do edifício e da sua história. Neste caso, as sondagens a realizar, simplesmente visuais, serão seleccionadas com objectivos precisos, diminuindo a sua extensão, reduzindo-se assim, quando é o caso, as agressões físicas que este tipo de acção sempre causa. Será este o caso presente.

- Após a elaboração de um plano com o objectivo de se encontrar registos físicos na construção, de modo a nos darem indicações rigorosas sobre a existência de estruturas e formas de épocas anteriores entretanto desaparecidas, absolvidas ou adulteradas por construções ou demolições posteriores, (em alguns casos é necessário a intervenção de um Arqueólogo especialista da época em causa), é importante esta análise se se pretender ter a noção da evolução da construção ao longo do tempo.

3.2.2. APRECIACÃO DAS RECENTES INTERVENÇÕES DA D.G.E.M.N.

“ (...) um espaço onde nada se via nem previa de futuro, e, era preciso que ele fosse um novo espaço onde se pudesse estar e que se quisesse olhar, que tivesse vida e dignidade. Mas como ? O que havia ainda ali de verdadeiro e belo ? Que partes seriam ainda recuperáveis? Que conjunto se iria obter no final? Haveria estética e unidade “.

In Revista Semestral Edifícios e Monumento

Nº 6

Quando a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais começou o grande restauro, encontrou as hospedarias num estado de degradação bastante avançado, especialmente ao nível das estruturas e das coberturas. Eram numerosos os acréscimos e mutilações, adulteração feita à traça primitiva, fenómeno acumulado durante várias épocas.

Os trabalhos levados a efeito referente às habitações tinham como objectivo “ um projecto de recuperação” ou seja, todos os trabalhos eram inteiramente aproveitados para a total recuperação e utilização aos fins a que os diferentes sectores do imóvel se destinavam.

De um modo geral, todas as paredes, coberturas e pavimentos se encontravam em péssimo estado de conservação, pelo que os trabalhos mais prementes a levar a efeito foram os seguintes:

- . obras em todas as coberturas;
- . muitos dos troços de paredes de alvenaria hidráulica constituídas com argamassa pobre precisavam de ser “encascados” a fim de se evitar a sua destruição ou degradação prematura;
- . revestimentos novos em todas as paredes;
- . caixilharias substituídas (ou por estarem podres, ou não estarem de acordo com a construção dos edifícios) e outras repostas;
- . nos edifícios desmoronados, fez-se a limpeza dos entulhos;
- . reconstrução da calçada à portuguesa, nas passagens aos lados da igreja.

- . regularização dos pavimentos térreos, arrumando a pedra e removendo as terras;
- . escavações da terra para abertura de caboucos com a finalidade de consolidação de paredes existentes ou incorporação de pilares e respectivas sapatas;
- . aplicação de massame nos pavimentos térreos e construção de alvenarias e coberturas para as futuras e anexas instalações sanitárias.

Os edificios antigos distinguem-se do ponto de vista estrutural dos actuais pelo facto de apresentarem, em geral, sistemas estruturais estaticamente indeterminados. Quando há necessidade de proceder à consolidação de um edificio antigo, deve-se reforçar os vários elementos desse edificio nos locais considerados críticos para as acções previstas, não desprezando as suas capacidades de resistência confiando as funções estruturais apenas a novos elementos que venham a ser incorporados (verifica-se que foi o realizado neste conjunto arquitectónico). Sempre que seja possível dever-se-ão manter os materiais originais, procedendo eventualmente à sua recolocação nas posições correctas, ou serem utilizados materiais idênticos aos existentes.

As propostas resultantes de arquitectura, de Design e da Museologia ente outras áreas, deverão ser concebidas e enquadradas pelos princípios que devem reger a intervenção em edificios antigos e históricos, património classificado de um país, sem no entanto prescindir da actualidade, qualidade e afirmação cultural de uma época. As propostas formais, funcionais e técnicas a implementar, devem mostrar entendimento e conhecimento dos edificios, das técnicas tradicionais e dos materiais utilizados e saber conciliar esses dados com as necessidades, técnicas e materiais actuais para possibilitar uma possível musealização.

Para analisar as recentes intervenções realizadas pela DGEMN ver cap. II, onde se descrevem as intervenções efectuadas no Séc XX.

3.2.3. PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO PELA D.G.E.M.N.

“ Este projecto vai permitir dar nova vida àquela construção tão humildemente bela, naquele sítio tão particularmente emocionante, mas no pleno respeito pela velutez e dignidade do monumento “.

In Nuno Teotónio Pereira

Nos anos sessenta, apareceu um projecto para reabilitar o conjunto arquitectónico do Cabo Espichel, realizado pelos arquitectos Francisco Keil do Amaral, António Pinto de Freitas e Francisco Silva Dias. Este projecto não chegou a ser executado.

Actualmente, existe novo projecto de restauro e reabilitação. Projecto que foi iniciado em 1990 pelos arquitectos Ana Rosa de Freitas e José Fernando Canas, sendo reformulado em 1995 pelo arquitecto Víctor Mestre. Pretende-se com este projecto a reabilitação da ala sul, adaptação da ala norte para instalação hoteleira e a recuperação do teatro Barroco.

Este projecto¹⁴¹ baseia-se nas seguintes principais linhas de acção:

- a) Para a ala Sul, propriedade da Confraria, existirá um projecto de restauro e reabilitação. Esta será mais uma vez destinada a servir de hospedaria para os romeiros;

A ala Norte¹⁴² será readaptada a fim de ser ocupada por uma instalação hoteleira, sendo necessária a construção de um novo corpo de expressão contemporânea sobre as ruínas já muito adulteradas existentes no extremo poente, pois exige alguns espaços de dimensões maiores do que as dimensões existentes – características da compartimentação em correnteza; sendo a nova construção contemporânea, não deixa de utilizar materiais locais, usados nos edifícios preexistentes, contribuindo para uma melhor integração do novo a par do antigo.

¹⁴¹ MESTRE, Víctor - In “ Revista de Arquitectura e Vida”, Lisboa: D.G.E.M.N., 1999, pp. 16 - 21.

¹⁴² Por decreto 40 / 95, D.R. 267 de 18 de Novembro, foi cedida ao estado a ala norte do Santuário para instalação de uma pousada.

- b) Na ala norte sobre as paredes exteriores que restam do Teatro Barroco, surgirá segundo o projecto de reabilitação, um Auditório de apoio à Pousada e à Confraria.

Uma ruína a poente, depois de consolidada irá permanecer sem alteração e poderá ser vista do exterior do terreiro e do interior do restaurante, como uma escultura arquitectónica. Este projecto procura manter a identidade espacial, aliada a um número restrito de materiais tradicionais preexistentes, tentando atingir simplicidade com elevado conforto. Serão construídas na pousada salas de estar, sala de refeições, quartos, zonas de cozinha, cafetaria, arrumos, lavandaria, serviços de engomadoria, elevador, sanitários e acesso a estacionamento, assim como entrada ao público e entrada de serviço. Opta-se por repetir os materiais que lá se encontram, destacando a pedra de Sesimbra, madeira, pedra, alvenaria, sendo no exterior rebocada com argamassa de cal e pintado a tinta de silicatos¹⁴³.

Quanto ao terreiro, ficará interdito a veículos motorizados, que passarão a circular no perímetro exterior do santuário. Sobre o terreiro será aplicado areão alaranjado e compactado.

Quanto ao perímetro envolvente do santuário, optou-se por não intervir, respeitando-se assim integralmente a natureza sem acção humana.

Qualquer uma destas propostas tem em conta as exigências actuais, assim como arquitectura, o material e métodos de construção existentes, preservando e mostrando alvenarias que deixaram de ter a função inicial.

As entidades responsáveis de cada uma das alas sul e norte, respectivamente Confraria e E.N.A.T.U.R., são as responsáveis pelo programa funcional a implementar em cada uma das alas, mas seguindo integralmente as indicações da D.G.E.M.N., de modo a encontrar-se um equilíbrio entre as funções a instalar e o monumento existente, tendo sempre presente uma ética de intervenção explícita e mobilizadora do projecto.

¹⁴³ Para mais pormenores, consultar: MESTRE, Víctor - In "Revista de Arquitectura e Vida", Lisboa: D.G.E.M.N., 1999, pp. 16 - 21.

3.2.4. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

“ Viver o nosso tempo com tudo aquilo que é passado, nos pertence e nos convence, mas sem renunciar a nada daquilo que a actualidade é capaz de nos oferecer”.

In Nicola de Batista

Nova Proposta de Intervenção

Existem desafios, que se colocam à forma de intervir com eficácia na salvaguarda e valorização do património construído.

Estando o santuário em descalabro total e irremediável, reuniu-se um pequeno grupo de arquitectos que debateu o assunto para definir a viabilidade e os caminhos duma possível intervenção¹⁴⁴. Primeiramente, proceder-se-á a um estudo e a uma proposta objectiva para a recuperação das edificações – não apenas um restauro, mas uma revivificação, ajustada a circunstâncias actuais, uma vez que um simples restauro parecia insuficiente: compor uns edifícios que por falta de uso se encontrariam de novo em ruínas, ao fim de uns anos de abandono e de exposição aos rigores de um clima agreste de beira-mar¹⁴⁵.

A Fundação Calouste Gulbenkian aceitou fazer estudos para despertar consciências mal esclarecidas sobre a importância do conjunto arquitectónico em causa e o seu estado de ruína, para lhe criar amor e para apontar um caminho possível à sua recuperação. Ao longo de vários meses passados no Cabo Espichel ou em trabalhos de gabinete e com o apoio e a colaboração preciosa da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o grupo mediu, desenhou, fotografou, inquiriu, analisou e estruturou, a fim de definir a viabilidade e os caminhos duma possível intervenção¹⁴⁶.

¹⁴⁴ Cfr. Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961, p.8.

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ Ibidem.

As políticas de intervenção levadas a cabo pelos organismos oficiais têm pecado por não privilegiarem a totalidade dos edifícios. Restauram uma parte, depois outra e assim sucessivamente. A obra tem de ser vista no seu aspecto global e não por parcelas.

A conservação e restauro de edifícios não deve intervir de forma a alterar aspectos característicos da passagem do tempo nem cometer falsificações em relação à unidade estética e formal do mesmo, respeitando todos os aspectos artísticos e históricos.

A necessidade de uma manutenção responsável dos nossos monumentos permite salvaguardá-los de patologias graves que por vezes se prolongam em anos sucessivos. Cada edifício deve ter um projecto individual específico onde se orçamentem, calendarizem e justifiquem, os vários campos de intervenção, acompanhando e relatando em documento escrito todo o percurso da obra.

Abordar um monumento com vista à sua preservação e conservação implica a adopção de uma metodologia própria que contemple um levantamento sobre todas as anomalias existentes, as quais serão analisadas por especialistas.

Uma intervenção deve ser realizada com o máximo rigor e com os recursos técnicos e científicos mais modernos e ter como objectivo o respeito pela manutenção da autenticidade dos valores materiais e culturais do objecto.

A intervenção de conservação surge como um passo crítico que deve ser suportado na identificação de valores e significados do objecto a conservar, onde as medidas de acção a realizar não podem estar dissociadas do método usado para as definir e projectar. Qualquer intervenção é uma acção datada, produto do contexto histórico e cultural do tempo em que é realizada, que a informa e justifica, que exige o reconhecimento extensivo do legado que o objecto transporta e um profundo respeito pelos agentes que o criaram e pelas vicissitudes que lhe moldaram a existência.

Por imposição da ética da conservação, para além do simples bom senso, deve ser seguido o princípio da intervenção mínima, pois assim se reduzem os danos que uma intervenção menos apropriada possa vir a ocasionar de forma irreversível.

“Mesmo em edifícios da melhor construção, o homem pode activamente contribuir para anomalias de maior ou menor gravidade, através da forma inadequada como se realizam certas intervenções ditas de reabilitação mas que resultam afinal na

condenação desses edifícios ¹⁴⁷. “(...) são as alterações introduzidas ao nível dos andares, associadas a pequenas alterações funcionais, muitas vezes simples alargamentos ou interligações de compartimentos (...) em paredes, que podem ser tabiques ou paredes “resistentes”, sem estudos nem procedimentos adequados ¹⁴⁸.

Uma questão de maior importância relaciona-se com a “modernização” de edifícios antigos, a que se associa a criação de redes eléctricas, de águas, esgotos e gás, instalação de cozinhas e casas de banho, onde antes existiam quartos e salas ¹⁴⁹.

Um conjunto igualmente importante de anomalias dos edifícios antigos relaciona-se com a sua inadequação ao uso, devido a mudanças de funções ou, mais vulgarmente, por terem entretanto mudado os critérios relativos à salubridade, segurança ou conforto dos edifícios.

Outro problema de grande importância nestes edifícios relaciona-se com a inexistência ou precariedade das redes de águas e de esgotos residuais, muitas vezes resumidas, quando existem, a uma torneira e uma pia de despejos na cozinha ¹⁵⁰.

Uma das grandes diferenças entre os materiais antigos e modernos reside em que os primeiros são, até certo ponto, materiais naturais, oferecendo pois uma notável capacidade de resistência à agressividade do meio natural.

Pelos malefícios do tempo e esquecimento do homem, o santuário vai sendo despojado lenta mas irremediavelmente dos seus atributos.

Além das intervenções feitas devido aos estragos provocados pelas intempéries, houve alterações que foram surgindo através dos anos, produto de adaptação do edifício a várias funções.

Dado o estado degradado a que o monumento chegou, a D.G.E.M.N., mantendo-se desde há muito na sua lista de intervenções a realizar, anunciou publicamente através dos meios de comunicação o início das obras. No entanto o problema económico surge sempre como uma das principais causas de degradação do nosso património. Qualquer intervenção, sobretudo ao nível da estrutura física de um monumento, requer tecnologia de ponta aplicada por técnicos especializados em

¹⁴⁷ APPLETON, João Augusto da Silva – Idem, p. 63.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ Ibidem – Op. Cit., p. 59.

¹⁵⁰ Ibidem – Idem, p. 67.

diferentes áreas de intervenção. As razões económicas que levam a que se criem prioridades no património a intervir, daí que chegue a um estado lastimoso¹⁵¹.

Os elementos caracterizadores das fachadas e pertencendo às suas específicas linguagens arquitectónicas, porque são participantes activos na construção da tradicional imagem, deverão ser sempre que possível preservados, promovendo-se a sua efectiva recuperação

Deverão ser preservadas a convivência íntima e estruturas religiosas, com um conjunto arquitectónico imponente em redor da Igreja, tudo contido num conjunto não deixando espaço para outras construções no interior.

É evidente que a forma e implantação do conjunto arquitectónico foi consequência de um modelo pensado para espaço plano, tendo em conta os condicionalismos físicos importantes e a uma situação de relevo irregular e com bastante espaço disponível condicionado por algumas necessidades de natureza.

Pretende-se que as ruínas adquiram importância enquanto tal. Com esta proposta, as hospedarias passam a ser dotadas de materiais e usos, formas e funções, respeitando a funcionalidade implícita da sua construção original e conferindo-lhe simultaneamente a possibilidade de uma vida activa.

¹⁵¹ Todos sabemos que é impossível devolver o aspecto original ao edifício mas é preciso um olhar e um estudo profundo do conjunto da obra antes de se tomarem resoluções, para que haja no final dos trabalhos de conservação e restauro uma "verdade", que seja devolvida a esse conjunto, assim como uma unidade, uma leitura e uma estética. Uma obra de reabilitação descuidada, que não se preocupa com determinados pontos, atinge o oposto do que procura.

Objectivos e metodologia

Actualmente e como já foi referido, o conjunto está desocupado. Consciente da carência de espaço, apresenta-se uma proposta de reconstituição, tendo em vista a sua afectação a novas funções. A metodologia que se seguiu e os objectivos que se pretende alcançar são os seguintes:

- utilizar materiais e técnicas de construção com características idênticas às existentes de modo a que não agridam o “espírito” do monumento;
- fazer o levantamento rigoroso das características arquitectónicas, tipologias, construção, cor, materiais, acabamentos, de todo o conjunto , e com base nestes dados elaborar um plano e um regulamento que enquadrem todas as intervenções a realizar;
- garantir que a intervenção não provoque situações de irreversibilidade;
- este trabalho pretende ser uma proposta genérica, que por isso mesmo não desce ao pormenor, limitando-se a propor algumas orientações:
 - . introdução de instalação eléctrica;
 - . melhorar espaços existentes, criando novos espaços, com funções específicas – cozinhas e casas de banho.
 - . uma vez que é um conjunto com características específicas, a intervenção / recuperação, deve ter em conta a apresentação exterior do espaço a quem o queira visitar, por ele passear ou usufruir. Tornando-o atractivo para quem dele queira usufruir como centro de cultura e lazer. Organizando também um sistema de apoio com ponto de informação; instalação sanitária pública; iluminação do conjunto; mobiliário urbano constituído por exemplo de bancos, papeleiras, iluminação, placares informativos, entre outros que sejam necessários.

Este mobiliário, uma vez que resulta de uma intervenção recente, poderá/deverá ser construído num material que não se desgaste facilmente, que se enquadre e não se deteriore no meio onde vai estar inserido, recorrendo a tecnologias e materiais modernos.

Reconstituição e afectação do espaço a novas funções

Este conjunto já cumpriu a função para que foi construído. Por isso mesmo representa já uma parte do património construído, contendo em si uma parte da história do Homem e da região, para além de representar parte do património nacional. Tem como função a de comunicar através do tempo, transmitindo de geração em geração o seu conteúdo simbólico e permitir a fruição dos seus valores estéticos, produto das intervenções resultantes dos valores e gostos de uma época “ (...) de uma forma geral o património surge associado a três tipos de valores distintos, emocionais (identidade, continuidade, simbolismo) culturais, históricos, documentais, arqueológicos, estéticos, científicos, sociais, económicos, políticos, etc (...)”¹⁵².

A abordagem de um edifício deve ser iniciada por um estudo atento e aprofundado que contemple a evolução do edifício no tempo, recorrendo a equipas técnicas detentoras de vários saberes específicos. Tratar do património é pôr em consonância vários conhecimentos, aplicando-os num campo de actividades práticas onde o sentido estético e a leitura do lugar não pode permitir a anulação de outros saberes e manifestações de épocas passadas. A conservação de um edifício histórico não pode ser projectada como se de um qualquer edifício se tratasse. Os conceitos de rigor e qualidade aplicados ao nível da construção civil não podem ser descurados, pois que está em jogo uma realidade insubstituível no panorama histórico / artístico.

A curto e médio prazo, a afectação do conjunto a funções adequadas ao espírito do lugar (funções culturais, por exemplo). Na valorização do património histórico edificado, pensamos de maior utilidade avançar com uma proposta que vá ao encontro de necessidades prementes e se afigure de possível concretização a curto prazo.

As habitações existentes, cuja concepção correspondia às necessidades e formas de vida de há muitos séculos atrás, necessitam agora de ser modernizadas e adaptadas às actuais formas de habitar, satisfazendo exigências de segurança e

¹⁵² HENRIQUES, Fernando M.- Conservação do Património Histórico Edificado, Memória N^o775, Ministério das Obras Públicas, transportes e comunicação, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1991, p. 14.

higiene e de qualidade de vida que hoje todos consideramos como absolutamente básicas.

Essa modernização nem sempre é fácil. Por vezes, torna-se necessário transformar e melhorar a organização dos espaços, o introduzir ou melhorar os espaços destinados a determinadas funções – como as cozinhas ou as casas de banho, o que pode obrigar, na maior parte das vezes, à colocação ou quase completa substituição das instalações e equipamentos técnicos e existentes.

Pretende-se conjugar o interesse público, legítimo de defesa do património, com o interesse igualmente legítimo da instituição que ocupa as instalações.

Propõe-se uma reconstituição, respeitando os volumes, a compartimentação, a localização aproximada dos vãos com tecnologia e materiais adequados, visando uma afectação a novas funções.

É evidente que a reconstituição não pode ser integral.

A estrutura original das hospedarias a nível de fachada será mantida. O espaço interno será adaptado por forma a criar estruturas de apoio que permitam uma maior comunidade e conforto aos visitantes.

Na ala Sul, a nossa proposta visa a manutenção da estrutura existente, apenas retirando os acrescentos feitos ao longo do tempo, nomeadamente os tabiques, reconstituição histórica de como os peregrinos pernoitavam nas hospedarias, tentando transformar o espaço de cada um dos albergues num duplex, sendo o piso térreo constituído por sala de estar e o piso superior por uma casa de banho e um quarto.

Na ala Norte das hospedarias propomos o seguinte :

- a) Para o antigo teatro barroco, construir uma estrutura polivalente, sendo o piso térreo um pequeno anfiteatro e o piso superior, um restaurante panorâmico;
- b) As primeiras hospedarias poderiam ser transformadas em instalações sanitárias de apoio a todo o santuário do Cabo Espichel;
- c) Um pequeno bar de apoio aos visitantes do complexo;
- d) As restantes hospedarias poderiam ser transformadas num amplo espaço de exposições, sendo o piso térreo ocupado com uma exposição permanente alusiva à história do Cabo Espichel e à lenda da Pedra da Mua e o piso superior ocupado com exposições temporárias, tais como dos vestígios

arqueológicos da zona provenientes das sucessivas escavações arqueológicas aqui realizadas ou mostras de arte de artista locais. Este espaço superior poderia ainda ser aproveitado para criar um gabinete ou centro de estudos da história do Cabo Espichel ou como zona de protecção de património histórico-natural.

Reorganização espacial e funcional

“ O tempo altera, sem dúvida, todas as obras de arte, mas a sua acção faz-se sentir sobretudo na arquitectura visto que a construção de um grande edifício permanece durante muito tempo e as construções, sempre destinada a um determinado uso, terão de se adaptar às necessidades em permanente mutação do Homem, ...”

In Atlas da arquitectura Mundial,
Alphabooks publishers, 1998

A formulação de uma proposta de reorganização funcional e espacial de um edifício como o conjunto arquitectónico, implica um trabalho minucioso e delicado de quem vier a formalizar essas propostas em Projectos de Execução e Obra. A valorização espacial dos espaços do conjunto arquitectónico será consequência directa do conjunto de acções e de propostas apresentadas neste trabalho. Os trabalhos de conservação a realizar no curto prazo, darão já por si uma diferente imagem de muitos dos espaços interiores e exteriores do conjunto. A sua reorganização funcional e as respectivas intervenções de adaptação, concluirão o processo que resultará num edifício digno da sua classificação e social e culturalmente útil.

As propostas deverão ser concebidas e enquadradas pelos princípios que devem reger a intervenção em edifícios antigos e históricos, património classificado de um país, sem no entanto prescindir da actualidade, qualidade e afirmação cultural de uma época, nas propostas formais funcionais e técnicas a implementar. Entendendo também que essa modernidade se pode manifestar não forçosamente através de atitudes formais ou menos espectaculares, mas também e principalmente, mostrando o entendimento e conhecimento dos edifícios, das técnicas tradicionais e dos materiais utilizados e sabendo conciliar esses dados com as necessidades, técnicas e materiais actuais.

A actual ocupação funcional do conjunto arquitectónico é confusa e complexa. A maior parte das áreas foram adulteradas e até danificadas em consequência de uma ocupação desadequada e pelo que se viu do exterior, os compartimentos do piso superior não são iguais. É portanto uma ocupação desatenta e não poucas vezes desrespeitosa de um edifício património histórico nacional.

Por isso, pretende-se aqui propor uma diferente organização funcional do conjunto arquitectónico, adequada às características (físicas, culturais e simbólicas) dos espaços que o compõem. Esta proposta pretende ser uma base de trabalho e de orientação para futuras intervenções a desenvolver nestes edifícios.

As propostas aqui apresentadas são, no entanto, fortemente condicionadas pela ocupação actual do edifício, não deixando por isso de ser realistas, dado que entendem operações de médio e longo prazo. A implementação destas soluções ou outras similares que venham a ser discutidas e propostas, não impede a realização das acções de conservação apontadas nos capítulos anteriores. Entende-se que essas acções devem ser realizadas a curto prazo, dado ser prioritária a manutenção e conservação do edifício. Podem no entanto ser concebidas, estudadas e projectadas, tendo como pano de fundo as novas utilizações, como as que aqui se propõem. Daí a extrema importância que a formalização concreta de uma proposta deste tipo, com o empenhamento e acordo de todas as entidades directamente interessadas, pode ter na concretização de todas as acções que se venham a realizar, mesmo as mais insignificantes.

Plano de Demolições

“ É necessário ter conhecimento dos estados sucessivos da construção de forma a interpretar correctamente o que se nos apresenta, evitando atribuir à vontade de um único arquitecto o que resulta de várias etapas de trabalhos “

In Atlas da arquitectura Mundial,
Alphabooks publishers, 1998

Enquadrado o âmbito das demolições a efectuar, distinguir-se-ão dois níveis de intervenção diferentes. O primeiro diz respeito às demolições que deveriam ser realizadas a curto prazo, entendendo-as claramente como um contributo para a conservação do conjunto e não por questões funcionais ou mesmo estéticas e formais. O segundo nível refere-se a todas as demolições que se terão de efectuar para que se implementem as propostas de reorganização funcional do conjunto. No segundo conjunto de demolições a definir, integrar-se-ão todas aquelas que resultem da implementação do novo programa funcional aqui proposto para o conjunto. Desde já se identifica como demolição provável, a maioria das divisórias e tabiques interiores, surgidos das necessidades de adaptação dos espaços existentes às funções actuais.

Plano de construção nova

“ As formas resultam de uma vontade imposta ao material. Um conjunto acabado suscita junto do espectador ainda que superficial ou desatento, uma impressão específica de informação “

In Atlas da arquitectura Mundial,
Alphabooks publishers, 1998

O plano de construção nova não pretende avançar com soluções de arquitectura, mas antes definir áreas onde eventualmente se aceitam elementos novos construídos, consequência, em princípio, da implementação do plano de reorganização funcional e espacial. Este plano está enquadrado pelo princípio básico de que se deve reduzir ao mínimo necessário a intervenção num edifício antigo, sendo esta noção válida tanto para as acções de conservação, como para as intervenções que impliquem a adição de novos elementos construídos. Por isso, o plano contempla áreas mínimas de intervenção, quase nenhuma no exterior, a maior parte no interior dos edifícios e resultantes da necessidade de implementação de alguns elementos imprescindíveis a uma utilização actual de edifícios e equipamentos. Estão neste caso as instalações sanitárias, eventualmente cozinhas e sobretudo as diversas redes que forçosamente integram um equipamento de utilização pública :

- . redes de águas frias e quentes e respectivos sistemas de aquecimento;
- . redes de esgotos domésticos e pluviais;
- . redes de electricidade;
- . redes de telefone, telecomunicações e informática;
- . redes dos sistemas de segurança (detecção e combate de incêndios, intrusão, furto, prevenção de actos de vandalismo);
- . redes de condicionamento de ar (aquecimento, arrefecimento, ventilação, desumidificação).

As soluções de volumetria resumem-se no essencial à necessidade de manter rigorosamente as cotas actuais das coberturas, beirados e platibandas e a sua geometria e características técnicas.

3.2.5. AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE A PROPOSTA DESTE TRABALHO E A PROPOSTA DA D.G.E.M.N.

“ A identidade de todas as coisas entre si, paga-se pela impossibilidade de cada coisa ser idêntica a si mesma “.

In Siza Vieira

Difícilmente alguém poderá ser indiferente a um local destes. Apesar dos anos passados, a força dos costumes e da tradição sobrevive a modas, políticas, revoluções e à cultura popular.

Tenta fazer-se uma intervenção, respeitando a preexistência no seu todo, garantindo a sua originalidade nos aspectos espaciais construtivos e volumétricos com base em conceitos de restauro e reabilitação expressos em cartas do património, bem como na experiência e senso comum que são considerados adequados para intervenção neste conjunto arquitectónico, utilizando materiais e técnicas construtivas já utilizadas.

Este trabalho propõe:

- manutenção das estruturas existentes;
- menor intervenção possível;
- respeito pelo lugar religioso;
- recuperar a ruína do teatro de forma a adaptar a um novo anfiteatro e o piso superior, um restaurante panorâmico;
- permitir condições de habitabilidade;
- humanização do espaço exterior, através de um mobiliário funcional e actual e com um material capaz de suportar as intempéries e vandalismo;
- sendo o conjunto arquitectónico, um monumento nacional, preservá-lo e permitir que seja visitado, estando para isso a ala norte aberta ao público para ser visitada e podendo ao mesmo tempo ser esta ala utilizada para centro de exposições;

- as tecnologias tradicionais devem ser reabilitadas e o seu conhecimento aprofundado¹⁵³.

Depois de analisada a proposta da DGEMN, conclui-se que é imprescindível:

- atitude ética para com o valioso património preexistente, respeito pela memória e a sua valorização enquanto unidade espacial;
- unidade volumétrica;
- unidade de materiais;
- implantação de nova construção de forma integrada, como “arquitectura de continuidade”;
- preocupação de responder às necessidades ao nível do conforto, de forma equilibrada, sem nunca perder o espírito do lugar;
- respeitar o cariz religioso;
- uma intervenção que não força o santuário ao novo uso.

Qualquer uma das propostas usa tecnologias e materiais tradicionais, respondendo às exigências de segurança e conforto. Estes projectos permitem dar uma nova vida àquela construção do povo, num sítio envolvido pela natureza e que impõe respeito pelo sítio e dignidade ao conjunto arquitectónico. Ficam criadas condições para que os turistas se juntem aos peregrinos e vice-versa, envolvidos pelo sítio e pelas características criadas pelo homem através do conforto que dá, a quem visita este lugar como visitante ou como círio.

¹⁵³ O artigo 10 da Carta de Veneza (1964), refere que sempre que as técnicas tradicionais se revelem inadequadas, a consolidação de um monumento, pode ser assegurada com o apoio de todas as técnicas modernas de conservação e de construção, cuja eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida pela experiência.

CONCLUSÃO

Tratar de monumentos é pois, em primeiro lugar, ter disponibilidade para entender uma realidade histórica em movimento já que os monumentos constituem um precioso manancial de informação acerca da cultura e da tradição dos povos. Encarado assim, quase como um organismo vivo, o monumento passa a ser olhado com respeito e respeitado na sua identidade no decurso de qualquer intervenção. Na verdade, os monumentos contam a sua história, através das suas doenças actuais e das suas cicatrizes reveladoras de maleitas passadas; a sua aparência revela o cuidado ou a ausência de conservação periódica, nas fendas pode ler-se o efeito de assentamentos de fundações ou de deformações estruturais, pela observação cuidada pode determinar-se se essas fendas são antigas ou recentes, se são superficiais ou profundas, revelando anomalias irrelevantes ou denunciando uma morte próxima.

A observação, que se deseja realizada o mais possível com métodos e fundamentação científica, será sempre indispensável para a percepção dos problemas dos monumentos, não sendo concebível que inúmeras intervenções em monumentos sejam realizadas antes dessa observação e do subsequente diagnóstico.

A elaboração deste trabalho teve como base uma metodologia e uma ética de análise num monumento, aplicada ao caso concreto das hospedarias do Cabo Espichel. Este conjunto, esteticamente diferenciado dos existentes no país, apresenta aspectos relevantes, distinguindo-se sob o ponto de vista histórico, social e artístico. É como se viu, um conjunto classificado que o país possui, carregado de história, cultura e memória, que se encontra em avançado estado de degradação.

O monumento relaciona-se de forma diversa com a envolvente arquitectónica e humana, produto de uma cultura. A estrutura física é suporte de uma cultura, um conjunto de respostas que são dadas pelo homem quando procura qualidade de vida, mas por sua vez, deixa transparecer os interesses do homem, com seus momentos de apogeu e queda.

Através do passado, percebem-se acontecimentos presentes. Constatam-se através do tratamento pouco digno do passado, o pouco empenho das instituições responsáveis, em relação ao património.

Ao realizar-se um trabalho de investigação, este deve divulgar novas interpretações, deixando em aberto aspectos relevantes para novas pesquisas, nunca devendo fechar portas, mas abrir novas perspectivas.

As propostas, que, com base nesses elementos de análise foram formuladas, são também elas uma base de trabalho para o arranque desejado de um processo amplo e integrado de intervenção neste edifício, podendo este trabalho assumir-se como a matriz de todas as acções que se venham a concretizar.

As ruínas³, que vão cada vez mais corroendo as edificações, evidenciam-se dramaticamente no silêncio reinante, entrecortado apenas pelo vento marítimo.

De facto, a simples utilização de um edifício, mesmo que com actividades menos próprias e adequadas aos espaços disponíveis, torna mais viável a manutenção e conservação desse edifício, (em 1960 viviam aqui 6 famílias em condições muito precárias). A desocupação, por demasiado tempo dos imensos espaços dos edifícios, será muito provavelmente a causa primeira para a ruína que hoje domina ainda a imagem urbana do Cabo Espichel.

Desde os anos sessenta tem havido no local obras de consolidação, recuperação e conservação. Data também desses anos um projecto dos arquitectos Francisco Keil do Amaral, António Pinto de Freitas e Francisco Silva Dias, destinado à reabilitação do conjunto mas nunca executado.

Se não for posto em acção o projecto existente, o valor desta peça extraordinária da nossa arquitectura de feição popular, dentro em breve desaparecerão não restando mais, que uma melancólica recordação e a assinalar o local, um amontoado disforme de pedras de triste significado.

³ Considera-se ruína uma parte de uma obra de arte que já não pode restabelecer a sua unidade potencial. Na ruína, apenas se admite acção de consolidação e de posterior conservação.

No final do percurso de investigação, tivemos a noção de tristeza, pois desde 2001, que existe um projecto de intervenção e o conjunto arquitectónico continua agora, em 2004, completamente na mesma. Neste momento as portas e janelas do rés-do-chão estão entaipadas, apresentando a quem o visita isolamento e desilusão. No período de execução deste projecto (início / conclusão), decorreram obras de conservação e restauro integral da Igreja, apresentando uma nova imagem a quem a visita.

O projecto de restauro e reabilitação existente actualmente foi iniciado em 1990, pelos arquitectos Ana Rosa de Freitas e José Fernando Canas, vindo a ser reformulado em 1995, pelo arquitecto Víctor Mestre. Este projecto foi elaborado com base em conceitos de restauro e reabilitação e com utilização da Pousada da ENATUR e confraria de Nossa Senhora do Cabo Espichel. As entidades responsáveis pelo projecto são: confraria de Nossa Senhora do Cabo Espichel, Direcção-Geral do Património do Estado, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e E.N.A.T.U.R.. A D.G.E.M.N. é a entidade autora e coordenadora do projecto. Pretende-se reabilitar a ala sul, propriedade da Confraria da N.S. do Cabo Espichel que continuará a servir de hospedaria para os romeiros/ Círios. Na ala norte, projecta-se uma ligeira ampliação para pousada da E.N.A.T.U.R., assim como, ainda nesta ala, a reabilitação do antigo Teatro Barroco para auditório.

Para dar seguimento a este programa hoteleiro, que exige alguns espaços de dimensão menos compatíveis com a compartimentação da correnteza, propõe-se a construção de um novo corpo, de expressão essencialmente contemporânea, sobre as ruínas existentes no extremo poente da ala norte. O antigo Teatro Barroco, do qual só restam as paredes exteriores, será adaptado a auditório para apoio à pousada e à confraria.

Podemos continuar ansiosos, à espera do projecto que vai permitir dar nova vida à construção humildemente existente, com condições para turistas e ao mesmo tempo para peregrinos dos círios, envolvidos pelo sítio espectacular em que mar e terra se encontram, criando longínquos horizontes.

Será que se passa de projecto à prática / realidade ?, de ruína à intervenção ?, de espaço desumanizado / espaço habitado ?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Impressas

1.1. Publicações periódicas

Almada, Almada Informa, Edição Câmara Municipal de Almada, Almada, Março de 2003.

Almada, Almada Informa, Edição Câmara Municipal de Almada, Almada, Junho de 2002.

Arquitectura e Vida, nº 17, Revista mensal, parceria Editorial Abitare e Costruire, Lisboa, Junho de 2001.

Monumentos 8, Revista semestral de Edifícios e Monumentos, Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais – Ministério do Equipamento Social, Lisboa, 1998.

Monumentos 16, Revista semestral de Edifícios e Monumentos, Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais – Ministério do Equipamento Social, Lisboa, Março de 2002.

Património / Estudos, Revista semestral, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

Revista de Arquitectura e Arte, Nº 23, Janeiro/Fevereiro 2004, Ano IV.

R.

B

I

B

L

I

O

G

R

A

F

I

C

A

S

1.2. Publicações não periódicas

AAVV., *À descoberta de Portugal*, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1989.

AAVV., *Arquitectura Popular em Portugal*, 2º Volume: zona 4 Estremadura, 3ª Edição, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988.

AGUIAR, José; **APPLETON**, João; **CABRITA**, António Reis; – *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, Câmara Municipal de Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1993.

AIRES-BARROS, Luís – *As Rochas dos Monumentos Portugueses – Tipologias e Patologias*, Volume I,II, IPPAR, Ministério da Cultura, Lisboa, 2001.

AIRES-BARROS, Luís – *Alteração e Alterabilidade de Rochas*, I.N.I.C., Lisboa, 1991.

ALCOFORADO, Maria João – *O Clima da Região de Lisboa*, C.E.G., Universidade de Lisboa, Lisboa, 1993.

ALVES, A. A. – *Florestas e desenvolvimento*, Nº 70 in vida rural, Instituto dos produtos florestais, Lisboa, 1979.

AMARAL, Francisco Keil do – *Quero entender o Mundo*, Colecção Real-Imaginário, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1974.

AMARAL, Francisco Keil do – *O Problema da Habitação - 1945*, Cadernos Azuis, Problemas Contemporâneos, Livraria Latina Editora, Porto, s/d.

ANTAS, Mário – *Antas-capelas: contributos para o seu estudo em território português. Dissertação de mestrado*, Universidade Lusíada de Lisboa, polic., Lisboa, 2000.

APPLETON, João Augusto da Silva – *Edifícios Antigos, Contribuição para o Estudo do seu Comportamento e das Acções de Reabilitação a Empreender*, M.O.P.T.C., Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, Outubro de 1991.

ARGAN, Giulio Carlo – *Guia de História da Arte*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992.

AZEVEDO, Carlos Moreira de – *História Religiosa de Portugal*, Circulo dos Leitores, Lisboa, 2000.

AZEVEDO, Mário – *Teses, relatórios e trabalhos escolares, sugestões para estruturação da escrita*, 2ª Edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2001.

BALLART, Joseph – *El Património Histórico y arqueológico: valor e uso*, editora Ariel, Barcelona, 1997.

BARBOSA, Pedro Gomes – *O Património Local e Regional*, Ministério da Educação, Lisboa, s/d.

BAZIN, Germain – *História da Arte da Pré-História aos Nossos Dias*, 3ª Edição, Bertrand Editora, Lisboa, 1992.

BAYER, Raymond – *História da Estética, Teoria da Arte 4*, Editorial Estampa, Lisboa, 1978.

BECERRA, Salvador Rodrigues – “*Formas de Religiosidade popular, el voto su valor histórico y etnográfico*” in *La Religiosidad Popular, Antropologia e História*, Editorial Anthropos, Barcelona, 1986.

BOTELHO, J. Raposo – *Nossa Senhora do Cabo. Resumo Histórico*, Lisboa, 1928.

BRANDI, Cesare – *Teoria de la restauracion*, Alianza Forma, 3ª edição, Madrid, 1993.

BUCHO, Domingos – *Herança Cultural e Práticas do Restauro Arquitectónico Durante o Estado Novo; Intervenções nas Fortificações do Distrito de Portalegre*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, polic., Évora, 2000.

BUCHO, Domingos Almeida – *Mosteiro de São Bernardo de Portalegre, Estudo histórico arquitectónico. Proposta de Recuperação e Valorização do Património edificado*, Universidade de Évora, Évora, 1995.

Câmara Municipal de Sesimbra – *29 Meses de Trabalho*, Lisboa, 1978.

CARVALHEIRA, Rozendo e Ribeiro, Vitor – *Influencia da tradição monumental e local no desenvolvimento do “ turismo” no paiz*, Memória apresentada pela Real Associação dos Arqueólogos Portugueses no Grande Congresso Nacional de 1910, separata, Casa da Moeda, Lisboa, 1910.

CASTRO, Elda de; **CRAVO**, M. Do Rosário – *A civilização e a deteriorização dos monumentos de pedra*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1984.

CHOAY, Françoise – *A alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 1999.

COELHO, António Correa Caldeira – *A Protecção Legal aos Monumentos Nacionais*, Tipografia do Comércio, Lisboa, 1923.

CONCEIÇÃO, Frei Cláudio da – *Memória Prodigiosa da Imagem da Senhora do Cabo*, Lisboa, 1817.

CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*, Celta Editora, Oeiras, 1999.

CORREIA, Virgílio – *Monumentos e Esculturas (Séculos III-XVI)*, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1919.

R

B

I

B

L

I

O

G

R

Á

F

I

C

A

S

COSTA, Lucília Verdelho da – *Ernesto Korrodi (1889-1944), Arquitectura, Ensino e Restauro de Património*, Estampa, Lisboa, 1997.

CUSTÓDIO, Jorge – “Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos: De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”, em *Dar Futuro ao Passado*, SEC, Lisboa, 1993, pp 33-71.

DERRUAU, Max – *Geografia Humana*, 1º Volume, 2ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, s/d.

DIAS, Eduardo A. da Rocha – *A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses desde a sua fundação até 11 de Novembro de 1889. Synopse, Typ. Da Casa da Moeda e Papel Selado, Lisboa, 1970.*

DORMER, Peter – *Os significados do design moderno, a caminho do século XXX*, Centro Português de Design, Lisboa, 1995.

DUBY, George – *Para a história das mentalidades*, Edições Gallimard, Paris, 1971.
C.P.D., Lisboa, 1995.

DUBY, George – *O tempo das catedrais, a arte e a sociedade*, Editorial Estampa, Lisboa, 980-1420.

ECO, Humberto – *A estética medieval*, Editorial Presença, Lisboa, 1989.

ECO, Humberto – *Como se faz uma tese em ciências humanas*, 5ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, 1991.

ESPERANÇA, Eduardo Jorge – *Património comunicação, políticas e práticas culturais*, Editor Assírio Bacelar, Lisboa, 1997.

FABRE, Daniel – *Domestiquer l'histoire, Ethnologie des monuments historique*, Editions de la Maison de L'homme, Paris, 2000.

R

B

J

B

L

J

O

G

R

A

F

I

C

A

S

FERNANDES, António Teixeira – *Formas de vida Religiosa nas sociedades Contemporâneas*, Editorial Celta, Oeiras, 2001.

FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura Portuguesa, temas actuais*, Edições Cotovia, Lisboa, 1993.

FERREIRA, H. Amorim – *O Clima de Portugal*, Volume II O Ritmo climático e a Paisagem, 4ª Edição, Lisboa, 1999.

FERREIRA, H. Amorim – *O Clima de Portugal*, Volume I Valores médios dos elementos climáticos nos períodos 1901 – 1930, Lisboa, 1942.

FERREIRA, Helmer da Cruz – *Santuário da Nossa Senhora do Cabo: Cabo Espichel*, Edições Heliópolis, Lisboa, 1995.

FRADA, João José – *Guia prático para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos*, 11ª Edição, Edições Cosmos, Lisboa, 2001.

FRANÇA, José Augusto – *A Arte em Portugal no Século XIX*, 2 Volumes, Livraria Bertrand, Lisboa, 1966.

FRÉMONT, Armand – *A região espaço vivido*, Livraria Almedina, Coimbra, 1980.

FORTUNA, Carlos – *Identidades, percursos, paisagens culturais*, Editora Celta, Oeiras, 1999.

Fundação Calouste Gulbenkian - *Santuário Nossa Senhora do Cabo Espichel*,
Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1961.

GAMA BARROS, Henrique da – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XIV*, Lisboa, 1950.

Geografia Universal, Volume II, Editorial Enciclopédia, 1991.

Geografia Universal Grolier, Grolier Portugal, 1985.

GOITIA, Fernando Chueca – *Breve História do Urbanismo*, Editorial presença, Lisboa, 1982.

GOMES, Padre Agostinho - *Santuário Nossa Senhora do Cabo Espichel*, Câmara Municipal de Sesimbra, s/d.

GOODMAN, Nelson – *Modos de fazer mundos*, Edições Asa, Porto, 1995.

GOOF, Jacques le; **LADURIE**, Le Roy; **DUBY**, George – *A nova história*, Edições 70, Lisboa, 1977.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Atlas da Arquitectura Mundial, Alphabooks Publishers, 1988.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Volume X, Editorial Enciclopédia, Lisboa, s/d.

HEIDEGGER, Martin – *A origem da obra de arte*, Edições 70, Lisboa, 1977.

HENRIQUES, Fernando M. – *Conservação do Património Histórico Edificado*, Ministério das Obras públicas, Transportes e Comunicações, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Memória nº 775, Lisboa, 1991.

Instituto Português do Património Arquitectónico - *Torre de Belém - Intervenção de Conservação Exterior*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2000.

JANSON, H. W. – *História da Arte*, Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª Edição, Lisboa, 1992.

R

B

I

B

L

I

O

G

R

Á

F

I

C

A

S

JORGE, Virgolino Ferreira – “ *Conservação do Património e Política Cultural Portuguesa* ”, em *Anais da Universidade de Évora* (3), Évora, 1993, pp. 27-36.

JORGE, Virgolino Ferreira – “ *Princípios de Salvaguarda do Património Monumental*”, *Correio da Natureza*, nº 17, 1º trimestre, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 1992.

LACERDA, Aarão de – *História da Arte em Portugal*, Volume I, II, Portucalense Editora, SARL, Porto, 1942.

LEAL, Pinho; **FERREIRA**, Pedro Augusto - *Portugal antigo e moderno: Dicionário geográfico, estatístico, corográfico, heráldico, arqueológico, histórico, biográfico e etimológico de todas as cidades, vilas e Freguesias de Portugal e de grande número de aldeias*, Cota de Armas, Lisboa, 1990.

LEÓNIDAS, Vasco – *Conservação e Defesa dos Recursos Naturais*, Lisboa, 1970.

MACEDO, José António Sousa – *Mosteiro de São Bento de Avis, Bases para uma proposta de Recuperação*, Universidade de Évora, Évora, 1995.

MAGALHÃES, Artur P. Mendes de – *Alguns aspectos de enquadramento das intervenções no património construído, conservação, recuperação de monumentos e edifícios nacionais*, Actas do Seminário, 20 e 21 de Novembro de 1989, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1994.

MANUPPELLA, Giuseppe; outros – *Calcários e Dolomitos da Área de Sesimbra – Cabo Espichel*, Nº 23, Volume XXIII “Estudos, Notas e Trabalhos” do Serviço de fomento Mineiro, Porto, 1978.

MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal*, Volume III, 3ª Edição, Palas Editores, Lisboa, 1986.

MATTOSO, José – *História de Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa, s/d.

R

B

I

B

L

I

O

G

R

Á

F

I

C

A

S

MENEZES, Marlucci – *Da cultura da memória à cultura do projecto. Tópicos para reflexão*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1999.

MESTRE, Vítor – *Inventário do Património arquitectónico*, D.G.E.M.N., Lisboa, 1999.

MONTEIRO, Rafael – *Alguns Mareantes Desconhecidos da Terra de Sesimbra*, C.M.S., 2001.

MOUTINHO, Mário C. – *A Arquitectura Popular Portuguesa*, 2ª Edição, Editorial Estampa, Lisboa, 1979.

NOÉ, Paula – *Tipologia*, Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 1992.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – *Festividades cíclicas em Portugal*, D. Quixote, Lisboa, 1984.

PASSOS, José Manuel da Silva – *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana da Grande Lisboa*, Caminho, Lisboa, 1996.

PEREIRA, Gabriel – *Monumentos Nacionaes. Legislação e Classificação. Publicação da Comissão de Monumentos do Conselho de Arte e Arqueologia da primeira circunscricção*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1923.

PEREIRA, Gabriel – *Monumentos Nacionaes. Conferência realizada na Sala Da Real Associação de Agricultura*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1909.

PEREIRA, Gabriel – *Monumentos Nacionaes I e II*, s.l., s.d., (1901).

PEREIRA, Gabriel – *Monumentos Nacionaes. Conselho Superior dos Monumentos Nacionais*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1900.

PEREIRA, Paulo – *História da Arte em Portugal*, D. Quixote, Lisboa, 1984.

PINHEIRO, Tomás Bordalo - *Alvenaria: Cantaria e Betão*, Biblioteca de Instrução Profissional, Livraria Bertrand, Lisboa, s/d.

RIBEIRO, Orlando – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Editora Sá da Costa, Lisboa, 1963.

RIBEIRO, Orlando; DAVEAU, Susanne; LAUTENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal*, Volume I – A Posição Geográfica e o Território, 4ª Edição, Lisboa, 1998.

RIBEIRO, Orlando; DAVEAU, Susanne; LAUTENSACH, Hermann – *Geografia de Portugal*, Volume II – O ritmo Climático e a Paisagem, 4ª Edição, Lisboa, 1999.

RICOUER, Paul – *Teoria da interpretação*, Porto Editora, Porto, 1995.

RODRIGUES, J. Delgado – *Alguns aspectos geológicos ligados à alteração de rochas*, Seminário 222, Deterioração de Pedras em Monumentos, Laboratório Nacional de Engenharia civil, Lisboa, 1978.

RODRIGUES, J. Delgado – *Conservação de Monumentos. Aspectos técnicos e metodológicos e seu enfoque na conservação da pedra*, Geotecnia nº 89, Lisboa, 1978.

RUIZ, José Zurita – *Dicionário Básico da Construção*, Plátano Editora, Lisboa, 1999.

SEGURADO, João Emílio dos Santos – *Materiais de Construção*, Biblioteca de Instrução Profissional, 6ª Edição, Livraria, Paris – Lisboa, s/d.

SEGURADO, João Emílio dos Santos – *Trabalhos de Carpintaria Civil*, Biblioteca de Instrução Profissional, 6ª Edição, Livraria Aillaud e Bertrand, Paris – Lisboa, s/d.

Seleccções do Reader's Digest - *Enciclopédia Geográfica*, Seleccções do Reader's Digest, Lisboa, 1989.

Seleccções do Reader's Digest - *Tesouros Artísticos de Portugal*, Seleccções do Reader's Digest, Lisboa, 1976.

SERRÃO, Eduardo da Cunha; **SERRÃO**, Vítor – *Sesimbra Monumental e Artística*, Sesimbra, 1997.

SERRÃO, Eduardo da Cunha; **SERRÃO**, Vítor – *Sesimbra Monumental e Artística*, Sesimbra, 1986.

TEIXEIRA, Carlos; **GONÇALVES**, F. – *Introdução à Geologia de Portugal*, Lisboa, 1982.

TEIXEIRA, Carlos – *Geologia de Portugal*, Volume I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981.

TEIXEIRA, Manuel de Santa Marta – *Milagre Sucedido na Tarde de 26 de Maio*, Officina De António da Sylva, Lisboa, 1748.

2. Fontes Manuscritas

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Forte de Sacavém, (Loures),
Dossiers de Obras de restauro do Santuário de Nossa Senhora do Cabo, casa dos
Círios e terreiro / Santuário de Nossa Senhora da Pedra da Mua, do ano de 1964 a
1999 – Processo nº 1511010003.

3. Fontes Multimédia

D.G.E.M.N., Inventário do Património Arquitectónico Cabo Espichel, Registo
multimédia, Lisboa, 2001

